



**Somague – Sociedade Gestora de Participações
Sociais, S.A.**

SintraCascais Escritórios - Rua da Tapada da Quinta de Cima - Linhó 2714-555 Sintra - Portugal
Tel. +351 21 910 40 00 Fax +351 21 910 40 01 www.somague.pt somague@somague.pt

Capital Social: 130.500.000 € Matrícula Nº 20 475 - Sintra - C.R.C. Cascais NIPC: 500 257 752
Sociedade Aberta

RELATÓRIO E CONTAS 2004

ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃOS SOCIAIS

ORGANOGRAMA DE EMPRESAS DO GRUPO

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanços Consolidados

Demonstrações Consolidadas de Resultados

Demonstração Consolidada de Resultados por Funções

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa

Lista de Acções

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO SIMPLES DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços

Demonstrações de Resultados

Demonstração de Resultados por Funções

Demonstração de Fluxos de Caixa

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DA SOMAGUE SGPS SA - 2004

1. CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2004 fica marcado pelo processo de enquadramento da Somague no universo empresarial do Grupo SvV, que passou por uma integração vertical das áreas de negócio e pela simplificação da estrutura que sempre resultaria da integração num grupo mais vasto.

Com o acelerar de etapas que poderiam, naturalmente, ser percorridas num período mais longo, tivemos como principal objectivo a adaptação rápida da organização ao novo contexto, minimizando assim os impactos negativos, internos e externos, que estas operações, no curto prazo, sempre podem provocar.

Entramos assim em 2005, com a Somague reorganizada, com uma nova imagem alinhada corporativamente com o Grupo SyV, cumprindo o objectivo de integração da empresa e dos seus colaboradores e potenciando o posicionamento da empresa em Portugal e nos países onde actua a partir daqui, e, não menos importante, abrindo oportunidades aos seus colaboradores de desenvolverem as suas carreiras internacionais noutras mercados.

O desempenho pouco favorável da economia portuguesa nos últimos anos não deixou de ter, sobre as nossas actividades em Portugal, um efeito redutor na dinâmica de crescimento que a Somague vinha consecutivamente mantendo.

A quase unanimidade relativamente à urgência de algumas reformas estruturais e a possibilidade de um período alargado de estabilidade política, permitem-nos confiar no relançamento do crescimento e na nossa capacidade, agora reforçada, de aproveitar as novas oportunidades que se nos irão deparar.

2. ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Manuel Castelo Branco

Secretário: João Silvestre

Conselho de Administração:

Presidente: Dr. Diogo Vaz Guedes

Vice Presidentes Engº. José Manuel Loureda

Dr. José Vaz Guedes

Engº. Luis del Rivero

Vogais: Dr. Luis Silva Santos

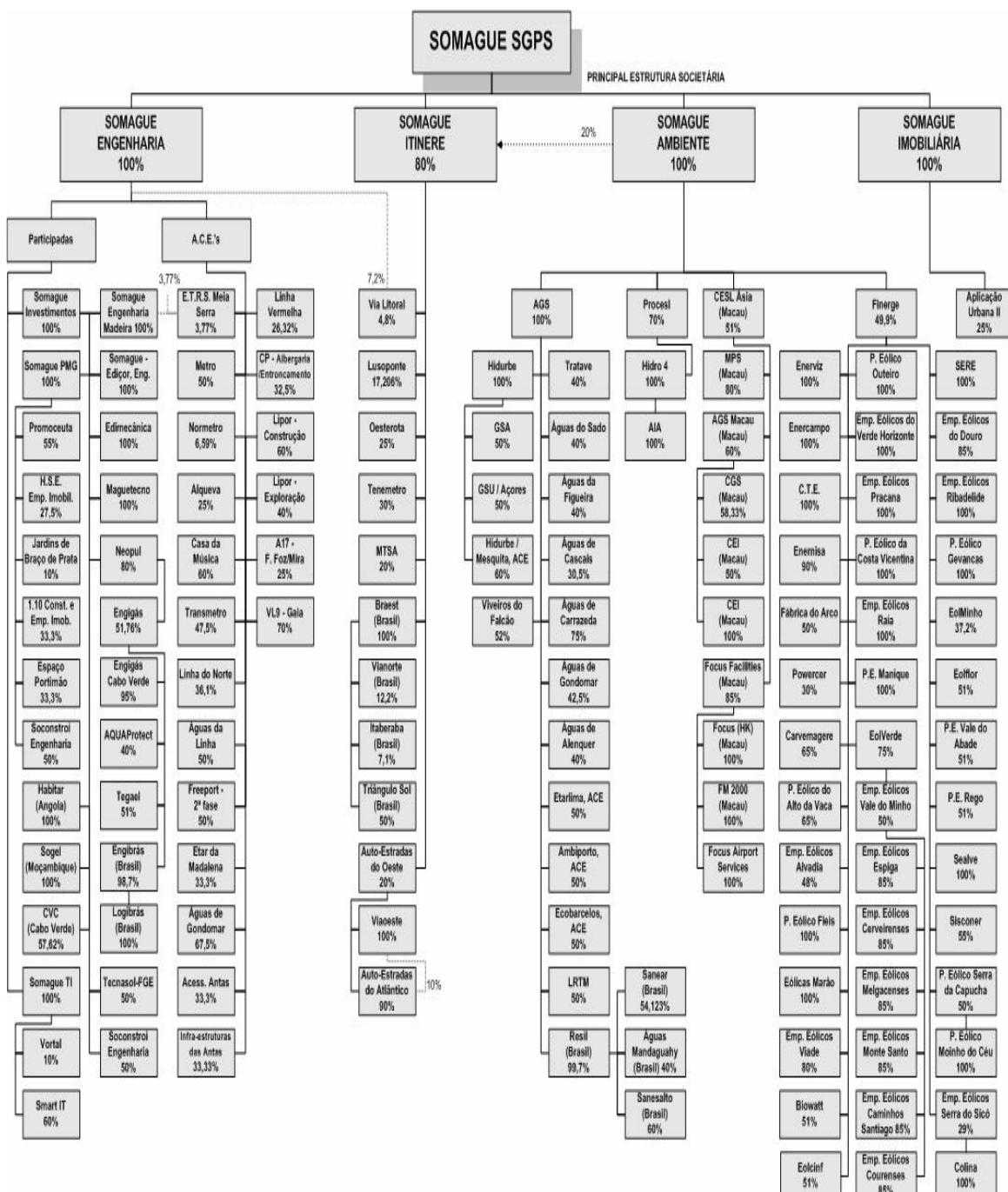
Dr. Nuno Ribeiro da Silva

Engº Ricardo Martin Lucas

Fiscal Único: Freire, Loureiro & Associados, SROC S.A., representada por Dr. Carlos Freire

Secretário da Sociedade: Dr. Miguel Tonnies

3. SOMAGUE – ORGANIGRAMA



4. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

4.1 INTRODUÇÃO

A economia portuguesa manteve um comportamento decepcionante em 2004, com o PIB a apresentar um crescimento de aproximadamente 1% num cenário de aumento de desemprego e de extrema dificuldade no cumprimento do objectivo de manter o déficit público inferior a 3%.

Neste enquadramento, o consumo privado e as exportações tiveram um comportamento mais favorável que em 2003, ano em que se veio a apurar um crescimento real negativo de 1,3%, sendo que o consumo público quase estagnou, verificando-se cortes substanciais no investimento das Administrações Central e Local.

Também ao nível político o ano ficou marcado pela alteração profunda do Governo a meio de mandato e posterior dissolução da Assembleia da República no final do ano, factores de instabilidade que igualmente pesaram negativamente no relançamento da actividade económica, podendo, inclusive, ter ocorrido crescimento real negativo no último trimestre de 2004.

Relativamente ao ano de 2005, o Governo português perspectivou no Orçamento de Estado para esse ano um crescimento da economia de 2,4%, valor que o Banco de Portugal já corrigiu em baixa para 1,6% no seu Boletim económico de Dezembro.

O contexto macroeconómico português manteve-se e manter-se-á, assim, sobre a dupla pressão do fraco dinamismo das economias europeia e portuguesa que resultará numa acréscida dificuldade no equilíbrio das contas públicas pela via da menor receita e na continuação de uma política activa de controlo e restrições ao nível dos investimentos públicos.

A manutenção em anos sucessivos de um cenário macroeconómico adverso começará, inevitavelmente, a favorecer o desenvolvimento de comportamentos defensivos por parte das empresas, não só adiando investimentos mas, especialmente, retirando qualquer incentivo à restruturação do tecido empresarial pela via de aquisições e fusões, operações

que exigem, no mínimo ao nível dos pressupostos, um contexto de crescimento que justifique e torne compensador, a prazo, o investimento.

Esta situação acarreta ainda, como consequência, a possibilidade de se virem a perder competências já instaladas que, sem espaço para serem exercidas, se tornam para as respectivas empresas factor de desvantagem competitiva e não de diferenciação.

No caso particular das actividade desenvolvidas em Portugal pela Somague, tornam-se especialmente relevantes no contexto do quadro traçado anteriormente, o atraso na atribuição das concessões rodoviárias já licitadas, a morosidade do ritmo e processo de selecção relativamente ao novo modelo de hospitais privados e ainda a indefinição política relativa ao sector da Água.

A clarificação recente da situação política portuguesa e a possibilidade criada de existência de um governo de legislatura, exige, por ser oportunidade única, que se avance na clarificação daquelas situações, seja qual for o respectivo sentido que o Governo entenda prosseguir, e na definição de um cenário de desenvolvimento plurianual que permita aos agentes económicos em geral e, especialmente, aos que desenvolvem actividades com importantes interacções com a esfera pública, um enquadramento que lhes permita uma perspectivação adequada dos respectivos modelos de negócio e a adequação das suas empresas ao papel que o Estado vier a querer reservar às empresas privadas deste sector.

Relativamente aos mercados internacionais onde a Somague mantém actividade relevante, designadamente Angola, Brasil e Macau, o ano de 2004 reforçou o crescimento das respectivas economias e um comportamento estável das suas moedas, sendo de destacar a qualidade dos indicadores económicos da economia brasileira e a estabilidade política em Angola que começa a apresentar resultados visíveis em termos de oportunidades de investimento e de actividade económica.

4.2. ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

No início de 2005, a Somague concluiu o processo de adaptação à nova realidade accionista e que passou, essencialmente, pela aceleração da integração vertical das áreas de negócio entre Portugal e Espanha.

No final daquele processo, ficou a actuação do Grupo SyV em Portugal centrada nas quatro áreas de negócio tradicionais do Grupo Somague, cada uma com estrutura própria e autónoma, dispondo de capacidades acrescidas de desenvolvimento nos respectivos mercados locais e nos internacionais que seguirão sendo geridos a partir de Portugal, especialmente Brasil e Angola.

O plano de negócios do Grupo SyV é claro quanto aos objectivos de médio prazo para o grupo e que passam pelo crescimento sustentado das áreas de construção e imobiliário, pela continuação do envolvimento em novas concessões de infraestruturas e pelo crescimento acelerado na área de serviços.

Ao nível internacional, Portugal representa o mais importante mercado do Grupo SyV e a estratégia passa pelo desenvolvimento das actividades tradicionais do Grupo neste mercado e pelo aproveitamento de oportunidades que possam vir a surgir termos de consolidação da posição relativa que detém em algumas das áreas de negócio onde está presente.

Com a integração vertical das diversas áreas de negócio, a Somague SGPS deixou, desde o início de 2005, de consolidar as contas do universo de participações do grupo SyV em Portugal, pelo que este relatório de 2004 será o último a assumir tal formato.

PARTICIPADAS

Engenharia

Da observação da evolução dos principais indicadores do sector da construção em Portugal, conclui-se, que não se alteraram significativamente no ano de 2004 as condições de mercado, mantendo-se actuais, e até redobradas, as preocupações manifestadas no relatório de contas de 2003. Na realidade, os dados do INE vêm confirmar que a redução da procura pública e privada foi muito superior às piores expectativas. Perante a dimensão da contracção da procura, que, entre 2002 e 2004, poderá ter ultrapassado os 20%, e se, em 2005 e anos seguintes, não existir um rápido relançamento do investimento em obras públicas, o sector corre o risco de vir a conhecer a pior crise das últimas décadas, arrastando consigo o conjunto da actividade económica.

Apesar de se constatar que, ao nível dos indicadores avançados sobre a produção futura, como são os casos do valor promovido e adjudicado para realizar obras públicas, começa a notar-se que os acréscimos, já são, de alguma forma, significativos, todavia, o mesmo não sucede ao nível dos indicadores reais de produção. De facto, o valor dos trabalhos realizados em obras públicas em 2004, terá ficado, de acordo com as estimativas da ANEOP, 6,3% abaixo do valor registado em 2003, depois de ter registado um decréscimo de 5,5% em 2002 e um acréscimo de 1,7% em 2003, o que atesta que a prossecução do objectivo de consolidação das contas públicas, obrigou à contenção na realização de despesas e, nestas, das despesas de investimento público.

A dimensão da crise actual surpreendeu negativamente a generalidade dos agentes económicos e dos decisores políticos. Na verdade, apesar de ser conhecido que o segmento da habitação poderia conhecer um período de crise, depois do “boom” dos últimos anos, existia a convicção generalizada que a combinação do efeito mobilizador dos fundos comunitários com a realização do Euro 2004 e a construção de infra-estruturas com financiamento privado permitiria manter o dinamismo do segmento não residencial e das obras públicas. Efectivamente, tal não aconteceu. Por isso, e caso não se verifique a curto prazo, uma reorientação da política económica, o ajustamento do tecido empresarial a esta

realidade, irá revelar-se doloroso e profundo, com graves consequências no plano económico e social.

Actividade comercial

Apesar das dificuldades evidenciadas pelo sector, foi possível angariar novos contratos que cumulativamente com a carga já anteriormente contratada e com aumentos de contratos já estabelecidos, nos possibilitam ter uma carga para o ano de 2005 no valor de 450 milhões de euros, muito perto dos objectivos de actividade para o ano de 2005, e que se cifram em 530 milhões de euros.

O posicionamento em diversos concursos entretanto já entregues bem como a aproximação ao mercado imobiliário do grupo através de empresa própria, permitem olhar para o ano de 2005 com relativo conforto e não abordar a angariação de uma forma menos responsável.

Na sequencia do que anteriormente já perspectivávamos, cumulativamente com a crise politica no país, ausência de investimento publico, inexistência de uma aposta clara na privatização deste tipo de investimento ou por outro lado, na demora na sua concretização, levaram a que empresa se reposicionasse no mercado internacional nomeadamente com a entrada em Espanha onde foi já possível angariar obras no valor 100 milhões de euros, estratégia esta, consolidada com o grupo **Sacyr Vallehermoso**, a que pertence, que permitirá também abordar em conjunto, outro tipo de grandes projectos internacionais, onde as valências da casa mãe e da **Somague Engenharia** se vem complementando.

Pela sua relevância destacamos algumas das obras contratadas dentro do período:

- AUCHAN/SAGUIBELAS- infra-estruturas Puazan/Amadora
- CENTRAL CARREGADO/KOCK – empreitada de construção novo grupo
- HOLMES PLACE – Algés
- _ HOLMES PLACE- Boavista
- HOLMES PLACE- Constituição

- MDC- Estruturas de betão armado Coimbra
- METRO DO PORTO- Acabamentos do Interface das Antas
- SANTUÁRIO DE FATIMA- Empreitada das estruturas de Betão Armado da Nova Basílica de Fátima
- AGUAS DE BARCELOS- Empreitada de construção civil
- AGUAS DE PAÇOS DE FERREIRA – Empreitada de construção civil
- APLICAÇÃO URBANA- Residências para Estudantes (280 T0)
- CAAMRA MUNICIPAL DE LISBOA – Túnel da Av. Infante D. Henrique.
- ACA- Sistema adutor de Évora
- REFER – Passagens desniveladas da linha do Alentejo.
- SANEST- Emissário da Cadaveira
- AZC – Empreitada de Saneamento H e J
- SIMLIS – Bacias de Fátima.
- IEP – Ip6 – Peniche/IC1 – ligação à A8
- GIJON – 142 Vivendas Murâno
- BILBAO – Parcela 203.
- AVEIRO POLIS- Requalificação da envolvente ao canal de S. Roque.
- SETUBALPOLIS – Remodelação da Praça Jose Afonso.
- EPUL- Contenção Biblioteca Municipal
- PARQUES EOLICOS – Sabugal e Outeiro.

É notória na organização da SOMAGUE ENGENHARIA as mais valias da incorporação da PMG e as consequentes oportunidades de mercado que se vem trabalhando na óptica de uma angariação mais a montante, no domínio da Recuperação Urbana, bem como na continuação da aposta na habitação a custos controlados.

Continuamos a sedimentar a nossa organização no mercado dos Países de expressão Portuguesa, nomeadamente em Angola onde a imagem de marca da SOMAGUE é já uma referência de mercado, com as recentes contratações de Cooperativa do Cajueiro, rondando a carga contratada dos 200 milhões de dólares, para os próximos dois anos.

Acreditamos, que é na diversificação do mercado e na criatividade da procura de oportunidades de negócios, bem como na internacionalização, que se conseguirão as condições para manter os níveis de rentabilidade e um crescimento sustentado.

Participadas da Somague Engenharia – Ediçor Engenharia SA

A Somague-Ediçor está inserida no Sector da Construção Civil e Obras Públicas, exercendo a sua actividade exclusivamente na Região Autónoma dos Açores, onde ocupa uma posição de relevo.

No presente exercício a empresa desenvolveu a sua actividade em sete das nove ilhas da Região tendo intervindo em 43 obras e facturado cerca de 58,7 milhões de Euros o que representa, face ao exercício anterior, um acréscimo de 22%.

Neste volume de negócios salientam-se as áreas da habitação a custos controlados, da recuperação de habitações afectadas pelo sismo que ocorreu na ilha do Faial em 1998 e das obras marítimas, nomeadamente a reconstrução dos portos da Praia da Vitória, S.Roque do Pico e Lajes das Flores.

Apesar de na Região o investimento público ser predominante, a Somague-Ediçor desenvolveu parcela significativa da sua actividade no âmbito de contratos privados, designadamente nos sectores da construção industrial e da hotelaria.

Os resultados operacionais totalizaram cerca de 2.18 milhões de Euros, representando um acréscimo de 77% face ao ano anterior, e os resultados antes de impostos cerca de 953 mil Euros tendo sido ultrapassados os objectivos previstos.

Foi desenvolvida ao longo do exercício uma forte actividade comercial com consequente apresentação de 98 propostas que se traduziram na contratação de 18 empreitadas totalizando cerca de 41 milhões de Euros, valor que proporciona, em 01 Janeiro de 2005, uma carteira de cerca de 53 milhões de Euros.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	9.434.945	10.005.488	10.609.388
ACTIVO LIQUIDO	52.910.642	42.919.308	40.666.594
VOLUME NEGOCIOS	56.487.242	48.198.416	58.753.890
RESULTADO LIQUIDO	1.912.316	747.681	678.288
PARTICIPAÇÃO	100%	100%	100%

Participadas da Somague Engenharia – Somague Engenharia Madeira SA

A actividade da Somague Engenharia Madeira engloba todo o tipo de empreitadas. O volume de negócio na área das obras públicas tem sido habitualmente superior ao da construção civil.

Tendo em atenção o fim do 3º quadro comunitário de apoio, que terminará em 2006, é expectável que o volume de obras públicas decresça, pelo que o reforço sustentado da capacidade produtiva de obras de construção civil se tem mostrado uma aposta fundamental.

No ano de 2004 as obras Públicas foram responsáveis por 70% da actividade global, em que o peso das obras marítimas representa 42% e as obras terrestres 58%. As empreitadas de construção civil representaram 30% da actividade global.

A carteira em 31.12.2004, cifrava-se em 45,555 milhões de euro.

O Valor global das obras em curso em 31 de Dezembro, considerando a participação directa da Somague Engenharia Madeira é de 66,65 milhões de euro.

O volume de negócios da Somague Engenharia Madeira em 2004 foi de 123,7 milhões de euro, o que representou um acréscimo de 79,56% face ao ano anterior.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	17.475.032	20.612.902	24.850.130
ACTIVO LIQUIDO	36.283.838	51.025.398	66.382.747
VOLUME NEGOCIOS	58.492.603	69.023.156	123.734.700
RESULTADO LIQUIDO	1.731.919	3.177.812	4.311.907
PARTICIPAÇÃO	100%	100%	100%

Participadas da Somague Engenharia – NEOPUL, Sociedade de Estudos e Construções, S.A.

A NEOPUL é a empresa especializada em trabalhos ferroviários dentro do universo Somague.

Outro mercado de significativa importância nos seus 22 anos de existência, é a execução e manutenção de infraestruturas de águas e saneamento.

Em meados de 2004, fruto de interesses estratégicos do Grupo, a Neopul passou a operar integrada num ACE permanente com a Somague Engenharia e a Engigas, designado SEN - Somague/Engigas/Neopul, Construtores ACE, no qual detém uma participação de 1/3. Esta reorganização potencia a eficiência do conjunto das empresas envolvidas, enfrentando de forma mais eficiente a difícil conjuntura atravessada.

Durante o ano de 2004 as obras pertencentes ao segmento ferroviário tiveram actividade produtiva com maior incidência no primeiro semestre, deixando capacidade no segundo semestre para uma abordagem ao mercado Espanhol. Não tendo a empresa sido adjudicatária directa de qualquer obra, optou pelo aluguer de equipamento de elevada especialização a diversas empresas locais, bem como a subcontratação de trabalhos para os quais está formalmente credenciada pelas entidades espanholas competentes.

A produção no segundo semestre ocupou-se da execução de obras do segmento ambiente, já que a angariação de obras novas nesse sector tem sido particularmente activa, embora com margens muito contidas.

Os objectivos foram alcançados tanto no valor orçamentado para a actividade como para os resultados.

A Neopul com esta estratégia, recuperou o volume de negócios de 2002 mantendo a rentabilidade da empresa.

O resultado líquido foi em valor absoluto significativamente superior ao dos anos anteriores.

O esforço comercial foi muito elevado, tendo a Neopul apresentado, isoladamente e em consórcio, propostas no valor global de 788 milhões de euro. A parte da carteira de obras que lhe corresponde para produção própria no final de 2004 cifrava-se em 35 milhões de euros, sendo predominantemente constituída por obras de abastecimento de água e saneamento a produzir no âmbito SEN Construtores ACE. A angariação no ano foi de 27 milhões de euro, um pouco abaixo do conseguido em 2003, o que não será de estranhar face à conjuntura que o país viveu em 2004.

A carteira de obras no mercado ferroviário em Portugal é a mais baixa dos últimos anos, tendo sido angariada em 2004 apenas 1 milhão de euros de obra nova, o que é extremamente preocupante e torna prioritário o desenvolvimento do mercado externo, até que as anunciadas obras para a concretização das linhas de Alta Velocidade venham a ser uma realidade.

Os bons resultados permitem encarar com segurança a continuação da actividade da empresa, todavia a estratégia de investimentos financeiros foi redesenhada.

O Grupo optou pela criação da Somague Utilities, SGPS, hoje accionista da Neopul e à qual a Neopul cedeu a totalidade da participação na Engigas, que hoje é por ela detida a 86,41%. Esta Subholding, detém também directamente as anteriormente participadas da Engigas.

Desta forma os objectivos da Neopul para o futuro foram alterados relativamente ao anunciado no ano transacto, passando a Somague Utilities a desempenhar o papel de coordenador das diferentes empresas e ACE que operam no segmento das obras públicas e que se dedicam à realização de trabalhos especializados.

A Neopul participa a 50% na sociedade Ferropor e nos ACE, Neorail - Empreitadas de Metropolitano ACE, Engipul- Instalações Especiais - ACE, com objecto de construção e manutenção de órgãos electromecânicos no âmbito das obras de saneamento e água, segmento onde opera também o SEN- Somague/Engigas/Neopul-Construtores, ACE, como empreiteiro geral.

A participação de 15% que detinha na Satepor - Industria de Travessas de Betão, SA, foi alienada com a realização de uma mais valia considerável

No que se refere à redução de custos, salientamos que continua em funcionamento o CSP (Centro de Serviços Partilhados), constituído pela fusão e optimização dos serviços corporativos da Neopul e da Engigas, e que também presta serviços aos diferentes ACE que estas empresas integram, bem como às suas participadas.

Quanto ao futuro, a expectativa no mercado ferroviário nacional, centra-se especialmente na ampliação das áreas de manutenção da via férrea entregues ao sector privado; os concursos já realizados pela Refer em 2004, encontram-se em fase avançada de apreciação, e também na realização do Metro do Mondego a concurso no primeiro trimestre 2004.

No segmento onde se incluem as obras que contribuem para completar o ciclo da água, e que se enquadram no objecto do SEN, o volume de trabalho esperado é certamente elevado, não só pela carteira já angariada, como pelo dinamismo que se espera das empresas do grupo Águas de Portugal e dos Municípios no afã de cumprir as metas de convergência europeias, tanto nos requisitos ambientais como nos mínimos de população servida em condições de salubridade. Este agrupamento consegue ser altamente competitivo neste mercado devido a conjugação das competências complementares das empresas que o constituem, mas mesmo assim, dada a escassez de trabalho na obra pública em geral, a concorrência mantém preços no limiar do comportável para um bom desempenho.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa.

Unid: Euros

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	8.424.466	9.240.127	10.928.850
ACTIVO LIQUIDO	25.605.997	42.718.045	34.135.060
VOLUME NEGOCIOS	35.153.772	24.097.821	32.106.056
RESULTADO LIQUIDO	262.110	815.661	1.901.717
PARTICIPAÇÃO	80%	80%	100%

Participadas da Somague Engenharia - ENGIGÁS, Tecnologia Multi – Serviços de Engenharia, S.A.

No final de 2003 foi operada uma significativa alteração no quadro accionista da Engigás. O objectivo era ambicioso, aproximar a empresa de um accionista de referência num sector há muito perseguido, como o era o mercado de ambiente nas vertentes de abastecimento de água e saneamento básico. Paralelamente, permaneciam os objectivos de internacionalização no Brasil e Irlanda. Estas opções eram abertamente assumidas como consequência da evidente maturação do negócio das infra-estruturas de gás, sendo clara a aposta na diversificação para mercados onde as competências adquiridas ao longo de mais de uma década pudessem ser capitalizadas.

Na base desta mudança esteve o assumir por parte do grupo Somague da maioria do capital da empresa através da sua participada Neopul. Conjuntamente, foi efectuado um aumento de capital de 830.000 Euros, que foram canalizados para a aquisição de diversos equipamentos de forma a dotar a empresa de uma maior capacidade operativa.

Apesar de todos os esforços comerciais a empresa não conseguiu angariar carteira suficiente para manter o seu nível de actividade, o que acabou por arrastar o seu resultado no ano para valores negativos. Já no segundo semestre foram constituídos dois ACE's, que se posicionam em mercados diferentes e que reflectem os vectores da estratégia de diversificação.

O ACE formado pela Somague, Neopul e Engigás, todas com uma participação de 1/3, pretende ocupar uma posição de relevo no mercado nacional, tornando-se no curto prazo o principal prestador de serviços para o sector de abastecimento de água e saneamento básico, contando já com 37 milhões de Euros de obras em carteira, sendo grande parte deste valor para executar em 2005.

A Engipul, Instalações Especiais A.C.E., detida em partes iguais com a Neopul, tem como objecto a realização de projectos de instalação e manutenção de equipamentos

electromecânicos e eléctricos para diversos sectores e contava no final do ano já com 1,5 milhões de Euros angariados.

O impacto conjunto dos ACE's nos resultados de 2004 é mínimo, sendo uma clara aposta para 2005. A Engigás continua a ser um nome incontornável no mercado das infra-estrutura de gás, mas pretende vir a ser também uma referência na área da manutenção industrial, apostando num crescimento contínuo neste sector.

Com uma quebra superior a 20% na sua actividade, um nível de encargos fixos elevados e uma estrutura rígida foi realizado o necessário reajustamento de efectivos com particular incidência nos departamentos administrativos e nas áreas de apoio da produção, gerando um encargo adicional considerável.

A qualidade técnica dos recursos humanos permanece inalterada, continuando a aposta no reforço das suas competências como elemento diferenciador dos outros agentes económicos.

O mau desempenho do ano levou a que a empresa tivesse que alienar a totalidade da sua participação na Tegael (51%) à Somague Utilities, gerando uma mais-valia, operação que vem ao encontro do novo modelo de organização desenhado pela Somague Engenharia.

Desde 2001 que o Brasil era a aposta mais evidente na estratégia de internacionalização da Engigás. Os resultados positivos contribuíram fortemente para o entusiasmo com que este projecto era abordado. A tradicional instabilidade do mercado brasileiro e a total dependência de um mono-cliente ensombravam este investimento, relativizando os resultados até então obtidos. No final de 2003 e no decorrer de 2004 a Engibrás tenta expandir-se para outros mercados mas com resultados decepcionantes. A incapacidade da empresa em diversificar as suas operações, aliada ao facto da renegociação do contrato que a ligava ao seu principal cliente ter sido feita em condições desvantajosas, tornou este investimento indesejável. Em consequência, foi tomada a opção de vender a Engibrás e abandonar o mercado brasileiro no quadro do sector de actividade em .

A aposta na diversificação foi materializada tardiamente, não gerando efeitos suficientes para compensar o recuo da actividade. A Engigás inicia o próximo ano com a perspectiva de consolidação das opções tomadas em 2004. O volume de obras já angariadas e a diversidade de sectores de actividade que representam indicam que estão reunidas todas as condições para que se atinjam valores de actividade semelhantes a 2003 e se regresse a resultados positivos.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa.

Unid: Euros

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	3.197.179	4.009.684	3.686.252
ACTIVO LIQUIDO	18.979.196	21.176.413	22.078.303
VOLUME NEGOCIOS	29.000.904	30.520.888	24.469.572
RESULTADO LIQUIDO	261.712	812.505	(1.329.542)
PARTICIPAÇÃO	40%	51,76%	86,41%

Participadas da Somague Engenharia – TEGAEL – Telecomunicações, Gás e Electricidade, S.A.

Apesar da conjuntura pouco favorável, o conjunto de oportunidades identificadas pela TEGAEL, através das suas acções de marketing e comerciais foram, na sua maioria, registadas como Projectos a realizar. Toda a actividade foi orientada para uma enorme capacidade de resposta, com um sentido de responsabilidade e competência técnica e para a aposta inequívoca na qualidade, na segurança de pessoas e bens e no cumprimento integral das regras e normas ambientais, factores essenciais de diferenciação e sucesso.

As orientações estratégicas assumidas ainda em 2002 de diversificação para outras Áreas de Negócio tiveram no ano que agora termina, apesar de alguns passos tímidos dados ainda em 2003, uma expressão significativa com a TEGAEL a participar em novos Segmentos de Mercado.

A continuidade do Plano de Investimento para a renovação e modernização das infra-estruturas de Telecomunicações da TMN, incluindo a respectiva manutenção, iniciado no último trimestre do ano anterior, continuou em 2004, a manter como programado, a sua continuidade, exigindo altos padrões de eficácia, capacidade de resposta e competência na gestão integrada e intervenção no terreno das equipas operacionais.

No mercado externo, a experiência iniciada na Republica da Irlanda, na segunda metade de 2003, consolidou-se em 2004. O sucesso no Projecto-Piloto permitiu-nos encarar com maior facilidade o desafio que nos foi colocado de aceitação de um Contrato Programa com a duração de dois anos para a Renovação da Rede de Média Tensão envolvendo, naquele País mais de 150 colaboradores locais e expatriados, encarando-se a qualificação para outros Contratos Programa nos domínios de Linhas AT e Subestações.

Estes foram os factores determinantes do sucesso da TEGAEL no ano a que se refere o presente exercício e, consideramos que as referências já adquiridas, a eficácia e capacidade demonstradas, sejam garantes de boa visibilidade da TEGAEL como parceiro de negócio credível e competente

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa.

Unid: Euros

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	4.994.410	5.140.182	6.156.729
ACTIVO LIQUIDO	10.585.544	11.571.182	22.442.578
VOLUME NEGOCIOS	13.764.460	9.316.190	20.309.758
RESULTADO LIQUIDO	756.502	744.328	1.613.658
PARTICIPAÇÃO	51%	51%	51%

Participadas da Somague Engenharia – SOMAGUE PMG – Promoção e Montagem de Negócios, SA

O ano de 2004, tendo em conta o retraimento financeiro das Autarquias e uma nova moldura legal que permite àquelas entidades uma abordagem ao seu património degradado impuseram à PMG uma política centrada em três grandes vertentes:

- 1 – Resolução de questões pendentes quer a nível contratual com as diversas Autarquias quer a nível do património próprio da PMG;

- 2 – Inventariação das necessidades existentes a nível concelhio, quer de habitação nova quer de património a requerer recuperação;
- 3 – Aprofundamento do relacionamento com instituições financeiras ligadas à habitação e com cooperativas de habitação económica.

Da primeira vertente resultam as resoluções com a Câmara Municipal da Covilhã do empreendimentos de Tortosendo e a venda de habitações e lojas em Figueira de Castelo Rodrigo, Aguiar da Beira e Quinta do Mocho.

Deram-se também importantes passos para resolver a situação dos terrenos de Polima (Câmara Municipal de Cascais) e Malhapão (Câmara Municipal de Loures).

No que concerne aos outros pontos resultaram já hoje na inventariação de necessidades de um conjunto de autarquias que consubstanciam um mercado ainda não emergente mas que terá de ser analisado e explorado pela Somague PMG.

A emergência de tal mercado impôs e imporá a necessidade dos contactos a que se refere o terceiro vector de actuação durante 2004 e que são essenciais para a materialização dos projectos a que atrás se aludiu.

Tratam-se de matérias que requerem um tempo de amadurecimento ainda longo e dos quais apenas são, prudentemente, de esperar frutos durante e após o segundo semestre do ano de 2005.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa.

Unid: Euros

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	9.290.542	10.692.066	14.070.076
ACTIVO LIQUIDO	58.568.591	42.400.036	29.610.976
VOLUME NEGOCIOS	25.261.264	16.098.719	5.769.309
RESULTADO LIQUIDO	815.138	1.440.218	3.411.384
PARTICIPAÇÃO	100%	100%	100%

Participadas da Somague Engenharia – SOMAGUE TI – Tecnologias de Informação, S.A.

O ano de 2004 correu para a Somague TI de acordo com os objectivos e a estratégia definida. Desenvolveram-se projectos importantes na reformulação das aplicações de negócio próprias, assentes na plataforma .Net, nomeadamente o desenvolvimento da nova versão do SLIGO (SLIGO.in) para a gestão de projectos. Em paralelo, desenvolveu-se um importante projecto de reformulação da macro estrutura do SAP R/3 do Grupo Somague e implementação de novas funcionalidades, permitindo acompanhar o crescimento do Grupo Somague e consolidar o SAP R/3 como ferramenta nuclear da Arquitectura de Sistemas existente.

Também este ano se iniciaram projectos para a exploração e consolidação da informação, baseados em aplicações de Data Warehousing e Business Intelligence.

Paralelamente aos projectos associados à Arquitectura de Sistemas, prosseguiu-se com a implementação dos processos e soluções da Somague TI, quer em empresas externas quer em empresas do Grupo Somague. Destacam-se nesta matéria a implementação destas soluções na Irlanda, em Angola e Espanha, além de diversos ACE's de dimensão importante.

As parcerias firmadas com a SAP e a PHC foram consolidadas, estando em fase de certificação as interfaces entre as nossas soluções de gestão de obra e o SAP Business One.

A actividade das empresas participadas da Somague TI foi francamente positiva, com a implementação da solução de Gestão Documental e a reformulação completa dos processos de Gestão de Arquivos, com o arranque do novo Centro de Documentação e Arquivo e serviços associados prestados pela SmartIT.

Por sua vez, a Vortal, por intermédio do portal E-constroi tem vindo a afirmar-se no panorama do comércio electrónico como um caso de sucesso, consolidando a sua presença em Portugal continental e ilhas e expandindo a actividade para Espanha.

O ano de 2004 revelou-se positivo, com um volume de negócios na ordem dos 3,9 milhões de euros e resultados líquidos consolidados de cerca de 754 mil euros.

As participadas da Somague TI (SmartIt, com uma participação de 60% e a Vortal, com uma participação de 10,07%) contribuíram de forma muito positiva para os resultados consolidados, excedendo largamente os valores objectivo para o ano.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	2.760.792	3.080.640	3.796.610
ACTIVO LIQUIDO	4.871.946	5.387.028	5.755.924
VOLUME NEGOCIOS	3.212.541	3.804.815	3.941.412
RESULTADO LIQUIDO	363.809	365.021	754.421
PARTICIPAÇÃO	100 %	100%	100%

Participadas da Somague Engenharia – SUCURSAL DO BRASIL

No exercício de 2004 a Somague Engenharia do Brasil viu a sua atividade limitada à condução dos negócios já em curso tendo vindo a concluir com enorme sucesso o contrato de Construção do Lote 1 do Canal Adutor do Castanhão, no Estado do Ceará. Esta realidade deveu-se essencialmente a dois factos:

1. Por um lado, contrariando as expectativas criadas no final do exercício anterior, o investimento público e privado em infraestruturas no Brasil manteve-se estagnado, ao nível de 2003, acreditando-se agora que 2005 seja, de facto, o ano da retoma no sector.
2. Por outro lado, a nossa actuação foi também fortemente marcada pela mudança de estratégia operacional do Grupo no Brasil. Numa primeira fase, 2º trimestre, ou seja, imediatamente após o acordo celebrado entre a Somague e a Sacyr para a operação de troca de participações, vivemos um período de reflexão visando a redefinição de estratégias

nos mercados internacionais. Em sequência, o Brasil viu reforçada a sua imagem de mercado de grande interesse estratégico para o Grupo, mas vindo a inflectir a sua actuação prioritária para os Programas de Concessões de Infraestruturas e PPPs (parcerias público/privadas) que agreguem construção, não descartando, obviamente, oportunidades no mercado tradicional de construção que se revelem estrategicamente atractivas.

No seguimento do aírás referido a estrutura operacional do Grupo no Brasil veio a ser adaptada a esta nova realidade passando a existir uma única estrutura verticalizada que actuará em uníssono para todas as áreas de negócio. Esta nova organização está hoje fortemente concentrada nas oportunidades que se desenham para ano de 2005, tais como os novos Programas de Concessões Rodoviárias Estaduais e Federal, Concessões de Infraestruturas de águas e saneamento, alguns projectos na área dos PPPs (Expresso Ferroviário São Paulo – Guarulhos, Corredor Metropolitano do Noroeste em Campinas, entre outros) bem como algumas oportunidades na área da construção tradicional, como por exemplo, os projectos de continuidade do Canal Adutor do Castanhão.”

No quadro que se segue espelha-se a evolução dos principais indicadores da Empresa.

Unid: Euros

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	1.649.333	3.145.246	3.169.197
ACTIVO LIQUIDO	5.638.462	5.352.110	7.283.538
VOLUME NEGÓCIOS	9.487.680	7.589.231	7.277.515
RESULTADO LIQUIDO	2.040.539	1.465.887	11.135
PARTICIPAÇÕES	100 %	100%	100%

Participadas da Somague Engenharia - CVC – Construções de Cabo Verde S.A.R.L.

A actividade internacional da Somague Engenharia foi reorganizada no último trimestre de 2003, passando a actividade de Cabo Verde a estar ligada à estrutura da Direcção Geral Norte.

Esta reestruturação permitiu não só uma melhoria significativa da produtividade e da eficácia, por via da integração numa estrutura de maior dimensão e com maior número de valências, como ainda potenciar de forma elevada as possibilidades de troca de experiências e a uma mútua aposta de formação de quadros.

Durante o ano de 2004 prosseguiu o reforço de imagem de qualidade e cumprimento de prazos na execução de obras, que consolidam a liderança em Cabo Verde, e ainda de aproximação da empresa ao mercado local, criando uma estrutura mais flexível que se adapte às variações do investimento público e privado.

As principais obras em curso e iniciadas foram:

- Reabilitação e ampliação da Estrada S.Domingos/Assomada
- Ponte dos Órgãos
- Urbanização da Cidadela,Achada,Palmarejo
- Complexo Residencial "Ondas do Mar"
- Complexo Residencial "Miramar"
- Hotel Riu Funana
- Torre de Pedra Rachada
- Recuperação Armazém Garantia
- Remodelação do Hotel Trópico

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	420.440	854.049	1.628.051
ACTIVO LIQUIDO	15.152.632	15.109.232	19.340.861
VOLUME NEGOCIOS	16.180.871	14.766.903	24.610.246
RESULTADO LIQUIDO	(1.770.990)	409.102	(991.647)
PARTICIPAÇÃO	57,62%	57,62%	62,67%

**Participadas da Somague Engenharia – HABITAR – Sociedade de Construções, LDA. /
SOMAGUE ENGENHARIA S.A. – Sucursal de Angola**

O ano de 2004 reflectiu o início dum ciclo que se espera duradouro e que materializou algumas das expectativas já referidas no relatório de 2003.

Com um aumento do volume de negócios em cerca de 60% relativamente a 2003 as duas empresas a operar no mercado angolano foram objecto duma reorganização final com o intuito claro e determinado de uniformizar todos os processos operacionais ao nível produtivo e de gestão como os que são utilizados na Casa-mãe.

Implementou-se, conforme anunciado em 2003, um sentido de responsabilidade social que se materializou já na recuperação duma escola primária na cidade de Luanda.

Esta consciencialização é fundamental para permitir a inserção plena da marca Somague no mercado Angolano com todas as consequências positivas que daí possam advir.

As grandes potencialidades existentes impuseram um reforço dos meios deslocados em Angola a nível das chefias das diversas frentes (produtiva, de estaleiro central e de estrutura de sede) para preparar os anos seguintes e a carga de trabalhos angariada em 2004.

Dessa carga importa ressaltar como principais referencias as seguintes empreitadas iniciadas em 2004:

- Maternidade Lucrécia Paim
- Construção de 290 casas e respectivas infraestruturas para a Cooperativa do Embondeiro
- Biblioteca Agostinho Neto
- Banco Nacional de Angola – Reformulações diversas no Edifício Sede
- 3 Postos de abastecimento de combustível da Sonangol

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa e da sucursal:

Unid: Euros.

	2002	2003	2004
CAPITAL PROPRIO	(1.067.851)	8.191.110	9.617.407
ACTIVO LIQUIDO	38.281.301	51.327.029	55.903.444
VOLUME NEGOCIOS	23.621.860	25.611.294	29.824.864
RESULTADO LIQUIDO	418.765	(93.276)	71.260
PARTICIPAÇÃO	100%	100%	100%

Situação Económica e Financeira da Somague Engenharia

Apesar das incertezas relacionadas com a conjuntura nacional e internacional, viveu a empresa no exercício de 2004, um período de moderada tranquilidade, em consequência da estratégia que tem vindo a ser desenvolvida e que tem permitido à Somague Engenharia ter uma actividade menos dependente dos clientes públicos tradicionais.

Será contudo, e apesar do Grupo continuar a incrementar uma política de envolvimento da construtora em projectos articulados com a área imobiliária e de serviços, privilegiando a venda de soluções integradas, difícil de manter o desempenho conseguido na actividade de construção que desenvolveu no mercado nacional, em consequência das dificuldades pelas quais passa o sector, já fortemente enfatizadas. Mantém contudo a Somague Engenharia para 2005, como objectivos globais, níveis de actividade consolidada e de resultados líquidos equivalentes aos apurados nos dois últimos exercícios.

É de registar o bom desempenho das participadas nacionais, que têm permitido reforçar a presença do Grupo nas Regiões Autónomas e aumentar as competências em algumas áreas de negócio complementares à sua actividade, como é o caso por exemplo da Neopul e da Tegael, nomeadamente nos segmentos das Infra-estruturas Ferroviárias, Abastecimento de Água e Saneamento, Telecomunicações Móveis e Sistemas de Energia.

Deu-se continuidade à reorganização da actividade internacional da construtora, aparecendo hoje, fruto da nova estrutura accionista, fortemente direcionada para o mercado Espanhol, tendo arrancado com uma primeira Empreitada em Gijon, mantendo a actividade nos mercados angolano e brasileiro, mercados, que, e apesar das suas especificidades, têm um forte potencial de crescimento e onde a empresa intervém de forma prudente e estruturada, estando também bem posicionada para poder iniciar a sua actividade na Bulgária, através da participação numa concessionária com 445 Kms de auto-estradas com portagens reais, projecto que involverá uma.

A Somague orgulha-se de ter uma área de Engenharia estável e flexível, facilmente moldável a alterações de conjuntura, suportada numa gestão rejuvenescida e em modernos sistemas de informação, com uma capacidade operacional que lhe permite estar presente na esmagadora maioria dos grandes projectos em curso em Portugal, com grande capacidade de mobilização para grandes projectos internacionais e com padrões de qualidade e segurança reconhecidos pelo mercado.

No futuro, e em consequência da sua integração num grupo de grande dimensão ao nível Ibérico e Europeu, o GRUPO SACYR VALLEHERMOSO, incrementará a rentabilização das capacidades existentes e o desenvolvimento progressivo do envolvimento em projectos articulados com a área de serviços e imobiliária do GRUPO, na óptica da venda de soluções integradas aos seus clientes.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo da evolução dos principais indicadores económico-financeiros do consolidado da Somague Engenharia:

Unid: Euros

Indicadores	2002	2003	2004
--------------------	-------------	-------------	-------------

Actividade

Volume de negócios	735.365.144	847.047.207	837.450.473
--------------------	-------------	-------------	-------------

Rendibilidade

Resultados Líquidos	10.632.838	11.600.427	7.508.651
Res. Operacionais	20.051.466	23.667.359	18.122.543
Res. Finan./Vol negócios	(0,88%)	(0,64%)	(1,29%)
Meios libertos	28.550.163	29.267.700	28.603.967

Estrutura Financeira

Capitais Próprios	100.304.199	101.545.920	96.502.795
Autonomia Financeira	14%	14%	13%

Somague Ambiente

A Somague Ambiente, enquanto subholding da Somague para o sector, prosseguiu a consolidação da presença em todas as áreas ligadas aos negócios de energia e ambiente, onde se encontra envolvida.

A nova estrutura accionista da Somague, potencia a aposta nos serviços de energia e ambiente em novos mercados, tendo em conta o empenho da VALORIZA – sub-holding do Grupo Sacyr-Vallehermoso para aquelas áreas – em reforçar o protagonismo no sector, com recurso, nomeadamente, à experiência e capacidade de técnica das empresas operacionais da Somague Ambiente.

Mais importante se torna tal rasgar de horizonte, se tivermos em atenção a continuada indecisão política no nosso País, quanto ao papel das empresas privadas nos negócios ambientais, bem como as dificuldades financeiras que atravessam as Autarquias, enquanto principal cliente potencial.

Já no início de 2005, a Somague Ambiente e a Valoriza passaram a deter 100% da Finerge que prosseguiu o seu desenvolvimento a bom ritmo, confirmando tratar-se de uma empresa a actuar numa área de negócios valorizada e muito interessante.

Abertos às evoluções do mercado no domínio dos negócios associados à energia e ao ambiente, apoiamos o arranque de um núcleo de especialistas no domínio da chamada “economia do carbono”. A E-Value estuda a prepara oportunidades neste vasto campo, com futuro garantido face às preocupações da Comunidade Internacional, expressas na Ratificação do Protocolo de Kyoto.

No domínio das águas e saneamento, resíduos e consultoria, fez-se sentir com especial ênfase a crise económica e estado das finanças públicas, assim como o arrastar da clarificação política.

Contudo, as nossas empresas que actuam naquelas áreas, reforçaram a sua presença no mercado “possível”, consolidando quotas de mercado, métodos de trabalho –

nomeadamente na obtenção de Certificações – e conseguindo defender e aumentar os seus volumes de negócio e de resultados.

AGUAS E SANEAMENTO: AGS – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE

O ano de 2004 foi mais um ano globalmente positivo para a AGS.

No final do ano a empresa estava maior, mais valorizada, mais rentável e mais estruturada.

A AGS é hoje a única empresa do sector certificada com as Normas ISO 9001 e 14001. Lideramos o mercado privado de Prestação de Serviços e de Concessões na área do saneamento básico.

O ano 2004 foi mais um ano em que as expectativas de definição de política para o sector do ambiente, em geral e da água, em particular, foi adiada e em que o poder político não conseguiu, sequer, estabelecer o quadro de intervenção das empresas privadas neste mercado. Pelo contrário, mantiveram-se as indefinições já instaladas há vários anos e continuou a concorrência entre as empresas públicas e as empresas privadas em concursos lançados por entidades públicas.

Durante o ano de 2004 foram iniciadas as actividades em novas concessionárias. (AGS Paços de Ferreira, Águas de Barcelos e Águas do Marco) e foram adjudicados novos concursos (Penafiel, Covilhã, Tavira e Faro).

Foi ainda em 2004 que se consolidou a intervenção da AGS ao nível das empresas Viveiros do Falcão e Hidurbe sendo que, na primeira destas empresas se procedeu a uma profunda reestruturação e se espera ter assegurado a sua definitiva recuperação.

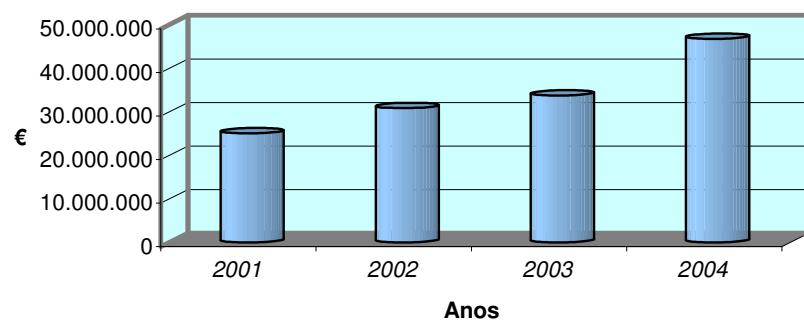
Em termos globais a AGS cumpriu com os objectivos definidos e orçamentados tendo o volume de negócios consolidado atingido um montante de 46,8 milhões de Euros.

Podem caracterizar-se assim os principais indicadores da AGS comparados com os ocorridos nos últimos anos:

INDICADORES DIVERSOS DA AGS

Descrição / Anos	2001	2002	2003	2004
Volume de Negócios	6.149.366	6.514.740	6.483.210	10.651.098
Resultados Operacionais	933.903	1.365.740	736.183	1.213.594
RAI	-954.325	345.030	250.709	1.164.690
Resultados Liquídos	-1.211.286	25.481	110.970	1.027.437
Total de Investimento em Participadas		3.770.000	4.500.000	9.470.000
Nº Empresas Concessionárias	8	9	9	11
Volume de Negócios Grupo AGS	58.454.218	71.661.489	78.944.095	98.849.005
Volume de Negócios Consolidado AGS	25.092.344	30.831.222	33.756.133	46.819.542

Volume de Negócios Consolidado



No que respeita à actividade de produção, SECTOR DE ENGENHARIA E OPERAÇÕES, O ano de 2004 foi caracterizado pelo início de novos contratos de exploração e assistência técnica, assim como pelo início de um contrato de exploração de uma ETAR para um cliente industrial. A obtenção da certificação ambiental ISO14001:1999 foi outro dos objectivos alcançados, colocando a AGS em posição de destaque entre os prestadores de serviços no sector das águas.

Em linhas gerais, destacam-se em 2004 as seguintes actividades:

- Início do contrato de Alenquer - Janeiro
- Início do contrato da ERSUC Coimbra – Maio
- Início do contrato da Italagro - Julho
- Início do contrato de Paços de Ferreira - Outubro
- Início do contrato de assistência técnica às ETAs de Mogadouro - Junho
- Início do contrato de prestação de serviços de controlo analítico de Odemira - Setembro
- Consultoria na certificação ISO9001:2000 da Ambiporto
- Execução da obra Mauri Fermentos, S.A.
- Implementação do MAC em rede, com linhas dedicadas em todas as instalações
- Criação de um boletim mensal de actualidades –
- Reabilitação das EE's Mata Foz do Arade e Praia do Vau, em Portimão
- Reabilitação da EE D.Aná, em Lagos
- Certificação ISO14001:1999 de todas as prestações de serviços SEO e renovação da Certificação ISO9001:2000

No que respeita ao sector de projectos de concessões, salientam-se os seguintes factos mais relevantes:

- Planeamento e desenvolvimento de uma intensa actividade comercial junto das autarquias e associações de municípios, divulgando a alternativa de concessão junto dos respectivos responsáveis e disponibilizando estudos de viabilidade para apoio às decisões.
- Colaboração na actividade comercial desenvolvida em Espanha, nomeadamente em Léon e Santander.
- Participação maioritária nos 2 concursos lançados (Concessão de Matosinhos e Venda de 49% do Capital Social da Agere, EM).
- Adjudicação das propostas para as concessões de Penafiel, Covilhã, Faro e Tavira e assinados os Contratos de Paços de Ferreira, Barcelos e Marco de Canavezes.
- Participação nos Projectos de Apoio às concessionárias
 - Arranque das Concessionárias:
 - Águas de Penafiel
 - Águas da Serra (Covilhã)
 - Empresa Municipal de Faro
 - Empresa Municipal de Tavira (Tavira Verde)
 - Iniciativa Nacional para a Simulação de Sistemas de Abastecimento de Água – INSSAA
 - Projectos Especiais
 - Aplicação da metodologia de planeamento CARE W
 - Montagem e arranque de um projecto investigação aplicada no âmbito do controlo de perdas

Durante o ano de 2004 reforçou-se a presença de outras empresas do Grupo Somague na prestação de serviços às Concessionárias, destacando-se o envolvimento do SEO – Sector de Engenharia e Operações da AGS na Prestação de Serviços, da Procesl na elaboração de Projectos e da Somague Engenharia na execução de obras.

No que respeita ao Sector de Apoio às Concessionárias há a destacar:

- A Promoção, transferência e centralização de alguns serviços:
- Acompanhamento e controlo da performance Técnico-Comercial das Concessionárias
- Implementação de um Sistema de Informação uniforme nas Concessionárias maioritariamente detidas
- Apoio na constituição e arranque da actividade das novas Concessionárias:
 - AGS Paços de Ferreira
 - Águas de Barcelos
 - Águas do Marco
- A coordenação e desenvolvimento de projectos específicos:
- A detecção de fugas
- Constituição da central de aprovisionamentos
- A INSSAA – Iniciativa Nacional para a Simulação de Sistemas de Abastecimento de Água

Como objectivos e perspectivas para 2005, destaca-se o acompanhamento da evolução do Sector, assegurando que a AGS estará presente qualquer que seja a reestruturação que vier a ser implementada, reforçando o seu posicionamento como a empresa privada mais estruturada e consistente no mercado.

Em termos mais concretos e operacionais foram definidos os seguintes objectivos para 2005:

- Reforçar a posição de liderança no mercado de Prestações de Serviços junto dos Municípios;

- Manter a posição de liderança como empresa privada no mercado das Concessões Municipais;
- Garantir a presença da AGS na gestão diária de todas as empresas participadas, reforçando o espírito e cultura de empresa e consolidando a coordenação das actividades comuns às várias participadas.

ENERGIA: FINERGE – GESTÃO DE PROJECTOS ENERGÉTICOS, S.A.

Dentro da estratégia definida pela SOMAGUE, avançou-se com a aquisição dos restantes 50% da Finerge que, até à data, se mantinham na posse da Unipower, SGPS, S.A. – empresa detida pela SIIF Luxemburgo, Fundo Novenergia e pelo Dr. António Gellweiler.

A Finerge tem-se afirmado cada vez mais como uma referência no mercado das energias renováveis, sendo inclusivamente uma das maiores empresas nacionais no sector da produção independente de energia eléctrica.

Seguindo a tendência mundial do sector, a Finerge tem vivido nos últimos anos um forte crescimento. Dos 320 MWs em carteira, a empresa tem em plena exploração 27 MWs em parques eólicos e 33 MWs em cogeração. A acrescer, encontram-se em construção cerca de 51 MWs em parques eólicos ao que equivale um investimento total de €58.400.000,00, enquanto os restantes projectos se encontram em fase de desenvolvimento (210 MWs) representativos de um investimento na ordem dos €230.000.000,00.

A forte actividade tem sido acompanhada por um desempenho financeiro assinalável, tendo os resultados líquidos de 2004 atingido os €2.686.000 (mais €1.300.000 do que em 2003) e o volume de negócios os €18.194.000.

A contribuir para a performance da Finerge estão os novos projectos que iniciaram a exploração em 2004, tais como o PE (parque eólico) do Alvão II (10.000 MWs), o PE Raia (2.600 MWs), o PE Manique (2.600 MWs) e a Carvemagere (2.200 MWs) aliados a todos os projectos em exploração que mantiveram um desempenho manifestamente positivo.

Seguindo a tendência dos últimos anos, 2005 deverá ser um ano de referência para a Finerge com a exploração de projectos de grande dimensão como o PE Outeiro (30 MWs, com uma facturação média anual de €7.500.000,00), o PE Costa Vicentina (10 MWs), o PE Espiga (36 MWs, detido em 32%) ou o PE Serra da Capucha (10 MWs, detido em 50%).

Ainda que a actividade ao nível da cogeração, fruto da saturação do mercado, seja comparativamente pouco significativa, a Finerge mantém-se activa na procura de novos negócios, nomeadamente na aquisição e dinamização de centrais que se encontram em exploração, procurando modernizá-las e adoptá-las às mais recentes características do sector. Mesmo atendendo à maturidade do mercado, foi recentemente assinado um protocolo de entendimento entre a Finerge, a TP - Sociedade Térmica Portuguesa e a Continental-Mabor para a construção de uma central de cogeração com uma potência de 3,8 Mwe, correspondendo a um investimento total de €3.670.000.

RESÍDUOS SÓLIDOS: HIDURBE – GESTÃO DE RESÍDOS, S.A.

O ano de 2004 foi mais uma vez marcado pela falta de decisões governamentais na área dos resíduos, quer em termos de lançamento de novos concursos para implementação de novas soluções para os sistemas que se encontram esgotados, quer em termos de possíveis privatizações dos sistemas multi-municipais.

No entanto, durante o ano de 2004, a Hidurbe manteve a operação e manutenção da ETRSU da Madeira, tendo esta entrado em velocidade de cruzeiro; a operação e manutenção do sistema de tratamento de resíduos sólidos da Ilha de S. Miguel; a limpeza viária da A9, A8 e Via Litoral; a gestão de resíduos dos Estádios de Alvalade e Dragão; a gestão de resíduos de algumas superfícies comerciais do Grupo Sonae, e o Aterro de Inertes de S. Miguel.

Em Agosto de 2004 iniciou-se a nova prestação de serviços ao MARL por 2 anos, na sequência de mais um concurso que decorreu em Junho.

Em Outubro de 2004 entrou em fase de ensaios a Central de Valorização Orgânica da Lipor.

Em final de 2004 iniciou-se a criação da Sociedade que irá gerir as águas e resíduos do concelho de Tavira – TAVIRA VERDE, na qual a Hidurbe participará com 12,25 %.

Foi ainda adjudicado à GSA (empresa participada pela Hidurbe a 50%), a Gestão dos Resíduos Sólidos da Ilha de Porto Santo, estando em fase de audiência prévia, com intenção de adjudicação ao Consórcio que a GSA integra a Concepção/Construção/Exploração das Estações de Transferência e Centros de Triagens do Arquipélago da Madeira.

Facto bastante relevante em 2004 foi o concurso para atribuição de duas licenças para a construção de um Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER), a que a Hidurbe concorreu em conjunto com a Befesa.

Quanto aos objectivos e perspectivas para o ano 2005, dever-se-á manter a política de restrição orçamental imposta pelo governo português, pelo que o investimento público no mercado dos resíduos sólidos deverá registar níveis reduzidos, embora mais elevados que os verificados nos dois últimos anos.

Face a estes condicionalismos orçamentais, a HIDURBE deverá alargar a sua aposta na promoção e montagem de negócios chave na mão para o cliente, ou seja, para além de desenvolver a concepção, construção e exploração, deverá também assegurar o financiamento do investimento.

Outra área de negócios a desenvolver pela HIDURBE será o estabelecimento de parcerias público-privadas com entidades institucionais, concretamente pela participação no capital social de futuras empresas municipais e intermunicipais, tal como em Faro e Tavira.

A HIDURBE pretende ainda expandir a sua actividade em 2005 através da aquisição de uma empresa na área da recolha e limpeza urbana.

ESPAÇOS VERDES - VIVEIROS DO FALCÃO – Empresa de Agricultura e Jardinagem, S.A.

O exercício de 2004 caracterizou-se pela continuidade do processo de reestruturação e reorganização interna da empresa, nomeadamente ao nível da estrutura humana afecta ás áreas Comercial, Produção e Logística de apoio à produção, através da reorganização da equipa de trabalho, procura de novos métodos e produtos e da reorganização do viveiro de plantas, armazém e oficina.

A Viveiros do Falcão manteve a estratégia comercial de angariação de propostas iniciada durante o ano de 2003, tendo a Direcção Comercial realizado um esforço significativo no sentido de aumentar o volume de propostas apresentadas. Como consequência desta estratégia foi possível aumentar o volume de adjudicações de obras em detrimento das adjudicações de manutenções.

De entre as adjudicações de 2004, pela sua importância e volume de trabalho, salientam-se as seguintes obras:

- Arranjos Exteriores do Freeport de Alcochete
- Arranjos Exteriores do Conjunto Turístico Sofitel Vilamoura
- Arranjos Exteriores do Palmela Village
- Arranjos Exteriores do Campo Real, em Torres Vedras

No que respeita a manutenções houve estabilização do nível de carteira da empresa, tendo sido angariada a manutenção de espaços verdes da Câmara Municipal de Portimão.

A Viveiros do Falcão apresentou um volume de negócio de 5.189.590 euros, o que representa um crescimento de 17.46 %, quando comparado com o volume de negócio de 2003.

Quanto aos objectivos e perspectivas para 2005, prevê-se um volume de negócio de 6.866.876 euros, que se traduz num crescimento de 32%, quando comparado com o volume de 2004.

Este crescimento deve-se em grande parte à carteira de construção de obras e manutenção de espaços verdes transitada do ano de 2004.

Será nossa política manter um esforço comercial muito exigente, na angariação de negócio, quer ao nosso cliente tradicional o Empreiteiro de Obras Públicas e Construção Civil, mas também a clientes como sejam as Entidades Camarárias e Entidades Privadas.

A empresa terá que se adaptar à agressividade do mercado dos espaços verdes, pelo que será de maior importância a aposta e consequente especialização em áreas de negócio mais específicas, como sejam a construção e manutenção de campos de futebol e campos de golfe.

CONSULTORIA: PROCESL ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA.

Ainda não foi durante o ano de 2004 que se verificou o crescimento da economia nacional, tendo-se mantido, na linha de 2003, a retracção de investimento público e privado em geral.

Este estado das coisas continuou a afectar, o mercado da consultoria, estudos e projectos, especialmente porque tem forte dependência dos investimentos públicos em infra-estruturas e nos grandes projectos de índole nacional e regional.

À semelhança dos anos transactos continuou a verificar-se a concorrência das universidades e institutos públicos, numa situação de concorrência desleal, muitas vezes sem se sujeitarem a concurso.

Apesar destes factores desfavoráveis, a PROCESL apresentou um nível de actividade superior ao de 2003, - em 5%, atingindo 4.844 mil Euros, de volume de negócios, com RAI de 343.739 Euros - inerente ao trabalho desenvolvido no âmbito do sector privado, para os estudos e projectos de infra-estruturas públicas de águas e águas residuais, a que correspondem taxas de sucesso comerciais bastante elevadas.

Em consonância com a cultura da PROCESL, continuou-se a investir fortemente na área tecnológica, com especial relevância para a aquisição de variado software para a produção e para a modernização do parque informático, através de novas aquisições.

Em 2003 a PROCESL obteve a certificação ambiental pela Norma ISO 14001, e durante o 2º semestre teve lugar a auditoria de acompanhamento que deu lugar à renovação da certificação pela norma ISO 9001-2000.

MACAU / CHINA: CESL-Ásia Investimentos e Serviços, S.A.

Em 2004, a CESL-Ásia consolidou e desenvolveu as suas várias áreas de negócio em consonância com os investimentos importantes no turismo e em infra-estruturas decorrentes, em grande parte, do fim do monopólio do jogo em Macau.

A CESL-Ásia, como empresa holding do grupo, concentra as decisões estratégicas, financeiras e de marketing e coordena as empresas operacionais nos três principais sectores de actividade, nomeadamente, a MPS (Macau Professional Services) em consultoria e gestão de projectos, a Focus, na área de “Facilities Management”, e a AGS Macau, na gestão de infra-estruturas ambientais.

A Focus, através de uma subsidiária (Focus Airport Services) obteve em fins de 2004 a renovação do Contrato de Operação e Manutenção do Aeroporto Internacional de Macau por mais três anos. Esta renovação, para além de incrementar as receitas, fruto da melhoria das condições contratuais, permite à empresa continuar a liderar o mercado de “Facilities Management” em Macau.

A MPS incrementou a sua facturação em 2004, devido principalmente à prestação de serviços ao Governo de Macau e a uma das novas operadoras de jogo (Venetian). A prestação de serviços ao Governo incluia nomeadamente a supervisão e coordenação da remodelação do Estádio Olímpico de Macau e novos Pavilhões Polidesportivos relacionados com a organização em 2005 dos Jogos da Ásia Oriental, assim como na arquitectura, engenharia e projectos de infra-estruturas na Barra uma das mais importantes zonas urbanas da Península de Macau. Por outro lado a MPS está a realizar serviços importantes para uma das novas operadoras de jogo (Venetian) no desenvolvimento do casino Sands, que começou a operar em 2004 e na zona do Cotai, num “resort” que implica, numa primeira fase, um milhão de metros quadrados de área construída.

A AGS Macau concentra as operações na área do ambiente e obteve em fins de 2004 a adjudicação de um Contrato de Gestão da Expansão da Capacidade Operacional da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau, incluindo Execução dos Projectos, Gestão das Empreitadas e Serviços Adicionais de Operação e Manutenção o que vai permitir duplicar a capacidade da central para além da modernização dos equipamentos existentes. A operação das Estações de Tratamento de Aguas Residuais da Taipa e Coloane continua a ter um desempenho eficiente e com resultados acima do orçamento.

Com o aumento das suas actividades o número de colaboradores no grupo foi aumentado ligeiramente em relação a 2003 para um total de 313 pessoas no fim do ano de 2004. A situação do mercado laboral em Macau é, no entanto preocupante, na medida em que a procura decorrente dos novos investimentos é manifestamente superior à oferta o que tem causado e continuará a causar aumentos significativos nos salários. A CESL Ásia tem tomado várias medidas no sentido de minorar os efeitos negativos e manter a qualidade dos serviços prestados.

Somague Itinere

As circunstâncias conhecidas que, politica e economicamente, marcaram o ano de 2004 em Portugal, afectaram uma vez mais, de modo significativo, o desenvolvimento do sector de concessão de infra estruturas, no qual se insere o núcleo essencial da actividade da Somague Itinere.

A inexistência de uma retoma do crescimento, com a consequente estagnação da actividade dos agentes económicos e o sentimento de pessimismo instalado nos consumidores, é desde logo responsável pelo fraco crescimento do tráfego que se verificou nas vias concessionadas em que a Empresa participa, onde a variação, ainda que positiva, é insuficiente para atingir os níveis desejados e perspectivados nos modelos económicos que as suportam.

Por outro lado, os ténues sinais de lançamento de novos projectos, susceptíveis de permitirem um alargamento do negócio, não vieram a ter concretização, continuando assim a aguardar-se o desfecho ou conclusão de processos concursais anteriormente iniciados, bem como o lançamento de outros, sucessivamente anunciados e adiados.

Também a expectativa criada pela definição do enquadramento legal das Parcerias Público-Privado, possibilitando o envolvimento do sector privado no projecto, construção, financiamento e operação de equipamentos de uso colectivo, não susceptíveis de integral reembolso através do pagamento pelos seus utilizadores, não veio a ter confirmação, permanecendo vários Projectos em fase de estudo da sua viabilidade, fortemente condicionada pelas preocupações de natureza orçamental, associadas aos imperativos de contenção do défice público.

O mercado externo em que a actividade da Empresa está presente – Brasil – não permite também compensar o panorama pouco positivo do mercado nacional.

No caso do Brasil, a melhoria das condições económicas e a desaceleração da desvalorização cambial possibilitaram obter reflexos significativos da actividade das concessionárias onde a Empresa participa; todavia e no que se refere a novas oportunidades de negócio, não obstante o discurso político, quer Federal, quer ao nível de alguns Estados, anunciando iniciativas de concessões em vários sectores de actividade, nenhum novo concurso foi lançado.

Na Grécia, a focalização na conclusão das infra estruturas indispensáveis aos Jogos Olímpicos explica, ao menos parcialmente, a inexistência de qualquer desenvolvimento nos processos de concessão de auto estradas, em que, recorde-se, a Somague Itinere integra grupos pré-qualificados para dois dos lotes em licitação.

Consequência da operação de integração do Grupo Somague no Grupo SACYR VALLEHERMOSO, a Empresa atravessou ao longo do ano de 2004 um processo de progressiva articulação operacional com a sub-holding de concessões, a ITINERE INFRAESTRUCTURAS, S.A.U.

Esta orientação, que culminou no inicio de 2005 com a transmissão de 80% do capital social da Somague Itinere, da Somague SGPS para a ITINERE Infraestructuras, SAU, traduziu-se pelas seguintes actuações principais:

- delimitação do objecto de negócio da Empresa, em coincidência com o da correspondente área do Grupo SyV, concentrado na concessão de infra estruturas de mobilidade, particularmente as auto-estradas com portagem (real ou “sombra”), sistemas de transporte ferroviário, portos e aeroportos;
- estabelecimento de um modelo comum de acompanhamento das concessões em operação e de seguimento dos projectos em curso;

- aproveitamento das sinergias de Grupo, nomeadamente ao nível dos recursos mobilizados;
- adopção de uma marca comum – “ITINERE” – com a necessária alteração da denominação social da Somague Concessões e Serviços, SA.

Consequência da orientação do negócio estabelecida, a Somague Itinere transferiu para a Somague Engenharia a condução da participação do Grupo no projecto dos Hospitais em Parceria Público-Privado, mantendo-se apenas formalmente na sociedade instrumental criada para esse efeito, bem como nos agrupamentos concorrentes aos hospitais de Loures e Cascais, de modo a evitar que qualquer perturbação de natureza jurídica colocasse em risco a respectiva posição.

Resultado deste novo enquadramento accionista, a Somague Itinere posicionou-se como o instrumento do Grupo para o desenvolvimento da actividade de concessões nos mercados português e brasileiro, e como uma equipa competente e capacitada para, no âmbito de novos mercados internacionais, se conjugar com os restantes quadros da ITINERE e empreender o lançamento de novas concessões.

A Somague Itinere detém actualmente participações em cinco concessionárias, em Portugal e no Brasil, que no seu conjunto representam um total 913 km em exploração distribuídos de acordo com o quadro e o gráfico seguintes

QUILÓMETROS EM EXPLORAÇÃO	
	2004
Auto-Estradas do Atlântico	170
Lusoponte	20,5
Vialitoral	44,2
Triângulo do Sol	442,2
Vianorte	236,1
Total	913



Não obstante as limitações de conjuntura já anteriormente referidas não terem permitido alcançar os níveis desejados, o desempenho operacional das várias concessionárias foi globalmente positivo, todas elas registando crescimento nos indicadores de tráfego, quando comparados com o ano anterior.

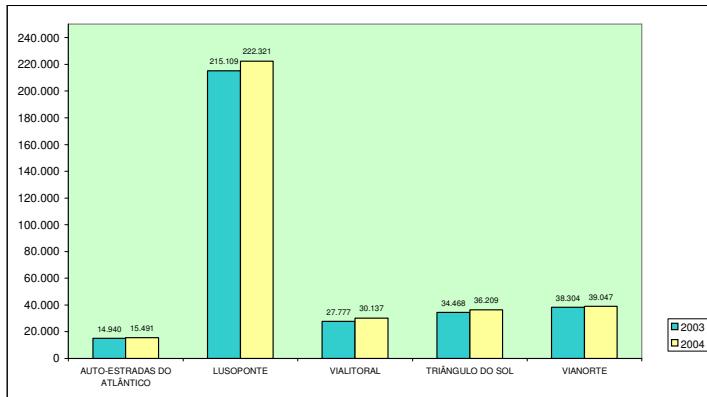
TRÁFEGO E CIRCULAÇÃO			
	2003	2004	VARIAÇÃO 2004/2003 (%)
AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO			
Tráfego Médio Diário	14.940	15.491	3,63%
Circulação	7,45	7,74	3,89%
LUSOPONTE⁽¹⁾			
Tráfego Médio Diário	215.109	222.321	3,35%
Circulação	5,85	6,12	4,62%
VIALITORAL			
Tráfego Médio Diário	27.777	30.137	8,50%
Circulação	3,75	4,07	8,53%
TRIÂNGULO DO SOL			
Tráfego Médio Diário	34.468	36.209	5,05%
Circulação	55,63	58,60	5,34%
VIANORTE			
Tráfego Médio Diário	38.304	39.047	1,94%
Circulação	33,01	33,74	2,21%

Circulação (VxKm) 10⁸

(1) Ponte Vasco da Gama e Ponte 25 de Abril

Merce particular referência a situação da Auto-Estradas do Atlântico e da Lusoponte, que consolidam uma tendência de crescimento do tráfego, bem como da Triângulo do Sol que evidencia de modo claro a recuperação da economia brasileira e, consequentemente, uma performance mais de acordo com as expectativas criadas em fase de concurso.

Situação verdadeiramente excepcional é a da Vialitoral, cuja utilização crescente confirma a importância estratégica de que esta via se reveste para a mobilidade na Madeira, particularmente na zona envolvente do Funchal.



Anotam-se em seguida alguns dos aspectos mais relevantes da actividade das concessionárias no exercício de 2004

Auto-Estradas do Atlântico

- Foram executadas intervenções a nível de pavimentos, designadamente o reforço estrutural e reabilitação funcional do lanço Torres Vedras Norte/Bombarral, numa extensão de 7,5 km, e o reperfilamento e reabilitação funcional de diversos troços.
- Relativamente a Obras de Arte e Túneis, procedeu-se ao reforço estrutural do hasteal central e da fundação do Túnel da Tornada e ao levantamento do tabuleiro da PS1, ao Pk 123+190 da A8, por forma a garantir um gabarito mínimo de 5,0 m sobre a berma direita.
- No que concerne a novas construções, de realçar a construção do Polo Avançado da Tornada que servirá de apoio à Operação das Direcções de Exploração e dos Serviços de Informação.
- Após a remodelação do Sistema de Portagens Manuais da A8 Sul e respectiva unificação da plataforma tecnológica em toda a concessão, realizada no ano de 2003, foi possível, no decurso de 2004, empreender um processo de optimização e melhoramento técnico e

processual, que resultou numa redução superior a 40% no número de avarias, incrementando substancialmente a qualidade do serviço prestado ao cliente e consequentemente a sua satisfação.

-No âmbito dos sistemas de informação foi concluído o Projecto Interno de Segurança (PRIS) que pelas soluções tecnológicas adoptadas, a par da sua relação custo/benefício se tornou numa referência de mercado, tornando-se num *case study* já visitado por inúmeras empresas e referenciado pela imprensa da especialidade.

- Na sequência das reclamações apresentadas pela AEA ao Estado Concedente, referentes a pedidos de reposição financeira, decorreram as reuniões de negociação com a Comissão nomeada para o efeito, que culminaram na emissão do relatório da Comissão de Acompanhamento das negociações e que veio a obter aprovação no inicio de 2005.

- Teve inicio o julgamento referente ao processo em Tribunal arbitral referente à petição de sobrecustos durante a fase de construção e decorrentes de factos de Força Maior e de atrasos, por parte do Estado, em processos expropriativos.

- No plano internacional foi dada continuidade aos projectos já iniciados, tendo sido reforçada a participação consultiva da AEA nos diversos fóruns de especialistas no âmbito da União Europeia, em particular naqueles coordenados pela DGTRN da Comissão Europeia.

Lusoponte

- Introdução do sistema “photo-tolling” em maio 2004 com recuperação de transitos desde Abril nas duas travessias permitindo a recuperação automática de mais de 50% das transacções em violação nas vias verdes.

- Abertura do Posto de Atendimento a Clientes (Via Verde e Via Card) na Ponte 25 de Abril em parceria com a VVP, em Fevereiro permitindo uma melhoria significativa do serviço

prestado aos nossos clientes; o numero de clientes que utilizou este posto ascendeu a mais de 62,000.

- Melhorias continuas no sistema de pagamento Via Card no sentido de tornar este produto cada vez mais “user-friendly” permitindo a sua consolidação em termos de quota de mercado;o ano finalizou com mais de 26,000 clientes (mais 25% que em 2003) representando este meio de pagamento na Ponte 25 de Abril , em dias úteis, mais de 11% das transacções.

- Implementação em Março de 2004 de um serviço de Cobranças Administrativas (incluindo cobranças coercivas) por forma a maximizar a cobrança de violações e incobrados; durante o ano de 2004 este serviço foi responsável pela cobrança de 160,000 €.

- Finalização da 1^a fase do projecto MISI (Management Information System Improvement) criado com o objectivo de melhorar e simplificar o sistema de reporting possibilitando uma interligação entre os varios sistemas existentes na Empresa (TPM , Pessoal, Armazem, Contabilidade e Tesouraria).

- Finalização das Obras na Ponte Vasco da Gama incluidas no Auto de Recepção Final assinado pela Lusoponte e IEP.

- Redução dos Custos Operacionais em 4,3% face a 2003, apesar do crescimento de tráfego global de 2,5% e da receita em 7,8% , conseguida essencialmente através da redução de pessoal (-3 % para 2003 , - 14% desde 2001) e dos custos das transacções electronicas (- 15%). O impacto final resultou uma melhoria de 20,6% nos resultados antes de impostos.

Vialitoral

- Manteve-se em 2004 como um dos principais objectivos da concessionária a melhoria progressiva da segurança rodoviária, não só através da implantação de elementos complementares nas guardas de segurança destinados à protecção dos veículos de duas

rodas e de dispositivos de amortecimento nos pontos de divergência das vias de saída dos nós da concessão, como também de equipamento de detecção e de combate a incêndio nos túneis existentes.

- A Taxa Interna de Rentabilidade accionista *real* continuou a evoluir favoravelmente, correspondendo, de acordo com a projecção financeira efectuada, a uma taxa de 13,05%, corrigida do valor da inflação.

Triângulo do Sol

- A Concessionária, foi eleita no ano de 2004, por uma organização dos transportadores de carga (NTC) como a 2^a. melhor estrada do Brasil, num universo correspondente a 75.000 Km de estradas analisadas.
- O crescimento do tráfego acompanhou o desempenho da economia, registando um incremento de 4,8%, com uma mudança significativa no seu perfil, já que os veículos comerciais sustentaram um crescimento maior que os veículos ligeiros (“de passeio”), contribuindo para um aumento real na receita de portagem de 8,6% (R\$ 132.046 mil).
- A estrutura accionista da concessionária foi alterada, com a aquisição pela BRAEST (participada da Somague Itinere) de 10% do capital social, de onde resultou uma participação igualitária de ambos os accionistas e para a qual se obteve a aprovação expressa do Poder Concedente (DER/ ARTESP).
- Ainda relativamente ao poder concedente, de assinalar a obtenção de acordo para a o processo de reequilíbrio financeiro, com a assinatura de termo aditivo ao contrato de concessão, em decorrência do qual o modo como foram cumpridas todas as obrigações da Concessionária (obras, operação e ônus) durante os 6 anos de concessão já decorridos foi aprovado e ratificado.
- As acções sociais da Concessionária têm merecido a atenção da comunicação social, com destaque para as campanhas “REINTEGRA BRASIL” (ressocialização de menores

delinquentes) e “SAÚDE NA ÁREA” (campanha de saúde realizada junto de 6.000 motoristas de pesados), sendo esta última premiada em 2003 pela IBTTA.

Vianorte

- Prosseguiu o programa de investimentos da Concessionária, destacando-se a conclusão dos seguintes trabalhos:
 - duplicação de 15 Kms do Anel Viário de Ribeirão Preto
 - 3 trevos (dispositivos) e 4 Kms de marginais em Sertãozinho
 - duplicação parcial de 10 kms da Rodovia Armando Sales de Oliveira
- Na área dos sistemas de apoio à operação, procedeu-se à instalação da Rodovia Inteligente, com 150 kms de fibras óticas, 10 câmaras de TV, 300 call box (telefones de emergência), 4 sensores de tráfego, coordenados por um CCO com “videowall” e 8 postos equipados com monitores.
- Manteve-se um nível elevado de intervenções de apoio aos utilizadores, com 2.163 atendimentos médicos pré hospitalares de urgência, 18.788 atendimentos de socorro mecânico, 5.787 inspecções de tráfego, 8.020 intervenções com remoção da viatura e 187 recolhas de animais soltos nas vias
- A preocupação com a redução da sinistralidade e os resultados obtidos foram premiados com o Premio Vida, concedido pela ARTESP pela redução de 29% no índice de acidentes com mortes.
- Foi dada continuidade à actuação social, com duas campanhas:
 - Projeto Vida, programa preventivo de Educação para o transito, atendeu 27.000 alunos de 9 e 10 anos das escolas públicas de Ribeirão Preto e Sertãozinho
 - Programa Bom de Nota, Bom de Bola, treina crianças carentes nas actividades desportivas, vinculado a um bom aproveitamento escolar.

Resultado do desempenho operacional positivo, antes assinalado, os indicadores económico-financeiros das Concessionárias apresentam globalmente uma evolução positiva, quando comparados com o exercício anterior, como evidenciado no quadro seguinte

CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
PRINCIPAIS INDICADORES - 31.12.2004

Valores em milhares de milhares de euros

	LUSOPONTE		AEA		VIALITORAL	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
INDICADORES ECONÓMICOS:						
Proveitos Operacionais	58.804,3	62.985,5	51.811,5	55.325,4	40.969,4	42.680,4
Custos Operacionais	(10.938,2)	(11.157,1)	(21.778,1)	(22.748,3)	(6.920,8)	(8.264,6)
EBITDA	47.866,2	51.828,5	30.033,4	32.577,1	34.048,6	34.415,8
Margem EBITDA	81,4%	82,3%	58,0%	58,9%	83,1%	80,6%
EBIT	21.708,6	24.760,3	7.493,8	9.827,2	17.863,2	17.512,4
Resultados Financeiros	(25.390,5)	(26.235,5)	(28.334,8)	(25.901,7)	(19.272,0)	(18.803,7)
Resultado Extraordinário	11.206,0	10.548,7	(171,7)	(6,9)	170,6	287,0
Resultado Líquido	5.063,9	6.588,6	(16.602,9)	(11.530,5)	(1.074,8)	(897,8)
INDICADORES FINANCEIROS:						
Activo Líquido	984.340,9	947.461,8	567.503,6	552.979,3	388.536,0	379.460,3
Capital Próprio	48.296,2	53.977,7	21.246,0	9.715,5	16.070,1	15.172,3
Endividamento Bancário	409.360,3	400.436,2	464.247,8	459.837,4	334.388,8	341.077,3

	TRIÂNGULO DO SOL		VIANORTE	
	2003	2004	2003	2004
INDICADORES ECONÓMICOS:				
Proveitos Operacionais	29.342,0	36.823,2	27.677,4	32.404,0
Custos Operacionais	(16.391,2)	(16.165,8)	(17.616,4)	(20.041,8)
EBITDA	12.950,8	20.657,4	10.061,0	12.362,2
Margem EBITDA	44,1%	56,1%	36,4%	38,2%
EBIT	7.035,9	14.838,6	5.960,8	5.572,9
Resultados Financeiros	(3.151,8)	(3.940,5)	(3.055,0)	(3.153,9)
Resultado Extraordinário	2,5	38,7	(1.111,7)	6,8
Resultado Líquido	2.578,7	7.306,3	1.130,4	2.424,9
INDICADORES FINANCEIROS:				
Activo Líquido	80.469,5	82.352,2	46.786,2	52.436,1
Capital Próprio	24.631,1	32.227,6	21.590,4	26.331,4
Endividamento Bancário	19.510,2	16.091,9	22.740,7	22.976,8

Destacam-se os seguintes aspectos mais relevantes:

- incremento generalizado das margens de EBITDA (sendo a Vialitoral a única excepção), resultado da conjugação do crescimento dos proveitos com um permanente esforço de contenção dos custos operacionais;
- incremento dos resultados positivos em Lusoponte, Vianorte e, de modo particularmente significativo, em Triângulo do Sol;
- evolução positiva em AEA e Vialitoral, com redução dos resultados negativos, já previstos de acordo com a actual fase de evolução da vida da concessão.

Como já antecipado no final do exercício anterior o Estado Português retomou o programa de concessões rodoviárias com o lançamento dos concursos referentes ao IC 16/IC 30, na região da Grande Lisboa, e IC 24, na região do Grande Porto.

A Somague Itinere, conjuntamente com a MSF, Lena e Novopca, em ambos os concursos, e com a Brisa na Grande Lisboa, apresentou propostas, não se conhecendo até esta data a decisão quanto à escolha dos dois concorrentes que serão chamados à fase de negociação.

Os processos pendentes, referentes à concessão do IC11 (Lisboa Norte) e SCUT dos Açores, não conheceram qualquer evolução no decurso do ano de 2004.

Conjuntamente com a MSF e a Lena, e em associação com duas empresas búlgaras, foi constituída a sociedade “Trakia Motorway”, na qual a Somague Itinere detém uma participação de 15%, tendo por objecto a negociação com o Estado Búlgaro da concessão, por ajuste directo, de uma auto estrada com portagem no eixo Kalotina – Anel de Sofia (Norte) – Orizovo – Stara Zagora – Nova Zagora – Yambol – Karnobat – Bourgas, num total de 456 km e por um período de 35 anos; culminando um ano de intensos contactos e desenvolvimento de estudos, o Governo da República da Bulgária aprovou em 30 de Dezembro a outorgar a concessão à Trakia Motorway, condicionada à conclusão da negociação do respectivo contrato, que deverá ocorrer durante o primeiro trimestre de 2005.

Na área ferroviária e procurando posicionar-se estrategicamente para as possíveis vertentes de negócio geradas pelo projecto de Alta Velocidade, a Empresa participou activamente nos vários fóruns de discussão sobre o tema, mantendo regulares contactos com as entidades públicas envolvidas no lançamento do processo e desenvolvendo internamente contributos no sentido de configurar um modelo sustentado e economicamente atractivo.

Ainda na área das concessões ferroviárias, foram sendo conhecidos ao longo do ano os novos princípios em que se baseará a Parceria Publico-Privado para o projecto, construção, financiamento e operação de um sistema de metro ligeiro na área de Coimbra, cujo concurso veio a ser lançado já no inicio de 2005.

No Metro de Tenerife, o ano de 2004 foi caracterizado pelas adjudicações de todos os contratos referentes a obra civil, fornecimentos de sistemas, de equipamentos electromecânicos e material circulante, bem como pelo inicio efectivo dos trabalhos no terreno.

Em Dezembro foi apresentada pela MTSA uma maqueta à escala real de parte de um veiculo, com todas as características daqueles que irão circular ao longo dos 12 km do traçado a partir de 2007. Esta iniciativa insere-se numa estratégia de comunicação concebida para, ao longo dos anos de construção, ir aproximando as pessoas deste novo meio de transporte.

Ao longo do ano a equipa da MTSA (na qual a Empresa participa através da Tenemetro) foi-se reforçando, tendo chegado ao final do ano quase completa, relativamente à evolução inicialmente prevista. Desde Setembro, a MTSA integra um quadro técnico destacado pela Somague Itinere, fazendo parte da equipe de gestão de interfaces, área sob a responsabilidade da Tenemetro.

No Brasil, e em articulação com a estrutura local da Somague Engenharia, foram acompanhadas a preparação dos novos programas de concessão de auto estradas, particularmente o Federal e o do estado de S. Paulo, bem como a elaboração da legislação que enquadrará o lançamento de projectos em regime de PPP; simultaneamente, foram desenvolvidos estudos sumários buscando a viabilização do projecto do Expresso de

Guarulhos, no âmbito de uma possível parceria com a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) e a Infraero (entidade gestora dos aeroportos).

O exercício de 2004 caracteriza-se no plano económico-financeiro por duas vertentes, que importa salientar:

- Pelo seguimento da política, tal como efectivado em anos anteriores, de investimento nas participações existentes e em novas participações. Desta estratégia realça-se sobretudo o realinhamento de participações accionistas verificado em Concessões ao longo de 2004, materializando-se:
 - Na aquisição, durante o mês de Julho, de 10% do capital da Triângulo do Sol (através da participada Braest, na qual a empresa detém 100% do Capital), aumentando por esta via a Empresa a participação na referida Concessionária para 50%;
 - Na celebração, em Março de 2004, de um contrato promessa para aquisição pela empresa de 5% do Capital da Auto-Estradas do Oeste, S.A. (sociedade que detém directa e indirectamente 100% do Capital da concessionária Auto-Estradas do Atlântico, S.A.), operação concretizada em Janeiro de 2005;
 - Na constituição da SMLN – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A., sociedade-veículo que detém 10% do Capital da concessionária Brisal – Auto-Estradas do Litoral, S.A.. A participação da Somague Itinere na SMLN é de 19%.
- Pela continuação da actividade de exploração da Empresa, quer por via do envolvimento da sua estrutura organizacional nas participações existentes, quer por via do acompanhamento dos projectos em curso, quer por via do envolvimento da sua estrutura organizacional nas participações existentes.

O volume de proveitos operacionais da Empresa atingiu os 3.630.000 Euros em 2004, a que correspondeu um Resultado líquido negativo de aproximadamente 1.295.000 Euros.

Os activos totais da Empresa atingiram um montante de cerca de 77.500.000 Euros, financiados por um volume de Capitais Próprios de cerca de 21.900.000 Euros.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos principais indicadores económico-financeiros da Empresa:

(Valores em m€)	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Indicadores financeiros:</u>		
Capital próprio	21.906,6	22.973,2
Activo líquido	77.505,7	69.431,8
Endividamento bancário	14.488,6	13.271,5
Endividamento accionista	25.700,0	17.759,9
<u>Indicadores económicos:</u>		
Proveitos Operacionais	3.632,6	3.619,4
Resultados operacionais	(1.227,7)	64,8
Resultados financeiros	(165,8)	645,8
Resultados líquidos	(1.294,2)	1.043,2

Da análise dos principais indicadores destaca-se:

- a) Crescimento apreciável dos Activos do Grupo, resultado sobretudo, como já foi anteriormente referido, do reforço de investimento e suprimentos efectuado em participações existentes, destacando-se a Auto-Estradas do Oeste, a Triângulo do Sol (através da Braest), a Oesterota e a SMLN;
- b) Acrédito do nível de endividamento, dado a actividade de exploração da Empresa não ter produzido níveis de cash-flow suficientes, de modo a poder concorrer ao volume de investimentos efectuados durante o ano de 2004, que implicaram um esforço bastante significativo para a Empresa:
 - através de endividamento bancário, corporizado numa linha de crédito (stand-by facility) junto do Banco Comercial Português (plafond de 5 milhões de Euros, utilizado em 4 milhões de Euros), de um empréstimo contraído junto da mesma instituição destinado a financiar

integralmente a operação de reforço da participação no Capital da Auto-Estradas do Oeste (cerca de 2,5 milhões de Euros) e um empréstimo contraído na Caixa Geral de Depósitos, para financiar um reforço no Capital da Lusoponte efectuado em 2003 (cerca de 7,99 milhões de Euros);

- recorrendo a empréstimos do accionista, que em 2004 atingiram a significativa verba de cerca de 8 milhões de Euros;

- através da devolução de dívida subordinada efectuada pela Lusoponte, totalizando em 2004 cerca de 1,5 milhões de Euros.

c) Estabilização do nível de actividade em relação ao ano anterior, devido sobretudo à orientação da Empresa para actividades no âmbito da gestão executiva das concessões existentes (prestações de serviços às participadas) e dos projectos em curso (sobretudo na área das concessões rodoviárias e ferroviárias);

d) Os resultados financeiros evidenciaram um montante negativo de cerca de 170.000 Euros, contribuindo imperativamente para o mesmo o custo referente aos juros incorridos no exercício relativos à dívida contraída pela Empresa, quer na sua componente bancária, quer por via do endividamento ao accionista, totalizando um encargo total em 2004 de cerca de 1.400.000 Euros. Este encargo é atenuado pelo impacto positivo relativo aos juros a receber da Lusoponte, Auto-Estradas do Oeste e Vialitoral durante o exercício de 2004 (cerca de 1.100.000 Euros), referente à dívida subordinada dos accionistas. Este efeito é atenuado pela aplicação do método de equivalência patrimonial às demonstrações financeiras das participadas, cujo impacto líquido positivo é de cerca de 175.000 Euros. Para este montante contribuíram positivamente as participações no mercado Brasileiro (Braest e Triângulo do Sol), com cerca de 2.945.000 Euros, a Lusoponte (cerca de 1.135.000 Euros) e a Oesterota (cerca de 630.000 Euros). Com um efeito negativo destacam-se a equivalência patrimonial da Auto-Estradas do Oeste (cerca de 4.030.000 Euros) e a SMLN (cerca de 480.000 Euros).

e) Os factos atrás considerados tiveram como consequência inevitável um decréscimo significativo no valor do Resultado Líquido da empresa em relação ao ano anterior.

Plenamente integrada na Itinere Infraestructuras, sub-holding do Grupo SyV para a área de concessões, os objectivos da Empresa para o ano de 2005 inserem-se necessariamente no desenvolvimento do Plano Estratégico mais amplo do universo empresarial em que se insere.

Identificam-se assim algumas das metas relevantes que se procurarão concretizar no exercício agora iniciado:

- Conclusão do processo de reestruturação accionista no seio de AEA e consolidação da parceria desenvolvida com a BRISA;
- Expansão da actividade na área de concessões rodoviárias no Brasil, através do reforço accionista e de gestão nas concessões já detidas e de um posicionamento eficaz para os concursos que se espera venham a decorrer no decurso deste ano;
- Contribuição activa para a identificação e desenvolvimento, no âmbito do grupo Itinere, de novas oportunidades e novos mercados de concessão de infra estruturas;
- Consolidação da presença no mercado de concessões rodoviárias em Portugal, através do crescimento resultante de sucesso nos concursos pendentes e de aprofundamento de parcerias estratégicas;
- Participação relevante em todos os novos processos de concessão de infra estruturas ou sua operação por privados, com particular atenção às oportunidades que possam ocorrer no domínio ferroviário e aeroportuário;
- Contribuição relevante para os resultados económicos do Grupo, através de uma gestão eficaz dos recursos envolvidos nas actividades de enquadramento e de desenvolvimento comercial e de uma actuação junto das várias concessões em que a empresa participa no sentido da possível melhoria da sua performance.

Somague Imobiliária

Em Fevereiro de 2004, procedeu-se à redenominação da firma BIG PLAN – Estratégia Financeira, S.A. para Somague Imobiliária, S.A., tendo-se alterado, igualmente, os respectivos estatutos de acordo com o modelo adoptado para as restantes sociedades do universo empresarial da Somague.

Em consonância com a deliberação da Assembleia Geral, procedeu-se, em Junho de 2004, ao aumento do capital social da sociedade para 15 milhões de euros, mediante a conversão de suprimentos do único accionista, Somague SGPS.

A manutenção do abrandamento da economia nacional que se tem vindo a verificar desde o ano de 2002, associada ao excesso de oferta, nomeadamente no mercado de escritórios, provocado por anos de euforia e grande especulação imobiliária, mantiveram o arrefecimento do mercado da promoção imobiliária em Portugal no ano de 2004.

Excepção feita para o mercado de habitação na cidade de Lisboa que continua menos afectado pela crise do sector, principalmente nas zonas e empreendimentos onde se praticam preços de venda de habitação mais elevados, sendo poucos os empreendimentos concluídos com uma percentagem importante de fogos por vender.

A entrada de grandes empresas promotoras imobiliárias internacionais no mercado de habitação, a manutenção das taxas de juro baixas associado à morosidade na aprovação de processos de licenciamento de loteamento e obras, fizeram com que o valor dos terrenos para desenvolvimento de projectos imobiliários atingisse um nível de crescimento anual muito superior à inflação.

Pese embora a efectiva actividade da sociedade em matéria de gestão de projectos e de obras em curso, a sua actividade contabilística, mercê da utilização do método da “obra acabada”, não teve expressão, registando a 31 de Dezembro de 2004 o valor de 271.084,00 euros, o que se traduziu num resultado líquido negativo de 611.010,00 euros.

Dando seguimento à estratégia definida para a empresa, procedeu-se à aquisição de um terreno em Santarém para a promoção de Habitação de Pequena Tipologia, encontrando-se já aprovados pela Câmara Municipal respectiva, o Projecto de Loteamento e os Projectos de Obras de Urbanização dos quais resulta uma edificabilidade de 3.950 m² de área bruta de construção acima do solo, correspondendo a 78 apartamentos. Aguarda-se apenas, a emissão do Alvará de Loteamento para submeter à Câmara Municipal de Santarém o Pedido de Autorização Administrativa de Construção e, sequencialmente, dar início à construção e à comercialização dos fogos em causa.

Foi também acordada com a Somague Engenharia, a aquisição de 6 lotes de terreno (4 de habitação e comércio e 2 só para comércio) destinados ao desenvolvimento e promoção de um projecto imobiliário em terrenos que virão a ser propriedade da construtora, no loteamento denominado Páteo da Colina, em Algés, num total de 9.634 m² de área bruta de construção acima do solo correspondente a 47 apartamentos e 12 fracções comerciais.

Dando continuidade à estratégia de assegurar a chamada “reserva de solos” que possibilitará, no médio e longo prazo, a continuidade do desenvolvimento da actividade de promoção imobiliária por parte da sociedade, a Somague Imobiliária procedeu, ao longo do ano de 2004, à análise, selecção e negociação para aquisição de diversos terrenos ou lotes de terreno, com predominância de uso habitacional de qualidade, em Lisboa, no Porto e no Algarve, tendo iniciado negociações tendentes à aquisição de 2 lotes de terreno, destinados a habitação e integrados num Loteamento em zona central de Lisboa, lotes estes com, respectivamente, 13.650 m² e 16.296 m² de área bruta de construção acima do solo.

Por outro lado e tendo em conta a criação de um universo de sociedades instrumentais vocacionadas para o desenvolvimento de alguns projectos imobiliários em concreto, a Somague Imobiliária adquiriu, respectivamente, em Outubro e Novembro, a Ramigon Imobiliária, S.A. (e por via desta aquisição, conforme referido *infra*, os terrenos do chamado Empreendimento do Pinhol) e a Lusivial Promoção e Gestão Imobiliária, S.A., esta última participada anteriormente pela sociedade TESTA, gestora patrimonial do Grupo Sacyr Vallehermoso.

Quanto à Ramigon Imobiliária, destaca-se a propriedade de dois prédios urbanos, denominados por PINHOL, sitos na freguesia de Alcântara em Lisboa e, de acordo com o Plano Director de Lisboa, com um potencial construtivo acima do solo superior a 30.000 m², distribuídos por usos de habitação, comércio e serviços.

Por sua vez, a LUSIVIAL adquiriu à Somague Engenharia, em Dezembro de 2004, uma parcela de terreno, sita no Porto, na Rua João de Deus, denominada Boavista I, parcela esta com uma edificabilidade de 4.039 m² de área bruta de construção acima do solo.

Consumando as negociações há muito em curso com, por um lado, o Clube de Futebol “Os Belenenses”, e por outro a Amorim Imobiliária, para uma promoção conjunta nos terrenos do primeiro, em 18 de Fevereiro de 2004 foi celebrado um Acordo Tripartido (Belenenses/Somague/Amorim), definindo os contornos gerais da Promoção Imobiliária/parceria a concretizar.

Dando corpo à promoção conjunta referida *supra*, em 21 de Julho de 2004 foi constituída a "ESPAÇO BELÉM - Investimento Imobiliário, S.A", detida, em partes iguais, pela Somague Imobiliária e pela Amorim Imobiliária, com o objectivo de, através dela e ainda que de forma indirecta, ambos os accionistas levarem a cabo o desenvolvimento do projecto imobiliário do Belenenses.

Em consonância com os passos anteriormente referidos, em 26 de Novembro, foi submetido à aprovação da Câmara Municipal de Lisboa o Projecto de Loteamento para os terrenos do Belenenses.

Já no que se refere ao projecto imobiliário das Antas, no Porto, a ser desenvolvido pela sociedade Aplicação Urbana II, detida em 25% pela Somague Imobiliária, 25% pela Vallehermoso División Promoción e 50% pela Amorim Imobiliária, estão em curso as empreitadas relativas à construção do Centro Comercial, do Hotel e dos 286 apartamentos de pequena tipologia (Malha 4).

A 31 de Dezembro e no que respeita ao Centro Comercial, cuja abertura respectiva se encontra prevista para Maio de 2005, apresenta-se já comercializada cerca de 90% da sua área bruta locável.

Quanto ao Hotel, decorreu com normalidade a gestão do Contrato Promessa de Compra e Venda celebrado entre a Aplicação Urbana II e a AC Hoteles e finalmente, no que concerne aos apartamentos, encontra-se já prometida vender uma percentagem correspondente a cerca de 20% dos mesmos.

Encontram-se, igualmente, em fase de conclusão os projectos de licenciamento de Arquitectura das parcelas 3.1 e 3.2, correspondendo, no total, a uma área bruta de construção acima do solo de 40.000 m² destinada, maioritariamente, a Habitação.

Ainda dentro do Projecto Imobiliário das Antas e com vista à sua entrega para apreciação pela Câmara Municipal do Porto já no início de 2005, está concluído o Projecto de Loteamento e Infraestruturas Urbanísticas da parcela 2.1. que, com uma área bruta total de construção acima do solo de 103.512 m², destinada predominantemente a habitação, se divide em 9 lotes, estes com áreas que variam entre os 8.000 e os 22.300 m².

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O volume de negócios consolidado da Somague durante o ano de 2004 atingiu 874 milhões de Euros, a que correspondeu um resultado antes de impostos e interesses minoritários de 6.5 milhões de Euros e um resultado líquido de 1.9 milhões de Euros, representando estes valores manutenção do nível de actividade de 2003 e uma redução significativa dos resultados líquidos.

Num ano em que a actividade consolidada se manteve ao nível de 2003, o activo total apenas cresceu 70 milhões de euros, pela via da aquisição de terrenos para desenvolvimento imobiliário e do crescimento dos acréscimos de proveitos no ACE Metro do Porto e nas obras realizadas na Região Autónoma da Madeira. Tendo todas estas situações

sido financiadas junto do sistema bancário, também estes factos, por si, justificam o acréscimo de endividamento registado no ano de 2004.

Ao nível da conta de resultados, é de registar que a redução dos resultados em 2004 ficaram em linha com o respectivo orçamento e plano de actividades, e resultaram de uma redução, de 11,6 para 7,5 milhões de euros, dos resultados líquidos da área Engenharia, por via da actividade internacional, e da consolidação por equivalência dos resultados das concessionárias de transportes e de ambiente, tendo especial impacto a consolidação ao longo de todo aquele exercício das contas da Auto Estradas do Atlântico.

É de salientar que, apesar do anteriormente referido, ocorreram em 2004 dois custos significativos não orçamentados e que atingiram 4 milhões de euros, relacionados com o abandono da área de negócio relacionada com a prestação de cuidados continuados de saúde e com as rescisões de contratos de trabalho ocorridas no âmbito da integração das áreas de negócio com as suas congêneres controladas pela Sacyr Vallehermoso.

Ao nível dos capitais próprios merece destaque o impacto negativo resultante do início da consolidação integral das actividades desenvolvidas em Angola, ao nível da Somague Engenharia.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores económicos e financeiros (valores em milhões de Euros):

(valores em Euros)

Indicadores	2003	2004	2003/2004
<u>1. Actividade</u>			
Volume de negócios	876.5	874.0	0%
<u>2. Rendibilidade</u>			
Resultados líquidos	8.9	1.9	(79%)
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	18.6	6.5	(65%)
Resultados operacionais	23.5	16.0	(32%)
Resultados financeiros / Volume de negócios	(1%)	(1.5%)	
Meios libertos totais	31.4	27.4	(13%)
<u>3. Estrutura financeira</u>			
Capitais próprios	138.8	127.9	(8%)
Activo total	909.3	979.9	8%

Lisboa 15 de Março de 2005

O Conselho de Administração

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2004		2003		Capital próprio e passivo	Notas	2004		2003	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido			2004	2003	2004	2003
IMOBILIZADO:											
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						Capital PRÓPRIO:					
Despesas de instalação	27	15.683.204	(13.444.916)	2.238.288	731.325	Capital	56 e 58	130.500.000	130.500.000		
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	2.884.144	(1.695.250)	1.188.894	437.550	Prémios de emissão de acções	58	39.470.047	39.470.047		
Propriedade industrial e outros direitos	27	140.813	(48.550)	92.263	60.831	Diferenças de consolidação	10 e 58	(39.340.205)	(35.614.503)		
Trespasses	10 e 27	71.197.990	(20.931.370)	50.266.620	55.820.646	Reserva legal	58	3.100.444	2.600.444		
		<u>89.906.151</u>	<u>(36.120.086)</u>	<u>53.786.065</u>	<u>57.050.352</u>	Outras reservas	58	729.078	729.078		
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						Resultados transitados	58	(8.428.493)	(7.786.323)		
Terrenos e recursos naturais	27	12.049.621	-	12.049.621	11.159.175	Resultado líquido do exercício	58	1.866.242	8.871.195		
Edifícios e outras construções	27	44.208.514	(9.575.915)	34.632.599	31.507.639	Total do capital próprio		<u>127.897.113</u>	<u>138.769.938</u>		
Equipamento básico	27	103.881.675	(66.458.058)	37.423.617	39.381.654	INTERESSES MINORITÁRIOS	59	<u>8.888.776</u>	<u>10.640.671</u>		
Equipamento de transporte	27	28.693.435	(21.876.008)	6.817.427	6.064.123	PASSIVO:					
Ferramentas e utensílios	27	6.153.665	(5.204.059)	949.606	1.129.045	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:					
Equipamento administrativo	27	18.472.200	(14.516.622)	3.955.578	4.154.890	Outras provisões para riscos e encargos	46	<u>6.702.401</u>	<u>8.426.388</u>		
Outras imobilizações corpóreas	27	5.804.057	(2.277.648)	3.526.409	1.559.406						
Imobilizado em curso	27	6.858.864	-	6.858.864	4.371.128						
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	-	-	-	18.735						
		<u>226.122.031</u>	<u>(119.908.310)</u>	<u>106.213.721</u>	<u>99.345.795</u>	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO					
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						Empréstimo por obrigações	60	30.000.000	5.190.773		
Partes de capital em empresas associadas	27 e 50	42.439.998	(68.167)	42.371.831	35.839.361	Dívidas a instituições de crédito	60	145.335.283	134.525.566		
Empréstimos a empresas associadas	27 e 50	58.581.462	(2.206.033)	56.375.429	26.466.600	Outros empréstimos obtidos	60	8.519	785.693		
Títulos e outras aplicações financeiras	27 e 50	9.083.765	(620.640)	8.463.125	9.059.169	Fornecedores, conta retenções		14.115.988	13.932.931		
Outros empréstimos concedidos	27 e 50	6.211.143	(684.038)	5.527.105	38.204.217	Adiantamentos de clientes		2.623.285	523.216		
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27	2.150.000	-	2.150.000	-	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	20.984.330	25.169.715		
	46	<u>118.466.368</u>	<u>(3.578.878)</u>	<u>114.887.490</u>	<u>109.569.347</u>	Outros credores		<u>1.313.087</u>	<u>3.244.259</u>		
								<u>214.380.492</u>	<u>183.372.153</u>		
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:						DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:					
Clientes, conta corrente	61	3.879.445	-	3.879.445	7.139.108	Empréstimo por obrigações	60	5.190.773	8.108.750		
Outros devedores	53	3.293.860	-	3.293.860	3.300.000	Dívidas a instituições de crédito	60	139.744.683	75.509.705		
		<u>7.173.305</u>		<u>7.173.305</u>	<u>10.439.108</u>	Adiantamentos por conta de vendas		4.125.259	3.848.162		
CIRCULANTE:						Fornecedores, conta corrente		176.313.440	223.582.151		
EXISTÊNCIAS:						Fornecedores, títulos a pagar		9.378.302	8.405.294		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	46 e 64	21.294.319	(59.185)	21.235.134	17.256.414	Accionistas		346.089	6.373.914		
Produtos e trabalhos em curso	51 e 65	43.093.045	-	43.093.045	26.692.291	Adiantamentos de clientes		48.047.244	29.575.811		
Mercadorias	64	11.258.989	-	11.258.989	5.152.419	Outros empréstimos obtidos	60	10.346.866	14.865.870		
Adiantamentos por conta de compras		1.500.179	-	1.500.179	2.300.920	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	7.470.462	8.838.786		
		<u>77.146.532</u>	<u>(59.185)</u>	<u>77.087.347</u>	<u>51.402.044</u>	Estado e outros entes públicos	52	13.965.030	19.420.925		
						Outros credores		<u>56.889.052</u>	<u>13.590.833</u>		
								<u>471.817.200</u>	<u>412.120.201</u>		
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Clientes, conta corrente		326.217.647	-	326.217.647	351.023.958	Acréscimos de custos	62	36.027.094	43.596.779		
Clientes, títulos a receber		1.706.598	-	1.706.598	3.055.040	Proveitos diferidos	63	112.211.484	109.704.483		
Clientes de cobrança duvidosa		11.836.893	(11.836.893)	1.706.598	-	Impostos diferidos passivos	38	1.926.623	2.631.426		
Accionistas		1.956.195	(48.800)	1.907.395	1.915.274			<u>150.165.201</u>	<u>155.932.688</u>		
Adiantamentos a fornecedores		5.150.382	-	5.150.382	4.275.144						
Estado e outros entes públicos	52	7.736.163	-	7.736.163	6.679.050						
Outros devedores	53	59.106.455	(3.699.539)	55.406.916	47.363.563						
	46	<u>413.710.333</u>	<u>(15.585.232)</u>	<u>398.125.101</u>	<u>414.312.029</u>						
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:											
Outros títulos negociáveis	68	8.018	-	8.018	8.018						
Outras aplicações de tesouraria	68	4.341.961	-	4.341.961	1.650.647						
		<u>4.349.979</u>		<u>4.349.979</u>	<u>1.658.665</u>						
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:											
Depósitos bancários	68	35.853.952	-	35.853.952	29.073.197						
Caixa	68	1.362.857	-	1.362.857	2.042.016						
		<u>37.216.809</u>		<u>37.216.809</u>	<u>31.115.213</u>						
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:											
Acréscimos de proveitos	54	139.752.105	-	139.752.105	116.359.224						
Custos diferidos	55	36.032.338	-	36.032.338	13.462.715						
Impostos diferidos ativos	38	5.226.923	-	5.226.923	4.547.548						
		<u>181.011.366</u>		<u>181.011.366</u>	<u>134.369.487</u>						
			<u>(156.028.396)</u>								
Total de amortizações						Total do passivo					
Total de provisões											
Total do activo						Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo					
		<u>1.155.102.874</u>	<u>(175.251.691)</u>	<u>979.851.183</u>	<u>909.262.040</u>						
								<u>843.065.294</u>	<u>759.851.432</u>		
								<u>979.851.183</u>	<u>909.262.040</u>		

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2004	2003	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2004	2003
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				Vendas de mercadorias		2.208.661	1.279.823
Mercadorias		565.462	1.326.201	Prestações de serviços		871.828.736	875.237.891
Matérias	64	128.824.792	107.183.228		36	874.037.397	876.517.714
		<u>129.390.254</u>	<u>108.509.429</u>				
Fornecimentos e serviços externos		<u>563.691.223</u>	<u>616.530.043</u>	Variação da produção	65	(10.548.189)	(4.546.136)
Custos com o pessoal:				Trabalhos para a própria empresa		3.239.605	7.315.469
Remunerações		102.267.269	85.560.229	Proveitos suplementares	66	9.048.129	6.578.848
Encargos sociais		28.859.435	23.265.637	Subsídios à exploração		16.103	10.607
		<u>131.126.704</u>	<u>108.825.866</u>	Outros proveitos e ganhos operacionais		<u>1.526.283</u>	<u>1.547.906</u>
		<u>824.208.181</u>	<u>833.865.338</u>	(B)	49	<u>877.319.328</u>	<u>887.424.408</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	22.480.236	21.859.113	Ganhos em empresas associadas	27 e 44	9.015.295	3.465.309
Provisões	46	3.115.546	794.934	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras	44	620.265	404.939
		<u>849.803.963</u>	<u>856.519.385</u>	Outros juros e proveitos similares	44	<u>12.599.168</u>	<u>15.201.022</u>
Impostos		6.830.234	5.511.557	(D)		<u>22.234.728</u>	<u>19.071.270</u>
Outros custos e perdas operacionais		<u>4.646.010</u>	<u>1.847.530</u>			<u>899.554.056</u>	<u>906.495.678</u>
(A)		<u>861.280.207</u>	<u>863.878.472</u>				
Perdas em empresas associadas	27 e 44	5.112.203	3.038.511	Proveitos e ganhos extraordinários	45	12.043.697	9.141.408
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	98.469	1.336.444				
Outros juros e custos similares		<u>29.951.349</u>	<u>23.158.321</u>				
	44	<u>35.162.021</u>	<u>27.533.276</u>				
		<u>896.442.228</u>	<u>891.411.748</u>				
Custos e perdas extraordinários	45	<u>8.636.272</u>	<u>5.666.774</u>				
		<u>905.078.500</u>	<u>897.078.522</u>				
Imposto sobre o rendimento	38 e 67	<u>3.849.019</u>	<u>8.628.996</u>				
		<u>908.927.519</u>	<u>905.707.518</u>				
Interesses minoritários	59	<u>803.992</u>	<u>1.058.373</u>				
		<u>909.731.511</u>	<u>906.765.891</u>				
Resultado líquido do exercício		<u>1.866.242</u>	<u>8.871.195</u>	(F)		<u>911.597.753</u>	<u>915.637.086</u>
		<u>911.597.753</u>	<u>915.637.086</u>				
				Resultados operacionais:		(B)-(A)	16.039.121
				Resultados financeiros:		(D-B)-(C-A)	(12.927.293)
				Resultados correntes:		(D)-(C)	3.111.828
				Resultados antes de impostos e interesses minoritários:		(F)-(E)	6.519.253
				Resultado líquido do exercício		(F)-(G)	1.866.242
							8.871.195

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Vendas e prestações de serviços	36	874.037.397	876.517.714
Custo das vendas e das prestações de serviços		<u>(794.460.731)</u>	<u>(801.972.903)</u>
Resultados brutos		79.576.666	74.544.811
Outros proveitos e ganhos operacionais		17.237.544	16.041.420
Custos de distribuição		<u>(633.281)</u>	<u>(245.019)</u>
Custos administrativos		<u>(71.453.891)</u>	<u>(63.949.808)</u>
Outros custos e perdas operacionais		<u>(5.280.492)</u>	<u>(2.247.949)</u>
Resultados operacionais		19.446.546	24.143.455
Custo líquido de financiamento		<u>(16.731.916)</u>	<u>(7.957.299)</u>
Ganhos/(perdas) em filiais e associadas	27 e 44	3.903.092	426.798
Ganhos/(perdas) em outros investimentos		<u>(98.469)</u>	<u>1.945.610</u>
Resultados correntes		6.519.253	18.558.564
Impostos sobre os resultados correntes	38 e 67	<u>(3.849.019)</u>	<u>(8.628.996)</u>
Resultados correntes após impostos		2.670.234	9.929.568
Interesses minoritários	59	<u>(803.992)</u>	<u>(1.058.373)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>1.866.242</u>	<u>8.871.195</u>
Resultado por acção		0,07	0,34

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE-SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		889.763.440	966.497.351
Pagamentos a fornecedores		(777.405.948)	(723.901.647)
Pagamentos ao pessoal		(135.170.163)	(109.596.753)
Fluxos gerados pelas operações		(22.812.671)	132.998.951
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(5.411.409)	(5.121.750)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		36.588.273	(11.949.153)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		8.364.193	115.928.048
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		2.863.622	3.873.840
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(4.451.188)	(4.875.194)
Fluxos das actividades operacionais (1)		6.776.627	114.926.694
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		8.514.960	25.675.703
Imobilizações corpóreas		8.921.327	3.046.997
Juros e proveitos similares		9.781.516	11.293.694
Dividendos	27	590.262	-
		27.808.065	40.016.394
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(31.867.337)	(40.915.963)
Imobilizações corpóreas		(27.908.279)	(11.236.407)
Imobilizações incorpóreas		(2.990.831)	(374.452)
		(62.766.447)	(52.526.822)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(34.958.382)	(12.510.428)
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		182.446.564	111.813.125
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(108.766.939)	(170.227.832)
Juros e custos similares		(28.125.525)	(21.374.472)
Amortizações de locação financeira		(4.262.238)	(3.279.347)
Dividendos	58	(2.610.000)	(3.915.000)
		(143.764.702)	(198.796.651)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		38.681.862	(86.983.526)
Efeito da alteração de perímetro de consolidação		(1.643.564)	2.259.033
Efeito da variação cambial		(63.633)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		10.500.107	17.691.773
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	68	32.773.878	15.082.105
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	68	41.566.788	32.773.878

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**LISTA DE ACÇÕES POSSUÍDAS, ADQUIRIDAS E ALIENADAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE
ADMINISTRAÇÃO/FISCALIZAÇÃO DA SOMAGUE SGPS EM 2004**

(Artº. 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho Administração	Total de acções em 31 Dez 03	Aquisições em 2004			Alienações em 2004			Total de acções em 31 Dez 04
		Data	Quantidade	Valor	Data	Quantidade	Valor	
Dr. Diogo A D Vaz Guedes	108.523				24/08/2004	108.523	1.063.525	-

**LISTA DE ACCIONISTAS TITULARES DE, PELO MENOS, 1/10 DO CAPITAL SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
2004**

(Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais)

1. Sacyr Vallehermoso, SA..... 99,66%

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Accionista	Nº Acções	Dir. Voto
1. Sacyr Vallehermoso, SA	25.989.388	99,66%

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 (Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Somague - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa" ou "Somague SGPS") foi constituída em 21 de Janeiro de 1952, tendo em 29 de Dezembro de 1993 adoptado a actual denominação e o objecto social de gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

No exercício de 2004 concretizou-se a operação de troca de participações efectuada entre a Sacyr Valhermoso, S.A. ("Grupo Sacyr") e os anteriores accionistas e de que resultou o controlo do capital (99,19%) da Empresa pelo Grupo Sacyr a partir de meados deste exercício. Consequentemente, a partir daquela data as operações do Grupo Somague são influenciadas pelas decisões do Grupo Sacyr Y Valhermoso (Nota 37).

O universo empresarial da Somague ("Grupo") é formado pelas empresas participadas e associadas indicadas nas Notas 1 e 3. As principais actividades do Grupo são a construção civil e obras públicas, imobiliária, ambiente e concessões.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração não faz parte deste anexo não são aplicáveis à Empresa e às suas empresas participadas ("Grupo Somague"), ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
<u>No âmbito da Somague SGPS:</u>			
- Somague - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Sintra	Empresa mãe	Sociedade gestora de participações sociais
<u>No âmbito da Somague Engenharia:</u>			
- Somague Engenharia, S.A. ("Somague Engenharia")	Sintra	100%	Construção civil e obras públicas
- Somague Ambiente, SGPS, S.A. ("Somague Ambiente")	Sintra	100%	Consultoria e gestão de infra-estruturas ambientais
- Somague Itinere - Concessões de Infraestruturas, S.A. ("Somague Itinere")	Sintra	100%	Desenvolvimento de projectos de concessões
- Somague Imobiliária, S.A. ("Somague Imobiliária")	Sintra	100%	Actividade imobiliária
- PEVR - Parques de Estacionamento de Vila Real, S.A. ("PEVR")	Sintra	80%	Construção e exploração de parques de estacionamento
<u>No âmbito da Somague TI:</u>			
- Somague TI - Tecnologias de Informação, S.A. ("Somague TI")	Sintra	100%	Consultoria informática
- Somague Investimentos - Gestão e Serviços, S.A. ("Somague Investimentos")	Sintra	100%	Projectos imobiliários, serviços de consultoria e gestão de investimentos
- Smartit - Gestão, Organização de Informação e Consultoria, Lda. ("Smartit")	Sintra	60%	Consultoria informática

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
<u>No âmbito da Somaque Investimentos:</u>			
- Somague Engenharia Madeira, S.A. ("Somague Madeira")	Funchal	100%	Construção civil e obras públicas
- Somague Ediçor Engenharia, S.A. ("Somague Ediçor")	Ponta Delgada	100%	Construção civil e obras públicas
- Neopol - Sociedade de Estudos e Construções, S.A. ("Neopol")	Lisboa	100%	Construção civil e obras públicas
- Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. ("Somague PMG")	Sintra	100%	Promoção Imobiliária
- CVC - Construções de Cabo Verde, SARL ("CVC")	Cabo Verde	62,67%	Construção civil e obras públicas
- Sogel - Sociedade Geral de Empreitadas, Lda. ("Sogel")	Moçambique	100%	Construção civil e obras públicas
- Engigás, Manutenção Industrial e Tecnologias do Gás, S.A. ("Engigás")	Vila Franca de Xira	86,41%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
- Engibrás - Comercial, Lda. ("Engibrás")	Brasil	86,41%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
- TEGAEL - Telecomunicações, Gás e Electricidade, S.A. ("TEGAEL")	Coruche	51%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
- Habitar - Sociedade de Construções, Lda. ("Habitar")	Angola	100%	Construção
- Somague Utilities - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Somague Utilities")	Sintra	100%	Sociedade gestora de participações sociais
<u>No âmbito da Somaque Ambiente:</u>			
- AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. ("AGS")	Sintra	100%	Ambiente
- Resil - Engenharia e Manutenção, Lda. ("Resil")	Brasil	99,82%	Concessão de Águas
- Procesl - Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda. ("Procesl")	Sintra	70%	Ambiente
- Cesl Asia - Consultores de Engenharia, S.A. ("Cesl Ásia")	Macau	51%	Ambiente
- CGS - Tratamento de Resíduos, Lda. ("CGS")	Macau	17,85%	Central de incineração
- AGS Macau - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, Lda. ("AGS Macau")	Macau	30,6%	Ambiente
- Macau - Professional Services, Lda. ("MPS")	Macau	40,8%	Consultoria e projectos de engenharia
- Hidurbe - Gestão de Resíduos, S.A. ("Hidurbe")	Porto	100%	Ambiente
- Viveiros do Falcão - Empresa de Agricultura e Jardinagem, S.A. ("Viveiros do Falcão")	Oeiras	51,786%	Prestação de serviços na área da agricultura, arboricultura e jardinagem
- Focus Facilities Management, Ltd. ("Focus Facilities")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Focus (HK) - Facilities Mgmt Co, Limited. ("Focus HK")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- FM 2000 - Organização e Gestão, Serviços, Manutenção, Lda. ("FM 2000")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- Focus - Serviços Aeroportuários, Lda. ("Focus")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- CEI - Companhia de Engenharia e Investimento - Tratamento de Água, Lda. ("CEI - Tratamento de Água")	Macau	30,60%	Ambiente
- Águas de Carrazeda, S.A. ("Águas de Carrazeda")	Carrazeda de Anciães	75,0%	Concessão de águas / saneamento
- Águas de Mandaguahy, S.A. ("Águas de Mandaguahy")	Brasil	84,85%	Concessão de águas / saneamento
- Sanear - Saneamento de Araçatuba, S.A. ("Sanear")	Brasil	54,13%	Concessão de saneamento
- Águas de Barcelos, S.A. ("Águas de Barcelos")	Barcelos	75%	Concessão de águas/ Saneamento
- AGS Paços de Ferreira, S.A. ("AGS Paços Ferreira")	Paços de Ferreira	100%	Concessão de águas/ Saneamento

No âmbito da Somague Itinere:

- Braest Participações, Lda. ("Braest")	Brasil	100%	Gestão de participações em concessões
--	--------	------	---------------------------------------

No âmbito da Somague Imobiliária:

- Lusivial - Promoção e Gestão Imobiliária, S.A. ("Lusivial")	Lisboa	100%	Actividade imobiliária
- Ramigon Imobiliária, S.A. ("Ramigon")	Braga	100%	Actividade imobiliária

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do nº 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

Em 17 de Dezembro de 2004 foi efectuado o registo definitivo da fusão da Somague Ambiente e da Somague Serviços, mediante a transferência global do património da Somague Serviços para a Somague Ambiente em 1 de Janeiro de 2004, data a que se reporta a fusão. A Somague Serviços não possuía quaisquer bens imóveis e as suas operações foram consideradas, do ponto de vista contabilístico, como realizadas por conta da Somague Ambiente a partir de 1 de Janeiro de 2004.

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Os investimentos financeiros em empresas excluídas da consolidação, registados na rubrica partes de capital em empresas associadas (Nota 50) ao menor do custo de aquisição ou de realização, suas respectivas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004, são os seguintes:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Engigás - Cabo Verde ("Engigás - Cabo Verde") (a)	Cabo Verde	82,09%	Ambiente
- Logibrás ("Logibrás") (a)	Brasil	86,41%	Ambiente
- Meia Serra, ACE ("ACE da Meia Serra") (b)	Funchal	3,77%	Construção
- Assiconstroi, Strabag, ACE (b)	Alemanha	50,00%	Construção
- Ambigal - Engenharia de Infraestruturas Ambientais, S.A. ("Ambigal") (b)	Lisboa	49,75%	Ambiente
- Vialitoral, S.A. ("Vialitoral") (a)	Funchal	4,80%	Concessionária de auto-estradas
- Vianorte, S.A. ("Vianorte") (a)	Brasil	12,36%	Concessionária de auto-estradas
- PPPS - Consultoria em Saúde, S.A. ("PPPS") (a)	Lisboa	16,0%	Consultoria em saúde
- Trakia Motorway (a)	Bulgária	15,0%	Detenção da futura participação em Concessionária de Auto-Estradas na Bulgária
- Sanesalto - Saneamento, Lda. (b)	Brasil	59,4%	Saneamento de Águas
- Águas de Marco, S.A. (b)	Marco de Canavezes	50,80%	Concessão de águas/saneamento

Estas empresas não foram consolidadas ao abrigo do disposto no Artigo 4º das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

- (a) Estas empresas não foram consolidadas por serem imateriais, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo.
- (b) Estas empresas não foram consolidadas por se encontrarem sem actividade.

3. EMPRESAS REGISTADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas associadas que foram registadas pelo método da equivalência patrimonial, são como segue:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. ("Finerge")	Lisboa	50%	Energia
- LRTM - Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda. ("LRTM")	Macedo de Cavaleiros	50%	Ambiente
- CEI - Companhia Etar das Ilhas e Taipa, Lda. ("CEI")	Macau	15,30%	Exploração de ETAR
- Hidro 4 - Consultores de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente, Lda. ("Hidro 4")	Algés	70%	Ambiente
- Sanambi - Engenharia e Desenvolvimento, Lda. ("Sanambi")	Moçambique	59,50%	Ambiente
- AIA - Consultores para Estudos e Auditorias de Impacto Ambiental, Lda. ("AIA")	Algés	70%	Ambiente
- Etarlima - Tratamento de Efluentes, ACE ("Etarlima") (a)	Viana do Castelo	50%	Exploração de ETAR
- Ambiporto - Tratamento de Efluentes, ACE ("Ambiporto") (a)	Porto	50%	Exploração de ETAR
- Águas do Sado - Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Setúbal, S.A. ("Águas do Sado")	Setúbal	40%	Concessão de águas / saneamento
- Tratave - Tratamento de Águas Residuais do AVE, S.A. ("Tratave")	Cerzedelo	40%	Concessão de saneamento
- Águas da Figueira, S.A. ("Águas da Figueira")	Figueira da Foz	40%	Concessão de águas / saneamento
- Águas da Costa de Cascais, S.A. ("Águas de Cascais")	Cascais	30,5%	Concessão de águas / saneamento
- Águas de Alenquer, S.A. ("Águas de Alenquer")	Alenquer	40%	Concessão de águas / saneamento
- Ecobarcelos - Tratamento de Efluentes, ACE ("Ecobarcelos") (a)	Barcelos	50%	Exploração de ETAR
- Águas de Gondomar, S.A. ("Águas de Gondomar")	Gondomar	42,5%	Concessão de águas / saneamento
- Oesterota, S.A. ("Oesterota")	Lisboa	25%	Consultoria de projectos
- Auto-Estradas do Oeste, S.A. ("Auto-Estradas do Oeste")	Torres Vedras	20%	Detenção de participação em concessionária de auto-estradas (Auto - Estradas do Atlântico)
- GSA - Gestão de Sistemas Ambientais, S.A. ("GSA")	Funchal	50%	Ambiente
- GSU/Açores - Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Lda. ("GSU")	Açores	50%	Ambiente

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Triângulo do Sol - Auto-Estradas, S.A. ("Triângulo do Sol")	Brasil	50%	Concessionária de auto-estradas
- Lusoponte, S.A. ("Lusoponte")	Montijo	17,21%	Exploração rodoviária das pontes Vasco da Gama e 25 de Abril
- HSE - Empreendimentos Imobiliários, Lda. ("HSE")	Lisboa	27,50%	Promoção Imobiliária
- Soconstroi Engenharia, Lda. ("Soconstroi Engenharia")	Sintra	50%	Construção Civil e Obras Públicas
- Edimecânica - Engenharia Mecânica e Carros Clássicos dos Açores, Lda. ("Edimecânica")	Ponta Delgada	100%	Engenharia
- Espaço Portimão - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Espaço Portimão")	Lisboa	33,33%	Imobiliária
- 1.10 - Construções e Empreendimentos, S.A. ("1.10 - Construções e Empreendimentos")	Lisboa	33,20%	Imobiliária
- Aplicação Urbana II - Investimento Imobiliário, S.A. ("Aplicação Urbana")	Santa Maria da Feira	25%	Imobiliária
- Tecnasol - FGE, Fundações e Geotecnica, S.A. ("Tecnasol")	Amadora	50%	Fundaçao e geotecnica
- Maguetecno - Comércio e Serviços, Lda. ("Maguetecno")	Funchal	100%	Comércio Internacional
- Archipelag Aviation, Ltd. ("Archipelag Aviation")	Jersey	100%	Transporte aéreo
- Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	Lisboa	10,07%	Consultadoria informática
- Ferropor - Equipamento Ferroviário, Lda. ("Ferropor")	Lisboa	50%	Construção civil e obras públicas
- Normetro ("Normetro") (a)	Porto	6,59%	Construção civil e obras públicas
- ACE do Banco de Portugal ("Banco de Portugal") (a)	Lisboa	50%	Construção civil e obras públicas
- Tenemetro, S.L. ("Tenemetro")	Tenerife	30%	Detenção de participação na Sociedade Metropolitano de Tenerife, S.A.
- SMLN - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. ("SMLN")	Lisboa	25%	Concessões rodoviárias

Os investimentos financeiros detidos nestas empresas foram registados pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no nº 13.6 das normas de consolidação de contas, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

(a) Estes Agrupamentos Complementares de Empresas foram registados pelo método da equivalência patrimonial e não pelo método proporcional conforme indicado na Nota 5, pelo facto do efeito da sua integração ser imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES

O Grupo possui participações em partes de capital num conjunto de empresas que foram excluídas do processo de consolidação, por serem materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da sua situação financeira e dos seus resultados (Nota 50).

5. EMPRESAS REGISTADAS PELO MÉTODO DA INTEGRAÇÃO PROPORCIONAL

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004 integram, através da Somague Engenharia, os activos, passivos, proveitos e custos dos Agrupamentos Complementares de Empresas ("ACE"), na proporção em que esta participa nas referidas entidades, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras consolidadas anexas englobam as contas dos ACE em que o Grupo participa, como segue:

	Percentagem de participação
- BPC, CBPO, Agroman, Somague, Profabril, Kaiser e Acer, ACE ("ACE do Metro")	50,00%
- Edifer, Soconstroi, Bento Pedroso Construções, Somague e Acciona, ACE ("ACE da Gare do Oriente")	40,00%
- Obras Civis L.N. 2.1, ACE ("ACE da Linha do Norte")	32,50%
- Obras Civis L.N. 2.2, ACE ("ACE da CP Alfarelos")	36,10%
- Metrodi - Obras na Linha do Campo Grande Odivelas, ACE ("Metrodi")	35,96%
- Resercavado - Soconstroi, Mesquita, Arnaldo Oliveira - Sistemas de Abastecimento de Água, ACE ("Resercavado")	33,33%
- Lismercado - Construções - Bento Pedroso Construções, Somague, H. Hagen, ACE ("ACE do MARL")	30,00%
- Somague, BPC, Engil, Spie, ACE ("ACE da Linha Amarela")	26,32%
- Somague, Bento Pedroso, Cubiertas, Dragados, ACE ("ACE do Alqueva")	25,00%
- Transmetro - Construção do Metropolitano, ACE ("Transmetro")	47,50%
- Somague, Edifer, MSF, Zagope, Abrantina, Conduril, Construtora do Lena, Construtora do Tâmega e Novopca - Agrupamento para a Concepção, Projecto e Construção das Auto-Estradas do Oeste - Nova Estrada, ACE ("Nova Estrada")	15,00%
- Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE ("ACE da Nova Ponte")	13,33%
- Construtores das Águas da Linha, ACE ("ACE das Águas da Linha")	50,00%
- Engil, Somague - Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Madalena, ACE ("ACE ETAR da Madalena")	33,33%

	Percentagem de participação
- Acessibilidade das Antas - Construção e Obras Públicas, ACE ("ACE - Acessibilidade das Antas")	25,00%
- Infraestruturas das Antas - Construção e obras Públicas, ACE ("ACE das Infraestruturas das Antas")	33,33%
- Somague, Camilo Sousa Mota, ACE ("ACE Águas de Gondomar")	67,50%
- Somague, Mesquita - Casa da Música, ACE ("ACE Casa da Música")	60,00%
- Somague, Alberto Couto Alves, ACE ("ACE VL9")	70,00%
- Somague, Mesquita, ACE ("ACE Lipor Construção")	60,00%
- Somague, Mesquita, Hidurbe, ACE ("ACE Lipor Exploração")	40,00%
- Somague, Edifer, ACE ("ACE Freeport")	50,00%
- Somague, BPC, Engil, Spie, Sbes, ACE ("ACE da Linha Vermelha")	26,32%
- Construtora do Lena, MSF, Novopca, Somague, Litoral Atlântico, Construtores, ACE ("ACE A17")	25,00%
- Somague Engenharia, Engigás, Neopul - Construtores, ACE	33,33%
- Águas Barcelos (Somague, A. Barbosa Borges), ACE	70,00%
- Somague Engenharia, Bascol, ACE	75,00%
- UTE Gijon	80,00%
- Promoceta - Empreendimentos Imobiliários, Lda. (a)	55,00%
a) Consolidada pelo método de integração proporcional, pelo facto da sua gestão ser exercida conjuntamente com o outro sócio (Sociedade H. Hagen, S.A.).	

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o número médio de empregados das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), foi o seguinte:

Empresa-mãe	3
Somague Engenharia e participadas	3.840
Somague Ambiente e participadas	756
Somague Itinere e participadas	13
Somague Imobiliária e participadas	6

	4.618
	=====

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As diferenças de consolidação, decorrentes da aquisição de participações financeiras, estão registadas em capitais próprios ou no activo, na rubrica "Trespasses", consoante a data a que se reportam e a respectiva natureza. Assim, as registadas em capitais próprios correspondem à diferença entre o custo de aquisição das participações financeiras e a proporção dos capitais próprios das empresas a que aquelas se referem, reportadas a 31 de Dezembro de 1993, data das primeiras demonstrações financeiras consolidadas. Incluem-se também nesta rubrica, valores relativos a datas subsequentes aquela e derivados essencialmente de: (i) movimentos em capitais próprios de empresas participadas; (ii) bem como o efeito de conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas, originalmente expressas em moeda estrangeira; e (iii) diferenças apuradas na primeira consolidação de empresas participadas, anteriormente excluídas por se considerar existirem restrições à movimentação de fundos ou ao exercício da respectiva gestão.

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, é como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2003	35.614.503
Transferência para transitados, resultante da alienação de empresas participadas (Nota 58)	(5.893.365)
Aumento do exercício (Nota 58)	9.619.067

	39.340.205
	=====

O aumento do exercício resulta, essencialmente, da consolidação ocorrida pela primeira vez neste exercício, da empresas participada Habitar (aproximadamente 6.245.000 Euros). O restante aumento, conforme mencionado anteriormente, resulta de variações patrimoniais em empresas participadas e da conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas, originalmente expressas em moeda estrangeira.

As diferenças de consolidação registadas em imobilizações incorpóreas, na rubrica "Trespasses", são como segue:

Empresa	Percentagem de participação adquirida	Custo de aquisição	Trespasse	Amortizações acumuladas	Trespasse líquido
Trespasses registados na Somague SGPS:					
Soconstroi – Sociedade de Construções, S.A. ("Soconstroi") (a)	100	43.040.029	28.434.539	(11.373.816)	17.060.723
Somague Ambiente	21,5	3.899.303	2.882.533	(864.760)	2.017.773
Somague Itiner (b)	20	13.953.506	8.412.983	(981.515)	7.431.468
Somague Imobiliária	100	1.564	173.013	(21.626)	151.387
			39.903.068	(13.241.717)	26.661.351
Trespasses registados em empresas participadas:					
Lusoponte	3,38	7.722.783	7.879.917	(823.174)	7.056.743
Engigás	86,41	10.922.981	5.045.003	(811.270)	4.233.733
Somague Investimentos	100	7.362.935	5.868.686	(1.662.794)	4.205.892
Oesterota (c)	13	-	1.800.080	(360.016)	1.440.064
Neopul	100	4.030.512	1.236.442	(64.643)	1.171.799
Triângulo do Sol	50	6.323.700	1.844.722	(733.829)	1.110.893
FM2000	100	2.708.307	2.466.761	(1.389.087)	1.077.674
Somague Ediçor	50	4.080.167	1.816.278	(998.953)	817.325
Hidurbe	100	2.431.778	869.363	(87.116)	782.247
Braest	100	12.719.851	889.403	(258.794)	630.609
Tegael	51	3.067.607	796.438	(203.923)	592.515
Viveiros do Falcão	52	785.571	315.801	(78.078)	237.723
Lusivial	100	11.074.455	99.060	(2.752)	96.308
Águas de Mandaguahy	85	52.527	59.470	(3.965)	55.505
CVC	57,62	1.066.629	65.866	(14.822)	51.044
Sogel	20	52.149	52.149	(6.954)	45.195
Aplicação Urbana II	25	137.199	48.813	(48.813)	-
Espaço Portimão	33,33	6.195	-	-	-
Focus Airport Services	100	182.807	87.406	(87.406)	-
Hidro 4	100	68.275	36.797	(36.797)	-
Edimecânica	100	309.255	3.902	(3.902)	-
Promoceuta	55	2.743	12.565	(12.565)	-
Maguetecno	100	623.497	-	-	-
		31.294.922	(7.689.653)	23.605.269	
		71.197.990	(20.931.370)	50.266.620	

- (a) Empresa objecto de fusão por incorporação na Somague Engenharia, no exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.
- (b) Actual denominação da ex-Somague Concessões e Serviços, S.A..
- (c) Ainda que a Oesterota não tenha tido actividade relevante no exercício de 2004 a Empresa considera que a actividade futura que se perspectiva esta venha a desenvolver nos próximos exercícios, gerará resultados positivos suficientes que permitem recuperar o trespasso, bem como os custos a receber e empréstimos concedidos a esta empresa participada.

14. ALTERAÇÃO DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação em 31 de Dezembro de 2004 relativamente ao exercício anterior teve as seguintes alterações:

- i) Compra de participações financeiras em 2004: No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o grupo adquiriu uma percentagem adicional de 34,65% do capital da Engigás, passando a deter uma participação efectiva de 69,13%, a qual já tinha sido consolidada pelo método da integração global em 31 de Dezembro de 2003. Em 31 de Dezembro de 2004 o grupo passou a ter uma percentagem adicional de 10% no capital da Triângulo do Sol, passando a deter uma participação efectiva de 50% e adquiriu 100% do capital da Lusivial e Ramigon.
- ii) Alienação de participações financeiras em 2004: No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o grupo alienou a participação de 100% no capital da Espaço Seniores – Serviços de Continuidade de Cuidados de Saúde, S.A., a qual em 31 de Dezembro de 2003 foi consolidada pelo método da integração global e a participação de 15% no capital da Satepor que em 31 de Dezembro de 2003 estava registada pelo método da equivalência patrimonial.
- iii) Empresas consolidadas pela primeira vez no exercício de 2004: Habitar, Somague Utilities (anteriormente denominada Assicarp), Tenemetro, SMLN, Lusivial, Ramigon, AGS Paços de Ferreira e Águas de Barcelos.

15. CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas englobadas na consolidação foram consistentes entre si e são os descritos na Nota 23.

17. AMORTIZAÇÃO DOS TRESPASSES

Conforme indicado na Nota 10, a Empresa registou na rubrica “Trespasses” os valores relativos às diferenças na aquisição de partes de capital em várias empresas, os quais, na generalidade, estão a ser amortizados num período de vinte anos, correspondente ao período estimado de recuperação dos investimentos realizados.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os critérios de contabilização utilizados na valorização das participações financeiras em empresas associadas são os descritos na Nota 23.d).

21. COMPROMISSOS FINANCIEROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2004, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, celebrados por algumas empresas englobadas na consolidação, ao abrigo dos quais foram cedidos créditos, de 146.197.675 Euros, registados como uma diminuição das contas a receber. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade dessas empresas restringe-se, essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das facturas objecto de *factoring*. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2004 existiam responsabilidades por letras descontadas e ainda não vencidas de 15.885.610 Euros (Nota 23.h)).

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado garantias bancárias a favor de terceiros de, aproximadamente, 482.610.000 Euros. Estas garantias bancárias foram prestadas, essencialmente, para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), a partir dos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas participadas referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração dos resultados na rubrica de "Interesses minoritários".

A consolidação das entidades referidas na Nota 5, efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, custos e proveitos destas entidades, na proporção em que a Empresa nelas participa, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, despesas de instalação, de aumentos de capital, despesas de investigação e de desenvolvimento e trespasses (diferenças apuradas em compras de participações financeiras – Notas 10 e 17). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e cinco anos, enquanto que a generalidade dos trespasses são amortizados durante um período de vinte anos (Notas 17 e 23.d)).

b) Imobilizações corpóreas

Na generalidade das empresas incluídas na consolidação, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao valor de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após a data a que se reportam as reavaliações efectuadas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Anos de vida útil

Edifícios e outras construções	8 - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	3 - 8
Equipamento administrativo	3 - 20
Outras imobilizações corpóreas	3 - 14

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 47).

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Nota 3) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição, ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. Estas diferenças são registadas na rubrica "Trespasses" (Notas 10 e 17). De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas do período e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica "Diferenças de consolidação". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros em empresas associadas e participadas (Notas 4 e 50) encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas encontram-se registados ao valor nominal, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização.

f) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos às obras em curso

Para o reconhecimento dos proveitos e custos das obras em curso foi utilizado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada período os proveitos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas de "Acréscimos de proveitos" ou "Proveitos diferidos", consoante a natureza da diferença (Notas 54 e 63).

À data do balanço é constituída uma provisão para as perdas estimadas em obras em curso, correspondente à margem negativa por reconhecer (Nota 46).

Adicionalmente, uma parte dos proveitos das obras é diferida, com a finalidade de fazer face a custos estimados a incorrer durante o período de garantia das mesmas (Nota 63).

O reconhecimento das vendas de empreendimentos imobiliários é efectuado no momento em que legalmente ocorre a transferência de propriedade (escritura de venda), ou excepcionalmente, quando a posse ou riscos inerentes ao imóvel são transmitidos ao promitente-comprador e se considera que a venda é irreversível.

g) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

h) Operações de factoring e de desconto de letras

Os créditos cedidos em "factoring" sem direito de regresso estão evidenciados ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas empresas de "factoring" são registados no activo como uma diminuição da rubrica de clientes e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber, à medida que se efectua a cobrança dos valores em dívida (Nota 21).

Os adiantamentos recebidos ao abrigo de contratos de *factoring* com direito de regresso são evidenciados no passivo até que se confirme a boa cobrança dos créditos respectivos.

As contas a receber de clientes tituladas por letras são registadas na rubrica "Clientes, títulos a receber". O valor das letras descontadas em instituições financeiras são registados no activo como uma diminuição da rubrica "Clientes, títulos a receber" por contrapartida de disponibilidades.

i) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas 54, 55, 62 e 63).

j) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a grandes reparações de equipamentos efectuadas pelas próprias empresas e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

k) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

l) Saldos, transacções e investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio na rubrica "Diferenças de consolidação". A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio: (i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos; (ii) taxa de câmbio média do período contabilístico para converter as rubricas da demonstração dos resultados; e (iii) taxas de câmbio históricas para converter as restantes rubricas de capital próprio.

m) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto								
	Saldo inicial	Alterações de perímetro (Nota 14)	Efeito cambial (Nota 23.I)	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Equivalência patrimonial	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de instalação	13.768.400	39.891	(831)	-	1.877.113	(6.262)	-	4.893	15.683.204
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.783.897	6.014	(9.184)	-	1.081.391	(15.467)	-	37.493	2.884.144
Propriedade industrial e outros direitos	99.359	9.453	(326)	-	32.327	-	-	-	140.813
Trespasses	73.001.103	-	(221.390)	-	4.546.029	-	-	(6.127.752)	71.197.990
	88.652.759	55.358	(231.731)		7.536.860	(21.729)		(6.085.366)	89.906.151
Imobilizações corpóreas:									
Terrenos e recursos naturais	11.159.175	-	(13.671)	442.802	557.555	(96.205)	-	(35)	12.049.621
Edifícios e outras construções	40.036.160	1.881.487	(68.722)	-	2.723.871	(640.678)	-	276.396	44.208.514
Equipamento básico	115.371.203	472.852	(164.482)	-	11.103.773	(22.292.552)	-	(609.119)	103.881.675
Equipamento de transporte	27.136.943	1.216.425	(102.858)	-	3.430.934	(3.788.899)	-	800.890	28.693.435
Ferramentas e utensílios	5.893.570	11.211	(23.321)	-	553.649	(173.786)	-	(107.658)	6.153.665
Equipamento administrativo	17.139.988	258.463	(94.161)	-	1.239.386	(370.607)	-	299.131	18.472.200
Outras imobilizações corpóreas	3.136.453	931.956	(317.902)	-	2.382.571	(1.134.541)	-	805.520	5.804.057
Imobilizações em curso	4.371.128	-	(543.102)	-	6.045.776	-	-	(3.014.938)	6.858.864
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	18.735	-	70	-	1.818.898	(1.823.442)	-	(14.261)	-
	224.263.355	4.772.394	(1.328.149)	442.802	29.856.413	(30.320.710)		(1.564.074)	226.122.031
Investimentos financeiros:									
Partes de capital em empresas associadas	35.916.824	-	-	-	3.865.506	-	3.213.912	(556.244)	42.439.998
Empréstimos a empresas associadas	26.468.266	(9.065.682)	-	-	9.508.550	(2.187.632)	-	33.857.960	58.581.462
Títulos e outras aplicações financeiras	10.567.426	(106.486)	29.894	-	1.901.094	(3.633.419)	(76.939)	402.195	9.083.765
Outros empréstimos concedidos	38.981.530	-	(172.022)	-	1.850.635	(33.190)	-	(34.415.810)	6.211.144
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-	1.500.000	-	-	650.000	2.150.000
	111.934.046	(9.172.168)	(142.128)		18.625.785	(5.854.241)	3.136.973	(61.899)	118.466.368
Amortizações acumuladas e provisões									
Rubricas	Saldo inicial	Alterações de perímetro (Nota 14)	Efeito cambial	Reforço	Reduções	Transferências e abates	Outras variações	Saldo final	
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de instalação	13.037.075	39.891	(831)	375.191	(6.262)	(148)	-	13.444.916	
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.346.347	6.014	(1.911)	357.842	(15.467)	9.588	(7.163)	1.695.250	
Propriedade industrial e outros direitos	38.528	9.453	-	15.883	-	-	(15.314)	48.550	
Trespasses	17.180.457	-	(95.048)	5.367.415	-	-	(1.521.454)	20.931.370	
	31.602.407	55.358	(97.789)	6.116.331	(21.729)	9.440	(1.543.931)	36.120.086	
Imobilizações corpóreas:									
Edifícios e outras construções	8.528.521	50.078	(20.681)	1.578.655	(474.672)	(85.986)	-	9.575.915	
Equipamento básico	75.989.549	8.789	(119.667)	8.714.080	(17.544.047)	(590.665)	19	66.458.058	
Equipamento de transporte	21.072.820	848.852	(41.329)	2.873.077	(2.950.801)	75.850	(2.460)	21.876.008	
Ferramentas e utensílios	4.764.525	11.070	(7.178)	638.508	(114.395)	(88.471)	-	5.204.059	
Equipamento administrativo	12.985.098	122.641	(81.467)	1.585.776	(118.777)	23.352	-	14.516.622	
Outras imobilizações corpóreas	1.577.047	705.344	(38.894)	973.811	(722.566)	(217.094)	-	2.277.648	
	124.917.560	1.746.774	(309.215)	16.363.905	(21.925.258)	(883.014)	(2.441)	119.908.310	
Investimentos financeiros:									
Partes de capital em empresas associadas	77.463	-	-	-	-	1.634	(10.930)	68.167	
Empréstimos a empresas associadas	1.666	-	-	-	-	-	2.204.367	2.206.033	
Títulos e outras aplicações financeiras	1.508.257	-	-	98.469	(986.086)	-	-	620.640	
Outros empréstimos concedidos	777.313	-	-	-	(93.275)	-	-	684.038	
	2.364.699	-	-	98.469	(1.079.361)	1.634	2.193.437	3.578.878	

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 na rubrica de trespasses corresponde a diferenças de compra apuradas na aquisição de partes de capital das seguintes empresas participadas:

Engigás	2.279.088
Neopul	1.171.797
Tegael	796.438
Triângulo do Sol	140.178
Lusivial	99.058
Águas de Mandaguahy	59.470

	4.546.029
	=====

As transferências e abates registadas na rubrica de trespasses (no valor de custos e respectivas amortizações acumuladas) respeitam, essencialmente, ao efeito da consolidação da Habitar pela primeira vez neste exercício (Nota 10). Em 31 de Dezembro de 2003, o investimento financeiro na Habitar estava registado ao custo de aquisição, enquanto que em 31 de Dezembro de 2004 as demonstrações financeiras daquela participada foram incluídas pela primeira vez nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, tendo o valor do respectivo investimento financeiro, registado em exercícios anteriores, sido ajustado por contrapartida da rubrica diferenças de consolidação.

Os aumentos ocorridos nas rubricas de "Investimentos financeiros" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, detalham-se como segue:

Partes de capital em empresas associadas:

Triangulo do Sol	2.897.790
Águas do Marco	507.999
Harmattan	413.970
Espaço Belém	24.995
SMLN	12.500
Parques Alegria	5.000
Espaço Portimão	2.000
Complexo Tivane	1.252

	3.865.506
	=====

Empréstimos a empresas associadas:

Finerge	4.963.065
Auto-Estradas do Oeste	1.471.174
Águas de Gondomar	956.250
Oesterota	887.093
SMLN	480.000
Águas da Figueira	360.000
Espaço Portimão	150.000
Águas de Alenquer	100.000
Águas de Cascais	55.968
Espaço Belém	85.000

	9.508.550
	=====

Títulos e outras aplicações financeiras:

Via Expresso	1.374.741
Vianorte	210.449
PPPS	152.000
Trakia Motorways	92.800
Engibrás	2.759
Logibrás	254
Ambelis	48
Espaço Belém	5
Outros	68.038

	1.901.094
	=====

Outros empréstimos concedidos:

PPPS	1.352.800
Vianorte	223.232
Vialitoral	102.517
1.10 - Construções e Empreendimentos	80.000
Tenemetro	43.836
Espaço Portimão	40.000
HSE	8.250

	1.850.635
	=====

O aumento de 1.500.000 Euros evidenciado na rubrica de "Adiantamentos por conta de investimentos financeiros" respeita ao valor já pago por conta do aumento de 20% para 25% da participação na Auto-Estradas do Oeste.

As diminuições registadas nas rubricas de "Investimentos financeiros" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, detalham-se como se segue:

Empréstimos a empresas associadas:

Lusoponte	1.587.632
Finerge	600.000

	2.187.632
	=====

Títulos e outras aplicações financeiras:

Warrants	2.370.917
Kinecatics	1.000.000
Vianorte	140.987
Jardins Braço de Prata	100.000
Satepor	21.348
Outras	167

	3.633.419
	=====

Outros empréstimos concedidos:

Jardins Braço de Prata	24.940
HSE	8.250

	33.190
	=====

As transferências ocorridas nas rubricas de "Investimentos financeiros" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, detalham-se como segue:

Partes de capital em empresas associadas:

Aquaprotect	(650.000)
Tenemetro	249.660
Triângulo do Sol	(140.176)
Somaguinter	10.930
1.10 – Construções e Empreendimentos	(2.758)
Espaço Portimão	(2.000)
Complexo Tivane	(40)

	(556.244)
	=====

Empréstimos a empresas associadas:

Auto-Estradas do Oeste	9.132.600
Lusoponte	8.531.769
Aplicação Urbana II	7.576.978
Oesterota	4.121.552
Espaço Portimão	4.002.570
1.10 - Construções e Empreendimentos	490.000
CBE	2.491

	33.857.960
	=====

Títulos e outras aplicações financeiras:

Vianorte	468.348
Tenemetro	(249.660)
Vialitoral	189.000
Tegael	(3.000)
CBE	(2.493)

	402.195
	=====

Outros empréstimos concedidos:

Auto-Estradas do Oeste	(9.132.600)
Lusoponte	(8.531.769)
Aplicação Urbana II	(7.576.978)
Oesterota	(4.121.552)
Espaço Portimão	(3.892.570)
1.10 - Construções e Empreendimentos	(600.000)
Vianorte	(468.348)
Outras (participadas Neopul)	(92.021)
Bomba H	5.950
Archipelag Aviation	(5.922)

	(34.415.810)
	=====

Em 31 de Dezembro de 2004, a aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas associadas, tem o seguinte impacto:

Rubricas	Ganhos em empresas associadas (Nota 44)	Perdas em empresas associadas (Nota 44)	Diferenças de consolidação (Nota 58)	Dividendos	Provisão para riscos e encargos (Nota 46)	Outros custos / proveitos	Investimentos financeiros
Partes de capital em empresas associadas:							
Tecnasol	401.009	-	(97.400)	-	-	(65.803)	237.806
Soconstrói Engenharia	-	(503)	-	-	-	-	(503)
HSE	1.667.853	-	-	(590.262)	-	122	1.077.713
Ferropor	-	-	-	-	-	(14)	(14)
Maguecetecno	94.361	-	-	-	(94.361)	-	-
ACE Banco de Portugal	37.190	-	-	-	(37.180)	(10)	-
Aplicação Urbana II	75.061	-	-	-	(72.820)	(2.241)	-
Triângulo do Sol	3.386.896	-	116.856	-	-	-	3.503.752
Autoestradas do Oeste	-	(4.026.498)	-	-	-	-	(4.026.498)
Oesterota	629.267	(14.442)	-	-	(614.825)	-	-
Lusoponte	1.133.631	-	-	-	-	-	1.133.631
CEI	-	(83)	(825)	-	-	-	(908)
Finerge	1.342.943	-	-	-	-	(2.143)	1.340.800
Sanambi	-	-	(15.383)	-	15.383	-	-
LRTM	7.814	-	-	-	-	338	8.152
Tratave	13.739	-	-	-	-	-	13.739
Águas da Figueira	64.712	-	-	-	-	-	64.712
Águas de Cascais	106.750	-	-	-	-	-	106.750
Ambiporto	2.603	-	-	-	-	-	2.603
Águas de Gondomar	591	-	-	-	-	-	591
Hidro 4	-	(13.480)	-	-	-	-	(13.480)
Ecobarcelos	173	-	-	-	(173)	-	-
Etarima	756	-	-	-	-	-	756
Águas de Alenquer	-	(229.842)	-	-	-	12.401	(217.441)
Águas do Sado	38.000	-	-	-	(38.000)	-	-
GSU	-	(3.124)	-	-	-	-	(3.124)
GSA	10.667	-	-	-	-	-	10.667
Espaço Portimão	-	(2.639)	-	-	5.479	(2.840)	-
1.10	-	(20.770)	-	-	17.983	2.787	-
Tenemetro	-	(13.292)	-	-	-	-	(13.292)
SMLN	-	(635.038)	-	-	622.538	-	(12.500)
	<u>9.014.016</u>	<u>(4.959.711)</u>	<u>3.248</u>	<u>(590.262)</u>	<u>(195.976)</u>	<u>(57.403)</u>	<u>3.213.912</u>
Titulos e outras aplicações financeiras:							
Archipelag Aviation	-	(152.438)	-	-	-	(45.558)	(197.996)
Vortal	1.279	-	-	-	-	119.778	121.057
Normetro	-	(54)	-	-	94	(40)	-
	<u>1.279</u>	<u>(152.492)</u>	<u>3.248</u>	<u>(590.262)</u>	<u>94</u>	<u>74.180</u>	<u>(76.939)</u>
	<u>9.015.295</u>	<u>(5.112.203)</u>	<u>3.248</u>	<u>(590.262)</u>	<u>(195.882)</u>	<u>16.777</u>	<u>3.136.973</u>

As diferenças de consolidação resultam essencialmente de variações ocorridas directamente nos capitais próprios de empresas participadas, decorrentes da conversão cambial das respectivas demonstrações financeiras originalmente expressas em divisas, bem como gratificações de balanço e diferenças entre os resultados estimados de 2004 utilizados na consolidação daquele exercício e os resultados definitivos (Nota 10).

34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Conforme referido na Nota 60, em 31 de Dezembro de 2004 existem financiamentos concedidos pelo Instituto Nacional de Habitação, garantidos por hipoteca de terrenos de valor equivalente aos capitais mutuados.

Em 31 de Dezembro de 2004, as acções detidas na Lusoponte encontram-se penhoradas em benefício dos bancos financiadores e do Banco Europeu de Investimento, como garantia dos financiamentos concedidos a essa participada. Encontram-se penhoradas, como garantia da sua aquisição, 1.200.000 acções da Somague Concessões, em benefício do banco financiador. Adicionalmente, encontram-se penhoradas 900.000 acções da Somague Concessões, como garantia da aquisição de 3,23% do capital da Lusoponte.

No âmbito de um contrato de abertura de crédito estabelecido com uma instituição financeira encontram-se penhoradas as acções detidas na PEVR, correspondentes à totalidade do seu capital, como forma de assegurar os meios financeiros à construção de dois parques públicos de estacionamento.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e as prestações de serviços relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, distribuem-se da seguinte forma por mercado geográfico:

	Percentagem	Montante
Continente	70,18	613.406.276
Madeira	12,97	113.372.600
Açores	5,83	50.915.708
Internacional	11,02	96.342.813
		<u>874.037.397</u>

38. IMPOSTOS DIFERIDOS

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 – Imposto sobre o Rendimento.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a taxa de imposto em vigor, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

O encargo do imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 corresponde, essencialmente, a:

a) Reconciliação da taxa de imposto

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de impostos	6.519.253	
Diferenças temporárias	7.787.498	
Diferenças permanentes	5.035.375	
	<u>19.342.126</u>	
Encargo normal de impostos		5.319.085
Tributação autónoma		1.117.866
Efeito de diferenças de taxa de imposto		(437.523)
Imposto diferido		(2.150.409)
Imposto do exercício		<u>3.849.019</u>

As diferenças temporárias dizem essencialmente respeito a mais valias não tributadas e o reporte de prejuízos.

As diferenças permanentes respeitam, essencialmente, a: (i) anulação dos efeitos do excesso de estimativa de imposto do exercício anterior; (ii) efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial; e, (iii) amortizações não aceites como custos fiscais.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, foram quanto à sua natureza e impacto os seguintes:

	Saldo inicial	Efeito do exercício	Transferências	Saldo final
Impostos diferidos activos:				
Provisões para clientes de cobrança duvidosa	526.262	448.360	-	974.622
Provisões para investimentos financeiros	537.898	(271.174)	-	266.724
Provisões para outros riscos e encargos	2.368.126	58.183	(766.231)	1.660.078
Grau de acabamento em obras	264.519	336.573	-	601.092
Reporte de prejuízos	850.743	873.664	-	1.724.407
	4.547.548	1.445.606	(766.231)	5.226.923
Impostos diferidos passivos:				
Contratos de locação financeira	18.022	(6.320)	-	11.702
40% aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo	166.664	(3.718)	-	162.946
Mais valias não tributadas por reinvestimento	1.634.708	(815.248)	-	819.460
Grau de acabamento	812.032	120.483	-	932.515
	2.631.426	(704.803)	-	1.926.623

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, ascenderam a 3.737.026 Euros.

41. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

As empresas englobadas na consolidação procederam em anos anteriores à reavaliação de imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro;
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro.

44. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	2004	2003
<u>Custos e perdas:</u>		
Perdas em empresas associadas (Nota 27)	5.112.203	3.038.511
Juros suportados	16.163.321	14.885.389
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.256.595	2.088.941
Provisões para aplicações financeiras (Nota 46)	98.469	1.336.444
Outros custos e perdas financeiros (a)	<u>8.531.433</u>	<u>6.183.991</u>
	35.162.021	27.533.276
Resultados financeiros	<u>(12.927.293)</u>	<u>(8.462.006)</u>
	<u>22.234.728</u>	<u>19.071.270</u>

Proveitos e ganhos:

Ganhos em empresas associadas (Nota 27)	9.015.295	3.465.309
Juros obtidos	6.772.699	10.869.204
Rendimentos de imóveis	620.265	404.939
Rendimento de partes de capital	1.394	-
Diferenças de câmbio favoráveis	2.933.469	2.346.626
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.625.144	1.572.256
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>1.266.462</u>	<u>412.936</u>
	<u>22.234.728</u>	<u>19.071.270</u>

(a) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

Garantias bancárias e seguros de crédito	3.555.644
Comissões de <i>factoring</i>	947.461
Serviços bancários	858.024
Juros e encargos com contratos de locação financeira	617.711
Comissão com empréstimos obrigacionistas	590.322
Despesas com papel comercial	501.299
Outros	<u>1.460.972</u>
	<u>8.531.433</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	2004	2003
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	923.000	1.031.284
Indemnizações	8.354	-
Perdas em imobilizações	1.218.101	791.580
Multas e penalidades	46.293	850.865
Perdas em existências	253.659	38.471
Insuficiência de estimativa de imposto	160.361	95.598
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.729.265	2.154.899
Indemnizações a empregados	2.806.622	-
Outros custos e perdas extraordinários	<u>490.617</u>	<u>704.077</u>
	8.636.272	5.666.774
Resultados extraordinários	<u>3.407.425</u>	<u>3.474.634</u>
	<u>12.043.697</u>	<u>9.141.408</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Restituição de impostos	34.312	6.650
Benefícios e penalidades contratuais	49.564	44.648
Ganhos em imobilizações	5.484.056	4.578.330
Indemnizações	339	472.209
Ganhos em existências	23.008	20.750
Redução de provisões (Nota 46)	850.950	434.725
Excesso de estimativa de imposto	2.810.757	254.513
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.461.404	1.172.991
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>329.307</u>	<u>2.156.592</u>
	<u>12.043.697</u>	<u>9.141.408</u>

A rubrica "Ganhos em imobilizações" inclui os seguintes ganhos obtidos na alienação de participações financeiras (Nota 27):

Jardins Braço de Prata	3.355.060
Satepor	178.652
Espaço Portimão	2.380
Espaço Seniores	203.988

Outros	3.740.080

	1.743.976

	5.484.056

Os outros ganhos no valor de 1.743.976 Euros, respeitam essencialmente a mais valias obtidas na alienação de imobilizações corpóreas.

O excesso de estimativa de imposto resultou, essencialmente, das diferenças entre os resultados estimados relativamente às empresas associadas e aos ACEs participados, considerados na determinação da estimativa de imposto do exercício anterior, e os resultados fiscais efectivamente apurados pelos mesmos, apropriados ao abrigo do regime de transparência fiscal.

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Efeito cambial	Equivalência patrimonial (Nota 27)	Reforço	Reduções (Nota 45)	Transferências	Utilizações	Outras variações	Saldo final
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	13.581.951	1.059.333	214.922	-	2.379.922	(462.388)	466.961	(1.655.469)	-	15.585.232
Provisão para investimentos financeiros	2.364.699	-	-	-	98.469	-	1.634	(1.090.291)	2.204.367	3.578.878
Provisões para perdas estimadas em existências	54.690	-	-	-	4.497	-	(2)	-	-	59.185
Provisões para riscos e encargos:										
Pensões	155.755	-	-	-	-	-	-	-	-	155.755
Processos judiciais em curso	699.749	-	-	-	-	(150.258)	-	-	-	549.491
Outros riscos	7.570.884	(1.972.972)	-	(195.882)	731.127	(238.304)	133.962	(31.660)	-	5.997.155
	8.426.388	(1.972.972)	-	(195.882)	731.127	(388.562)	133.962	(31.660)	-	6.702.401

Nos aumentos das provisões para outros riscos e encargos estão incluídos 553.958 Euros relativos a perdas estimadas para obras.

Os aumentos das provisões para investimentos financeiros (Nota 44) detalham-se como segue:

Boavista Futebol Clube	20.000
Futebol Clube do Porto	66.000
Futebol Clube de Alverca	12.469

	98.469
	=====

O aumento reflectido em "Outras variações" registado na rubrica "Provisão para investimentos financeiros" diz respeito à participação na Oesterota.

Os valores registados na coluna "Alteração do perímetro de consolidação" dizem respeito à consolidação, pela primeira vez no exercício de 2004, das demonstrações financeiras da Habitar (Nota 14).

Em 31 de Dezembro 2004 a rubrica "Provisão para outros riscos e encargos", tem o seguinte detalhe:

Provisão para capitais próprios negativos de empresas participadas:

Maguetecno	1.329.327
Banco de Portugal (ACE)	924.759
Normetro	150
SMLN	622.538
Aplicação Urbana II	83.157
Oesterota	1.125.234
Sanambi	115.408
Espaço Portimão	3.483
Águas do Sado	855.819
1.10	15.222
Ecobarcelos	14.759

	5.089.856

Provisão para perdas estimadas em obras

Outros riscos e encargos

Total de provisões para outros riscos e encargos

As transferências ocorridas na rubrica de "Provisões para dívidas de cobrança duvidosa" e "Provisões para outros riscos" respeitam, essencialmente a correcções efectuadas às demonstrações financeiras da Engigás, por contrapartida de Resultados transitados.

As utilizações ocorridas na rubrica "Provisões para investimentos financeiros" resultam essencialmente da alienação de *warrants* detidos pela Somague, SGPS e que se encontravam valorizados ao custo de aquisição líquido de provisão constituído pela diferença entre o referido valor e o valor de mercado.

47. LOCACÃO FINANCEIRA

Conforme indicado na Nota 23.c), os activos immobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira são registados pelo método financeiro. Em 31 de Dezembro de 2004, estão registados em immobilizado corpóreo 55.183.501 Euros relativos ao valor de aquisição destes bens e na rubrica "Fornecedores de immobilizado, conta corrente" 24.690.530 Euros, dos quais 20.984.330 Euros são relativos a contas a pagar às locadoras e encontram-se classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Em 31 de Dezembro 2004, as responsabilidades das empresas do Grupo, como locatárias, relativas à parcela de capital das rendas vincendas em contratos de locação financeira vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

2005	3.706.200

2006	4.438.294
2007	2.890.271
2008	2.772.561
2009 e seguintes	10.883.204

	20.984.330

	24.690.530
	=====

49. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em termos operacionais o Grupo encontra-se organizado em quatro segmentos principais: construção, imobiliário, concessões e ambiente.

Segmento da construção: inclui a execução de obras públicas e privadas;

Segmento imobiliário: inclui a montagem de operações e o acompanhamento de negócios de projectos imobiliários de habitação social e ainda a compra e venda de imóveis;

Segmento das concessões: tem por objecto o desenvolvimento de projectos de concessões podendo envolver a respectiva exploração, concepção, financiamento, construção e prestação de serviços de consultoria no âmbito desses projectos;

Segmento do ambiente: inclui a prestação de serviços de consultoria em projectos de sistemas de salubridade, concepção, construção e operação de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos e na exploração de infraestruturas de tratamento e distribuição de água.

Em 31 de Dezembro de 2004, a principal informação relativa a cada um destes segmentos é a seguinte:

	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Eliminações	Consolidado
Réditos							
Vendas externas	826.547.088	5.858.736	41.018.517	3.894.987	-	-	877.319.328
Vendas inter-segmentais	5.313.842	1.890	1.914.832	2.010.080	2.094.951	(11.335.595)	-
Réditos totais	831.860.930	5.860.626	42.933.349	5.905.067	2.094.951	(11.335.595)	877.319.328
Resultados							
Resultados segmentais	19.029.415	(1.723.000)	4.154.945	(1.580.707)	(3.849.311)	7.780	16.039.122
Gastos de juros	(22.903.460)	(940.087)	(3.234.448)	(1.633.872)	(3.506.490)	2.267.008	(29.951.349)
Proveitos de juros	10.799.476	607.408	805.153	1.092.291	2.206.033	(2.290.929)	13.219.432
Parte de lucro líquidos em associadas	132.090	1.719.252	1.082.207	611.062	260.012	-	3.804.623
impostos s/ lucros	(3.430.642)	(131.276)	(788.015)	100.305	400.609	-	(3.849.019)
Resultados de actividades ordinárias	3.626.879	(467.703)	2.019.842	(1.410.921)	(4.489.147)	(16.141)	(737.191)
Resultados extraordinárias	390.924	3.330.815	(250.107)	(927)	(79.421)	16.141	3.407.425
Interesses minoritários	16.726	-	(843.076)	-	-	22.358	(803.992)
Resultado líquido	4.034.529	2.863.112	926.659	(1.411.848)	(4.568.568)	22.358	1.866.242
Outras informações							
Activos do segmento	701.407.654	73.577.552	97.108.528	40.283.367	67.098.539	(92.262.907)	887.212.733
Investimento em associadas	16.002.655	1.242.480	8.296.697	40.435.267	26.661.351	-	92.638.450
Activos totais consolidados	717.410.309	74.820.032	105.405.225	80.718.634	93.759.891	(92.262.907)	979.851.183
Passivos totais consolidados	630.923.108	46.602.623	88.490.414	58.339.072	111.366.034	(92.655.957)	843.065.294
Dispêndios de capital fixo (aquisições)	25.778.706	16.108	1.439.578	67.625	2.612	-	27.304.629
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	17.985.212	62.665	1.388.102	1.031.414	2.012.843	-	22.480.236

Em 31 de Dezembro de 2004, os réditos de vendas, os activos líquidos totais e os investimentos totais repartidos por mercados geográficos são como segue:

	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Consolidado
Réditos de vendas por mercados geográficos						
816.656.402	15.749.422	41.018.517	3.894.987	-	-	877.319.328
Portugal	741.294.334	15.749.422	22.585.144	1.308.023	-	780.936.923
Brasil	15.609.808	-	3.119.140	2.586.964	-	21.315.912
Macau	-	-	15.314.233	-	-	15.314.233
Marrocos	1.307.298	-	-	-	-	1.307.298
Cabo Verde	26.098.669	-	-	-	-	26.098.669
Moçambique	55.372	-	-	-	-	55.372
Angola	32.290.921	-	-	-	-	32.290.921
	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Consolidado
Activos líquidos segmentais						
703.446.085	74.818.563	103.354.280	77.796.884	-	-	959.415.813
Portugal	604.438.697	74.818.563	91.224.718	72.381.332	-	842.863.310
Brasil	13.606.706	-	4.366.057	5.415.552	-	23.388.315
Macau	-	-	7.763.505	-	-	7.763.505
Espanha	191.163	-	-	-	-	191.163
Marrocos	3.508.141	-	-	-	-	3.508.141
Cabo Verde	19.340.861	-	-	-	-	19.340.861
Moçambique	5.692.640	-	-	-	-	5.692.640
Angola	56.667.877	-	-	-	-	56.667.877
	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Consolidado
Investimentos						
25.778.706	16.108	1.439.578	67.625	2.612	-	27.304.629
Portugal	17.404.662	16.108	1.028.273	7.102	2.612	18.458.757
Brasil	532.834	-	93.528	60.523	-	686.885
Macau	-	-	317.777	-	-	317.777
Cabo Verde	3.641.940	-	-	-	-	3.641.940
Cabo Verde	232.584	-	-	-	-	232.584
Angola	3.966.686	-	-	-	-	3.966.686

50. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2004, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Nome	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004	Percentagem de participação	Valor de compra	Valor de balanço	Amortizações e provisões	Valor líquido
Partes de capital em empresas associadas:						
Triângulo do Sol	32.227.632	50,00%	3.425.610	16.114.264	-	16.114.264
Auto-Estradas do Oeste	52.823.147	20,00%	4.826.680	10.566.549	-	10.566.549
Tecnasol	13.417.662 (a)	50,00%	2.200.537	4.228.251	-	4.228.251
Lusoponte	53.977.665 (b)	17,21%	11.180.283	3.279.777	-	3.279.777
Finerge	5.750.689	50,00%	375.000	2.875.345	-	2.875.345
Águas de Gondomar	2.941.396	42,50%	1.062.500	1.250.094	-	1.250.094
HSE	1.720	27,50%	-	1.080.347	-	1.080.347
Águas da Figueira	1.488.729	40,00%	600.000	595.492	-	595.492
Águas do Marco	1.000.000	50,80%	507.999	507.999	-	507.999
Harmattan				413.970	-	413.970
Águas de Alenquer	925.670	40,00%	600.000	370.268	-	370.268
Águas do Sado	1.545.578 (c)	40,50%	1.000.000	-	-	-
Oesterota	(4.500.934) (d)	25,00%	60.021	-	-	-
Aplicação Urbana	367.376	25,00%	12.500	-	-	-
Tenemetro	787.893	30,00%	249.660	236.368	-	236.368
Edimecânica	217.776	100,00%	309.255	217.776	-	217.776
Tratave	396.143	40,00%	250.000	158.456	-	158.456
LRTM	286.007	50,00%	41.151	143.004	-	143.004
Águas de Cascais	213.747	30,50%	1.067.500	117.989	-	117.989
GSA	178.985	50,00%	25.000	89.497	-	89.497
Ambigal	-	49,75%	99.760	66.533	(66.533)	-
Tegael Marrosos	59.937	90,0%	-	53.943	-	53.943
Espaço Belém		49,97%	24.985	24.996	-	24.996
GSU - Açores	24.802	50,00%	25.000	12.401	-	12.401
CEI	17.360	50,00%	272.938	8.680	-	8.680
Hidro 4	6.713	100,00%	68.275	6.713	-	6.713
Ambiponto	-	50,00%	-	5.990	-	5.990
Parques Alegria	5.000	100,00%	5.000	5.000	-	5.000
Ferropor	7.354	50,00%	4.400	3.660	-	3.660
Complexo Tivane				1.716	-	1.716
Soconstroi - Engenharia	3.330	100,00%	9.996	1.665	-	1.665
Engigás - Cabo Verde	1.720	66,00%	-	1.634	(1.634)	-
Etarlima	-	50,00%	-	1.621	-	1.621
1.10 - Construções e Empreendimento	8.301	33,20%	-	-	-	-
			42.439.998	(68.167)	42.371.831	
Empréstimos a empresas associadas:						
Auto-Estradas do Oeste			10.603.773	-	10.603.773	
Finerge			9.707.010	-	9.707.010	
Aplicações Urbanas II			7.576.978	-	7.576.978	
Lusoponte			6.944.137	-	6.944.137	
Oesterota			5.008.645	(2.204.367)	2.804.278	
Espaço Portimão			4.152.570	-	4.152.570	
Águas de Cascais			4.107.603	-	4.107.603	
Águas de Gondomar			3.488.881	-	3.488.881	
Tecnasol			2.480.581	-	2.480.581	
Águas da Figueira			1.878.077	-	1.878.077	
Águas do Sado			1.474.048	-	1.474.048	
1.10 - Construções e Empreendimentos			490.000	-	490.000	
SMLN			480.000	-	480.000	
Águas de Alenquer			100.000	-	100.000	
Espaço Belém			85.000	-	85.000	
CBE - Hidurbe			2.493	-	2.493	
Falcão Agrícola			1.666	(1.666)	-	-
	58.581.462		(2.206.033)	56.375.429		

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

Nome	Percentagem de participação	Valor de compra	Valor de balanço	Amortizações e provisões	Valor líquido
Titulos e outras aplicações financeiras:					
Partes de capital em outras empresas:					
Vianorte	12,36%	2.345.220	2.948.079	-	2.948.079
Vialitoral	12,00%	2.061.000	2.250.000	-	2.250.000
Via Expresso			1.374.741	-	1.374.741
Itaberaba	7,20%	506.248	511.962	-	511.962
Futebol Clube do Porto	n/d		500.000	(246.000)	254.000
Archipelag Aviation			335.441	-	335.441
União de Leiria Futebol Clube	n/d		199.519	(99.760)	99.759
Vortal			164.117	-	164.117
PPPS	30,40%	152.000	152.000	-	152.000
Boavista Futebol Clube			110.000	(75.000)	35.000
Trakia Motorways	15%		92.800	-	92.800
Pirates Alentejanas	58,00%		64.270	(64.270)	-
Altabeira	23,00%		57.985	(57.985)	-
Logibrás			34.670	-	34.670
Marítimo - SAD			32.422	-	32.422
Alverca Futebol SAD			24.938	(12.469)	12.469
Fundação Cultural do Centro			24.763	-	24.763
Ambélis			20.000	-	20.000
Imosal			16.324	-	16.324
Sanesalto			12.260	-	12.260
Sociedade de Empreitadas Somague (Angola)	90,00%		9.128	(9.128)	-
Bomba H			4.988	-	4.988
Engibrás			2.759	-	2.759
Espaço Belém			5	-	5
Outros			72.555	(56.028)	16.527
Outros (Habitar)			68.039	-	68.039
			8.943.171	(564.612)	8.378.559
Outros empréstimos concedidos:					
Vialitoral			2.531.639	-	2.531.639
PPPS			1.352.800	-	1.352.800
Tenemetro			869.900	-	869.900
Assiconstrói / Amadeu Gaudêncio			671.568	(671.568)	-
Archipelag Aviation			494.155	-	494.155
Vianorte			214.009	-	214.009
Bomba H			57.362	-	57.362
Altabeira			12.470	(12.470)	-
Outros Neopol			4.240	-	4.240
Tegael (Outros)			3.000	-	3.000
			6.211.143	(684.038)	5.527.105
Adiantamentos por conta de imobilizações financeiras:					
Auto-Estradas do Oeste			1.500.000	-	1.500.000
Aquaprotect			650.000	-	650.000
			2.150.000	-	2.150.000
Total de investimentos financeiros			118.325.774	(3.522.850)	114.802.924

- (a) Os capitais próprios da Tecnasol incluem prestações acessórias de 4.961.162 Euros.
- (b) Os capitais próprios da Lusoponte incluem prestações acessórias de 34.915.853 Euros.
- (c) Os capitais próprios da Águas do Sado incluem prestações acessórias de 3.685.124 Euros.
- (d) Os capitais próprios da Oesterota incluem prestações acessórias de 7.481.968 Euros.
- (e) Os capitais próprios da Aplicação Urbana incluem prestações acessórias de 700.000 Euros.

51. PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo desta rubrica compõe-se como segue:

Ramigon - Terreno Pinhol	27.324.856
PMG – Imobiliário	13.621.349
Transmetro	1.436.791
Procesl	493.607
Engibrás	198.719
Focus	17.723
	<u>43.093.045</u>

52. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.361.414	4.047.658
Contribuições para a Segurança Social	212.075	3.223.164
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	18.865	1.926.344
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	2.025.184	1.383.490
Outros	1.118.625	3.384.374
	<u>7.736.163</u>	<u>13.965.030</u>

A rubrica de IRC a pagar está líquida de pagamentos por conta, pagamentos especiais por conta bem como de retenções na fonte efectuadas por terceiros.

53. OUTROS DEVEDORES

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos desta rubrica resultam de operações realizadas pela Empresa e pelas suas participadas no decurso normal da sua actividade.

54. ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

Trabalhos executados e não facturados (Nota 23.f)):

Saldos registados por empresas incluídas na consolidação pelo método integral:

Somague Engenharia	30.363.431
Somague Engenharia Madeira	22.312.405
Ediçor	10.091.519
AGS	2.396.951
Engigás	1.872.450
CVC	1.405.451
Viveiros do Falcão	1.039.666
Sogel	1.023.815
Águas da Carrazeda	457.549
Neopul	406.135
Cesi Ásia	317.436
Habitar	260.994
AGS Macau	186.249
Engibrás	136.619
Somague Itinere	145.198
Águas de Mandaguahy	140.694
MPS	127.762
Somague TI	84.703
PMG	49.439
PEVR	10.820
Somague Imobiliária	5.609
Tegael	17
	<u>72.834.912</u>

Saldos registados por empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional:

ACE da Transmetro	52.737.126
ACE do Metro	2.075.291
ACE da Casa da Música	2.032.593
ACE da Linha Vermelha	1.566.616
ACE da Obras Civis L.N. 2,1	1.530.202
ACE da Novaestrada	1.518.726
ACE da Lípor Construção	933.880
ACE da A17	624.404
ACE S E N	522.096
ACE das Infraestruturas das Antas	154.282
ACE SE/ Boscol	139.646
ACE do Alqueva	102.215
ACE Lípor Exploração	87.730
ACE UTE Gijon	53.051
ACE Águas de Barcelos	13.399
ACE do Marl	6.803
ACE Águas de Gondomar	1.788
ACE Acessibilidade das Antas	1.486
ACE das Águas da Linha	791
ACE Resercavado	637
ACE da Novaponte	132
	<u>64.102.894</u>

Juros a receber	2.475.609
Seguros	334.966
Outros	3.724
	<u>139.752.105</u>

A rubrica de "Juros a receber" diz respeito a juros de suprimentos a facturar às associadas.

55. CUSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos com retribuições à concedente no âmbito da concessão de águas	15.188.951
Custos com propostas para concursos de adjudicação de obras e de concessões (a)	5.241.345
Custos de construção e equipamento da concessão no Brasil (Sanear)	4.446.488
Comissão com empréstimos	2.765.505
Custos com projectos	2.670.456
Custos com empréstimos bancários	1.693.434
Outros	1.574.351
Juros do INH	775.341
Seguros	650.963
Custos com empreendimentos / projectos imobiliários (b)	593.705
Juros de papel comercial	327.742
Rendas	63.976
Benfeitorias	40.081
	<hr/>
	36.032.338

- (a) Estes montantes respeitam, essencialmente, a custos com propostas ganhas, que estão a ser reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com a percentagem de acabamento das obras, e ainda a custos com propostas relativas a projectos e obras de grande dimensão a que o Grupo está a concorrer e cujo desfecho o Conselho de Administração antecipa vir a ser positivo.
- (b) Estes custos respeitam a despesas diversas com empreendimentos/projectos imobiliários, que serão reconhecidos como custo na data da respectiva comercialização.

56. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da Empresa era constituído por 26.100.000 acções ao portador, com o valor nominal de cinco Euros cada.

57. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2004 a Sacyr Valhermoso, S.A. detinha 99,19% do capital subscrito.

58. MOVIMENTO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Aplicação de resultados	Transferências	Saldo final
Capital	130.500.000	-	-	-	130.500.000
Prémios de emissão de acções	39.470.047	-	-	-	39.470.047
Diferenças de consolidação (Notas 10 e 27)	(35.614.503)	(9.619.067)	-	5.893.365	(39.340.205)
Reserva legal	2.600.444	-	500.000	-	3.100.444
Outras reservas	729.078	-	-	-	729.078
Resultados transitados	(7.786.323)	-	5.251.195	(5.893.365)	(8.428.493)
Resultado líquido do exercício	8.871.195	1.866.242	(8.871.195)	-	1.866.242
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	138.769.938	(7.752.825)	(3.120.000)	-	127.897.113

Prémios de emissão de acções: Os valores englobados nesta rubrica correspondem a ágios pagos pelos accionistas na realização de capital. Segundo a legislação em vigor, a utilização do saldo desta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal no mínimo 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja no mínimo 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 27 de Abril de 2004, o resultado líquido do exercício de 2003 foi aplicado em reserva legal, resultados transitados, distribuição de dividendos e gratificações à gestão nos montantes de 500.000 Euros, 5.251.195 Euros, 2.610.000 Euros e 510.000 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2004 foram transferidos 5.893.365 Euros da rubrica “Diferenças de consolidação” para “Resultados transitados” decorrente da alienação das participações financeiras a que respeitavam.

59. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários registados no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, respeitam à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados das seguintes empresas do Grupo:

	Resultado	Capitais próprios
<u>Somague SGPS:</u>		
PEVR	(22.358)	95.769
<u>Somague Engenharia:</u>		
CVC	(370.162)	607.744
Smartin	30.237	171.839
Engibrás	(19.419)	24.532
Tegael	790.692	3.016.797
Engigás	(448.076)	233.571
<u>Somague Ambiente:</u>		
Cesl Asia	445.135	1.534.878
CGS	100.537	194.398
AGS Macau	111.069	177.418
Procesl	63.370	411.708
MPS	20.193	48.836
Focus	29.180	41.752
Águas de Mandaguahy	40.399	162.455
Sanear	110.566	1.379.493
RESIL	(65)	4.415
Águas de Carrazeda	10.838	238.265
Águas de Barcelos	(11.026)	238.974
Viveiros do Falcão	(77.118)	305.932
	<u>803.992</u>	<u>8.888.776</u>

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, nos interesses minoritários foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2003	10.640.671
Interesses minoritários do exercício	803.992
Alterações de Perímetro (Nota 14)	(2.880.237)
Variações patrimoniais	895.865
Variações cambiais	(571.515)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<u>8.888.776</u>

60. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2004 esta rubrica tem a seguinte composição:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos por obrigações (a)	-	30.000.000
Empréstimos por obrigações com "warrants" (b)	5.190.773	-
	<u>5.190.773</u>	<u>30.000.000</u>
Contas correntes caucionadas	59.017.989	-
Papel comercial (c)	-	47.750.000
Empréstimos bancários (d)	12.006.657	96.704.293
Descobertos bancários (e)	46.244.213	-
Financiamentos externos (f)	4.047.632	880.990
Empréstimos hipotecários	18.428.191	-
	<u>139.744.682</u>	<u>145.335.283</u>
Instituto Nacional de Habitação (g)	10.346.866	-
Outros empréstimos obtidos	-	8.519
	<u>155.282.321</u>	<u>175.343.802</u>

- (a) Empréstimo por obrigações subscrito em 12 de Maio de 2004 utilizado pela Somague Engenharia e Somague Investimentos nos montantes de 20.000.000,00 e 10.000.000 Euros, respectivamente. Vence juros semestralmente, à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 0,875%. A taxa de juro anual em vigor em 31 de Dezembro de 2004 era de 2,218%. O reembolso do empréstimo será efectuado numa única prestação e o final do prazo da emissão ocorrerá em 12 de Maio de 2009.
- (b) Em 14 de Maio de 1998, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações com "warrants" de 49.879.790 Euros, tendo procedido posteriormente ao resgate de 8.959.765 obrigações. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, deduzida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2004 era de 1,760%. As obrigações serão reembolsadas ao par, num prazo máximo de 7 anos, podendo a Empresa optar pelo reembolso antecipado no final do quinto ano.
- (c) O empréstimo de papel comercial classificado a médio e longo prazo é composto pelas seguintes emissões:

Empréstimo sob a forma de "Papel comercial grupado", no valor global de 50.750.000 Euros, que está a ser utilizado pela Somague Engenharia no montante de 12.500.000 Euros. Foi obtido ao abrigo de um contrato programa celebrado em 20 de Março de 2003, vence juros semestralmente a uma taxa de juro anual variável, que em 31 de Dezembro de 2004 era de 2,240%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuado termina em 30 de Março de 2008.

Emissão subscrita em 6 de Outubro de 2004, no valor de 15.000.000 Euros, utilizada pela Somague Investimentos, com data de reembolso de 6 de Janeiro de 2005, a qual em 31 de Dezembro de 2004 vencia juros à taxa média anual de 2,248%. O período de vigência deste contrato terminará em 15 de Janeiro de 2009.

Emissão subscrita em 2 de Dezembro de 2004 no valor de 15.000.000 Euros utilizada pela Somague Engenharia com data de reembolso em 2 de Março de 2005, a qual em 31 de Dezembro de 2004 vencia juros a uma taxa média anual de 2,250%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuado termina em 30 de Março de 2008.

Emissão subscrita em 21 de Dezembro de 2004 no valor de 5.250.000 Euros, com data de reembolso em 21 de Março de 2005, a qual em 31 de Dezembro de 2004 vencia juros a uma taxa média anual de 2,750%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuado termina em 21 de Dezembro de 2006.

A classificação destas emissões no médio e longo prazo resulta da existência de compromisso para a renovação sucessiva das mesmas durante todo o período dos contratos programas.

- (d) A rubrica de empréstimos bancários inclui, essencialmente, os seguintes contratos:

Empréstimo bancário de 12.075.000 Euros relativo a um contrato celebrado em 26 de Agosto de 2002 destinado à aquisição de 1.200.000 acções do capital da Somague Concessões e cessão de suprimentos. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,25%. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2004 era de 3,449%. O capital será amortizado em três prestações anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Agosto de 2005, pelo que o montante de 4.025.000 Euros se encontra registado em curto prazo. Este empréstimo encontra-se garantido através de penhor de 1.200.000 acções da Somague Concessões.

Em 26 de Julho de 2004 foi celebrado um contrato de financiamento no montante de 70.000.000 Euros. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,70%. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2004 era de 3,940%.

O capital será amortizado em sete prestações semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Julho de 2006, pelo que este montante se encontra registado em longo prazo.

Em 27 de Novembro de 2002 foi celebrado um contrato de financiamento de 9.319.999 Euros destinado à aquisição da participação financeira no capital social da Lusoponte. Este empréstimo vence juros trimestralmente à taxa Euribor a 90 dias acrescida de 1,5%, que à data de 31 de Dezembro de 2004 era de 3,676%. O capital será amortizado em sete prestações semestrais, iguais e sucessivas tendo-se vencido a primeira em 27 de Novembro de 2004. A Somague Concessões beneficia ainda da possibilidade de ter um período de carência de reembolso do capital de três semestres.

Em 30 de Abril de 2004 foi celebrado um contrato de financiamento de 7.500.000 Euros destinado ao reforço da posição da Somague Concessões e Serviços no capital das Auto-Estradas do Atlântico. Este empréstimo encontra-se utilizado em 2.500.000 Euros em 31 de Dezembro de 2004 e vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias acrescida de 2%, que a 31 de Dezembro de 2004 era de 4,205%. O capital será amortizado em cinco prestações semestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de Abril de 2005.

- (e) Os descobertos bancários, as contas correntes caucionadas e os financiamentos a curto prazo vencem juros às taxas normais de mercado para as operações similares.
- (f) O financiamento externo foi concedido pelo Banco Espírito Santo por um prazo de doze anos, a contar da data da primeira utilização, que foi efectuada em 27 de Novembro de 1995, até ao limite de 12.000.000 de Dólares dos Estados Unidos da América. Os juros deste financiamento são calculados semestralmente e postecipadamente, utilizando-se a taxa Libor a 180 dias, acrescida de um ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em 31 de Dezembro de 2004 era de 2,78%.

O reembolso do capital é efectuado em vinte prestações semestrais, iguais e sucessivas, encontrando-se em dívida o reembolso das últimas 4 prestações, como segue:

2005	880.992
2006	880.992
<hr/>	
	1.761.984
<hr/>	

O financiamento externo concedido pelo BIM – Banco Internacional de Moçambique no montante de 4.000.000 Dólares dos Estados Unidos da América. Em 31 de Dezembro de 2004 o montante em dívida ascendia a 2.936.640 Euros e vencia juros calculados à taxa Libor a 3 meses com *spread* de 2,5%. A taxa de juro anual em vigor em 31 de Dezembro de 2004 era de 5,28%. Este empréstimo foi amortizado em Janeiro de 2005.

- (g) O financiamento concedido pelo Instituto Nacional de Habitação enquadrar-se no sistema actualmente em vigor da construção a preços controlados, devendo ser reembolsado sempre que se regista a venda de uma fracção financiada, e vence juros de acordo com as condições do sistema.

61. CLIENTES CONTA CORRENTE – MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

Governo da República de Cabo Verde - Ministério de Infra-estruturas e Transportes	880.992
Ministério de Obras Públicas de Angola	1.420.513
Câmara Municipal de Aveiro - Acessibilidades do Estádio de Aveiro	1.194.782
Câmara Municipal de Aveiro	237.490
Construções Actual	87.080
SRC - Promoções Imobiliárias	58.588
	<hr/>
	3.879.445

O montante relativo à conta a receber do Governo da República de Cabo Verde, relativa à obra “Porto do Maio e da Boavista” encontra-se garantido em 85% através de um seguro de crédito concedido pela COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, S.A., e vence-se em 2006.

62. ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

Consumos de materiais e fornecimentos e serviços externos	15.306.781
Encargos com férias e subsídios de férias e de natal	11.626.941
Juros a liquidar	2.119.167
Custos estimados para fecho de projectos	1.382.104
Seguros	444.520
Encargos estimados no período de garantia	154.200
Outros	4.993.381
	<hr/>
	36.027.094

63. PROVEITOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

Proveitos diferidos em obras em curso (Nota 23.f))	64.465.590
Estimativa de custos a incorrer no período de garantia (Nota 23.f))	16.913.778
Serviços após venda	14.531.152
Diferença de compra - Auto-estradas do Oeste (a)	10.349.840
Mais valia referente ao contrato de relocação financeira (b)	2.301.763
Juros	2.131.744
Escrituras de empreendimentos a realizar	1.382.543
Outros	135.074
	<hr/>
	112.211.484

(a) Este montante inclui a diferença positiva na aquisição da participação financeira na Auto-Estrada do Oeste, sendo amortizada por um período de vinte anos.

(b) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi efectuada uma operação de relocação financeira de um terreno sito no Linhó, destinado à construção da actual sede e ao futuro desenvolvimento de um projecto imobiliário. A mais valia resultante do referido contrato foi diferida, sendo reconhecida durante o prazo do contrato ou na medida em que venham a ser realizadas vendas imobiliárias.

64. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2004 tem a seguinte composição:

Existências iniciais	22.463.523
Alterações de perímetro (Nota 14)	1.194.265
Variação cambial	(59)
Compras	138.294.277
Regularizações	(8.444)
Existências finais	<u>(32.553.308)</u>
	<u>129.390.254</u>

65. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2004 a demonstração da variação da produção é como segue:

Existências iniciais	(26.692.291)
Alterações de perímetro	(17.960.142)
Valorização do terreno do Pinho	(8.695.523)
Variação da produção Ramigon	(725.306)
Existências finais	43.093.045
Outras regularizações	<u>432.028</u>
	<u>(10.548.189)</u>

66. PROVEITOS SUPLEMENTARES

Em 31 de Dezembro de 2004 esta rubrica engloba valores respeitantes à recuperação de encargos suportados com propostas para concursos por conta dos consorciados e à cedência de equipamentos a ACE's.

67. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, actualmente à taxa anual de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 27,5%. Face à sua forma jurídica e objecto social, a Empresa está abrangida pela legislação fiscal aplicável às sociedades gestoras de participações sociais. Os ganhos ou perdas em empresas do grupo e associadas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, sendo os dividendos recebidos dessas empresas participadas excluídos de tributações de acordo com a nova redacção do artigo 45º do Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 2004 a Empresa enquanto sociedade dominante, e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC. Nesta conformidade, os resultados fiscais das suas participadas concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção pelo novo regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na empresa enquanto sociedade dominante.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a situação fiscal da Empresa e das suas participadas, está sujeita a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até ao exercício de 2000, inclusive, cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as respectivas declarações fiscais dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC de anos anteriores de determinadas empresas participadas, surgiram correcções aos prejuízos fiscais declarados de, aproximadamente, 18.200.000 Euros. Face ao enquadramento fiscal de excepção referente a juros de mora verificado no final do exercício de 2002, uma daquelas empresas participadas decidiu pagar parte das liquidações adicionais resultante das correcções supra referidas no valor de 1.400.000 Euros, o qual foi registado como uma conta a receber do Estado. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram reclamadas desconhecendo-se a esta data o seu desfecho.

68. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, é como segue:

	2004	2003
Numerário	1.362.857	2.042.016
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>35.853.952</u>	<u>29.073.197</u>
	<u>37.216.809</u>	<u>31.115.213</u>
 Títulos negociáveis	 8.018	 8.018
Outras aplicações de tesouraria	4.341.961	1.650.647
	<u>4.349.979</u>	<u>1.658.665</u>
	<u>41.566.788</u>	<u>32.773.878</u>

Em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003, existem descobertos bancários de 46.244.213 Euros e 39.971.347 Euros, respectivamente.

69. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica “Custo das vendas e das prestações de serviços” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente fornecimentos e serviços externos (à excepção de rendas e alugueres, comunicação, material de escritório e despesas de condomínio que se encontram registados em “Custos administrativos”), remunerações, amortizações e impostos.
- A rubrica “Custo líquido de financiamento” refere-se à diferença entre proveitos e ganhos e custos e perdas financeiros à excepção dos ganhos/perdas em empresas do grupo que se encontram registados em “Ganhos em filiais e associadas” e de provisões para aplicações financeiras que o Grupo registou em “Perdas em outros investimentos”.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Accionistas da
Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data e o respectivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão consolidado, do exercício de 2004 preparado pelo Conselho de Administração da Empresa. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui duas ênfases, uma das quais relacionada com a realização de contas a receber de entidades sediadas em países africanos e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e principais empresas englobadas na consolidação o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 15 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”) e subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 979.851.183 Euros e capitais próprios de 127.897.113 Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 1.866.242 Euros, as Demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2004, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

5. As demonstrações financeiras consolidadas anexas incluem contas a receber de entidades sediadas em países africanos de, aproximadamente 31.763.000 Euros (cerca de 37.391.000 Euros em 31 de Dezembro de 2003). O momento da transferência daquele montante está sujeito a autorização prévia a conceder pelas entidades estatais daqueles países.
6. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o relatório emitido, datado de 11 de Março de 2004, inclui uma ênfase similar à descrita no parágrafo 5 acima.

Lisboa, 15 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

RELATÓRIO SIMPLES DE GESTÃO DE 2004

Senhores Accionistas,

O volume de negócios consolidado da Somague durante o ano de 2004 atingiu 874 milhões de Euros, a que correspondeu um resultado antes de impostos e interesses minoritários de 6.5 milhões de Euros e um resultado líquido de 1.9 milhões de Euros, representando estes valores a manutenção do nível de actividade de 2003 e uma redução significativa dos resultados líquidos.

A redução dos resultados líquidos registada em 2004 ficou em linha com o respectivo orçamento e plano de actividades e resulta, essencialmente, da menor comparticipação da área Engenharia, por via da actividade internacional, e da consolidação por equivalência dos resultados das concessionárias de transportes e de ambiente, tendo especial impacto a consolidação ao longo de todo aquele exercício das contas da Auto Estradas do Atlântico.

É de salientar ainda que, apesar do anteriormente referido, foram registados em 2004 custos significativos não orçamentados, que atingiram 4 milhões de euros, relacionados com o abandono da área de negócio de prestação de cuidados continuados de saúde e com as rescisões de contratos de trabalho ocorridas no âmbito da integração das áreas de negócio com as suas congéneres controladas pela Sacyr Vallehermoso.

O ano de 2004 fica marcado pela concretização da operação de troca de participações efectuada entre a SyV e os accionistas portuguesas, que resultou no controlo do capital da sociedade pelo Grupo SyV a partir de Julho desse ano. Na sequência daquela operação, o Grupo SyV lançou uma OPA sobre as acções remanescentes e está a decorrer, actualmente, o processo que culminará no controlo integral da Somague pelo Grupo SyV.

Neste novo contexto accionista, procedeu-se ainda durante o ano de 2004 à reorganização do Grupo no sentido da integração das áreas de negócios correspondentes entre Espanha e

Portugal e de forma a iniciar o ano de 2005 em plena articulação e funcionando esse conjunto como uma única organização.

Portugal manteve em 2004 um desempenho macroeconómico difícil que aliado a um enquadramento político instável resultou negativamente no desenvolvimento dos negócios.

Ao nível da Somague Engenharia, foi possível manter o nível de actividade de 2003 – aproximadamente 850 milhões de €, através de uma maior contribuição dos negócios das suas participadas designadamente ferroviárias e sediadas nas regiões autónomas, apesar da redução do investimento público e da desaceleração ocorrida na construção residencial.

Relativamente ao mercado das concessões rodoviárias, foi desenvolvida a parceria com a BRISA ao nível do núcleo accionista da Autoestradas do Atlântico, através da alienação de 10% daquela participação, da participação conjunta no concurso da Grande Lisboa – IC16/30 e da tomada de participação na concessão Litoral Centro, que veio a permitir aceder ao contrato de construção daquela importante infraestrutura.

Na área do Ambiente, reforçou-se a liderança da AGS no mercado das concessões de distribuição e abastecimento de água, com 3 novos contratos – Paços de Ferreira, Penafiel e Marco de Canavezes, a que acrescem duas parcerias com os municípios de Covilhã e Faro. Na área de Energia, a Finerge ampliou a sua capacidade instalada de produção de 50 para 110 MW (construídos e em construção), da carteira global de 322 MW de projectos desenvolvidos e a desenvolver.

O ano de 2004 foi ainda o ano de arranque da Somague Imobiliária, estando envolvida no final de 2004 em projectos que totalizarão aproximadamente 175 mil m². de construção acima do solo.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Ao longo do ano de 2004 o activo total da Somague SGPS foi incrementado em cerca de 20 milhões de euros, atingindo 239 milhões de euros, aumento esse integralmente relacionado com investimentos financeiros, acréscimo de participação ou financiamentos, nas suas participadas, tendo este acréscimo sido integralmente financiado com endividamento bancário.

Ao nível da estrutura de endividamento, foi contraído em Julho de 2004 um financiamento de médio prazo de 70 milhões de euros, ficando assim a Somague SGPS com uma estrutura de capitais mais adequada à composição do seu activo.

Já no inicio de 2005 e tendo em conta a decisão tomada de promover a integração vertical com o accionista único – Sacyr Vallehermoso, a Somague SGPS veia a alienar as participações detidas na Somague Ambiente, Somague Itinere e Somague Imobiliária, pelo valor total de 71,3 milhões de euros, a que acresceu a cedência dos suprimentos detidos nessas sociedade e que totalizavam 66.4 milhões de euros (e que serão pagos durante um período de 5 anos).

Após estas operações, a Somague SGPS veio a liquidar integralmente o financiamento mencionado de 70 milhões de euros, e liquidará, no futuro, a totalidade do seu endividamento restante (aproximadamente 22 milhões de euros) com base no plano de pagamentos acordado com a SyV.

A partir de 2005, a Somague SGPS passará a contar, como único activo, a participação na Somague Engenharia, já que a participação ainda existente no parque de estacionamento de Vila Real deverá vir a ser alienada, nos termos de decisão há muito tomada e esteve na origem do abandono pela Somague daquela actividade no passado.

Após a consolidação dos resultados obtidos nas empresas participadas, a Somague SGPS apresenta em 2004 um resultado líquido positivo de 1.866 mil euros.

PERSPECTIVAS FUTURAS

No início de 2005, a Somague concluiu o processo de adaptação à nova realidade accionista e que passou, essencialmente, pela aceleração da integração vertical das áreas de negócio entre Portugal e Espanha.

No final daquele processo, ficou a actuação do Grupo SyV em Portugal centrada nas quatro áreas de negócio tradicionais do Grupo Somague, cada uma com estrutura própria e autónoma, dispondo da capacidades acrescidas de desenvolvimento nos respectivos mercados locais e nos internacionais que seguirão sendo geridos a partir de Portugal, especialmente Brasil e Angola.

O plano de negócios do Grupo SyV é claro quanto aos objectivos de médio prazo para o grupo e que passam pelo crescimento sustentado das áreas de construção e imobiliário, pela continuação do envolvimento em novas concessões de infraestruturas e pelo crescimento acelerado na área de serviços.

Ao nível internacional, Portugal representa o mais importante mercado do Grupo SyV e a estratégia passa pelo desenvolvimento das actividades tradicionais do Grupo neste mercado e pelo aproveitamento de oportunidades que possam vir a surgir termos de consolidação da posição relativa que detém em algumas das áreas de negócio onde está presente.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi positivo, no montante de Euros 1.866.242 (um milhão oitocentos e sessenta e seis mil duzentos e quarenta e dois euros). Tendo em conta os dividendos distribuídos nos anos anteriores e a situação financeira da empresa, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

Para Reserva Legal	100.000 euros
Para Resultados Transitados	1.766.242 euros

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos terminar sem deixar de reiterar aos Senhores Accionistas e Investidores bem como aos nossos Banqueiros, Fornecedores e Clientes o nosso agradecimento pela sua confiança, e bem assim deixar uma palavra de apreço ao Fiscal Único pelo seu acompanhamento e dedicação ao desenvolvimento da empresa.

Finalmente, aos quadros e colaboradores da empresa e suas participadas, gostaríamos de lhes expressar o nosso profundo agradecimento pelo empenho, dinamismo e dedicação que têm posto no desempenho das suas funções.

Lisboa, 15 de Março de 2005

O Conselho de Administração

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2004		2003		Capital próprio e passivo	Notas	2004	2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:									
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de instalação	10	7.407.703	(7.407.703)	-	-				
Trespasses	10	39.903.069	(13.241.717)	26.661.352	28.665.156				
		<u>47.310.772</u>	<u>(20.649.420)</u>	<u>26.661.352</u>	<u>28.665.156</u>				
Imobilizações corpóreas:									
Equipamento de transporte	10	32.485	(32.485)	-	-				
Equipamento administrativo	10	77.011	(51.225)	25.786	32.213				
		<u>109.496</u>	<u>(83.710)</u>	<u>25.786</u>	<u>32.213</u>				
Investimentos financeiros:									
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	136.671.207	-	136.671.207	124.132.503				
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	57.026.130	-	57.026.130	50.090.288				
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	-	-	-	1.384.831				
	34	<u>193.697.337</u>	<u>-</u>	<u>193.697.337</u>	<u>175.607.622</u>				
CIRCULANTE:									
Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
Clientes, conta corrente	16	10.771.036	-	10.771.036	4.213.195				
Estado e outros entes públicos	49	51.380	-	51.380	4.489				
Empresas do grupo		-	-	-	24.448				
Outros devedores	16	6.654.915	-	6.654.915	10.257.885				
		<u>17.477.331</u>	<u>-</u>	<u>17.477.331</u>	<u>14.500.017</u>				
Depósitos bancários e caixa:									
Depósitos bancários	52	18.502	-	18.502	16.729				
Caixa	52	2.279	-	2.279	429				
		<u>20.781</u>	<u>-</u>	<u>20.781</u>	<u>17.158</u>				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:									
Acréscimos de proveitos	50	-	-	-	23.907				
Custos diferidos	50	1.296.497	-	1.296.497	515.748				
Impostos diferidos activos	6	84.063	-	84.063	355.237				
		<u>1.380.560</u>	<u>-</u>	<u>1.380.560</u>	<u>894.892</u>				
Total de amortizações			<u>(20.733.130)</u>						
Total de provisões			<u>(20.733.130)</u>						
Total do activo		<u>259.996.277</u>	<u>(20.733.130)</u>	<u>239.263.147</u>	<u>219.717.058</u>				
CAPITAL PRÓPRIO:									
Capital	36 e 40	130.500.000	-	130.500.000					
Prémios de emissão de acções	40	39.470.047	-	39.470.047					
Ajustamentos de partes de capital	10 e 40	(69.094.663)	-	(65.841.378)					
Reserva legal	40	3.100.444	-	2.600.444					
Outras reservas	40	729.078	-	729.078					
Resultados transitados	40	21.325.965	-	22.440.552					
Resultado líquido do exercício	40	1.866.242	-	8.871.195					
Total do capital próprio		<u>127.897.113</u>	-	<u>138.769.938</u>					
PASSIVO:									
PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS:									
Outras provisões para riscos e encargos	34	698.818	-	2.575.871					
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:									
Empréstimos por obrigações					-	5.190.773			
Dívidas a instituições de crédito	48	78.050.000	-	50.325.000		<u>78.050.000</u>	<u>55.515.773</u>		
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:									
Empréstimos por obrigações	48	5.190.773	-	8.108.750					
Dívidas a instituições de crédito	48	9.269.206	-	8.692.403					
Fornecedores, conta corrente	16	4.944.242	-	821.333					
Estado e outros entes públicos	49	120.594	-	3.861.245					
Empresas do grupo	16	10.536.386	-	22.385					
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	16	-	-	9.282					
Outros credores	16	1.040.255	-	262.644					
		<u>31.101.456</u>	<u>-</u>	<u>21.778.042</u>					
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:									
Acréscimos de custos	50	1.515.760	-	391.586					
Impostos diferidos passivos	6	-	-	685.848					
		<u>1.515.760</u>	<u>-</u>	<u>1.077.434</u>					
Total do passivo		<u>111.366.034</u>	-	<u>81.394.989</u>					
Total do capital próprio e do passivo		<u>239.263.147</u>	-	<u>219.717.058</u>					

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2004.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2004	2003	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2004	2003
Fornecimentos e serviços externos		1.414.734	1.959.435	Prestações de serviços (B)	16	2.094.951	2.094.951
Custos com o pessoal:				Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	8.435.310	14.862.032
Remunerações		1.669.915	826.892	Outros juros e proveitos similares	16 e 45	2.206.033	2.015.150
Encargos sociais		174.617	118.611			10.641.343	16.877.182
		1.844.532	945.503			12.736.294	18.972.133
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	2.012.843	2.411.209	(D)			
Impostos		632.400	453.475	Proveitos e ganhos extraordinários	46	7.164	182.369
Outros custos e perdas operacionais		39.753	25.809				
(A)		5.944.262	5.795.431				
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	1.740.488	1.005.736				
Provisões para aplicações financeiras			836.509				
Outros juros e custos similares	45	3.506.490	3.094.145				
		5.246.978	4.936.390				
(C)		11.191.240	10.731.821				
Custos e perdas extraordinários	46	86.585	100.583				
(E)		11.277.825	10.832.404				
Imposto sobre o rendimento do exercício	6 e 49	(400.609)	(549.097)				
(G)		10.877.216	10.283.307				
Resultado líquido do exercício		1.866.242	8.871.195	(F)			
		12.743.458	19.154.502				
				Resultados operacionais:	(B)-(A)	(3.849.311)	(3.700.480)
				Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)	5.394.365	11.940.792
				Resultados correntes:	(D)-(C)	1.545.054	8.240.312
				Resultados antes de impostos:	(F)-(E)	1.465.633	8.322.098
				Resultado líquido do exercício	(F)-(G)	1.866.242	8.871.195

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Prestações de serviços	16	2.094.951	2.094.951
Custo das prestações de serviços	51.a)	(5.557.878)	(5.309.521)
Resultados brutos		<u>(3.462.927)</u>	<u>(3.214.570)</u>
Outros proveitos operacionais		-	81.786
Custos de distribuição		(111.222)	(70.549)
Custos administrativos		(235.408)	(389.552)
Outros custos e perdas operacionais		<u>(119.175)</u>	<u>(25.809)</u>
Resultados operacionais		<u>(3.928.732)</u>	<u>(3.618.694)</u>
Custo líquido de financiamento	45 e 51.b)	(1.300.457)	(1.078.995)
Ganhos em filiais e associadas	45 e 51.b)	6.694.822	13.856.296
Perdas em outros investimentos	51.b)	-	(836.509)
Resultados correntes		<u>1.465.633</u>	<u>8.322.098</u>
Impostos sobre os resultados correntes	6 e 49	400.609	549.097
Resultado líquido do exercício		<u>1.866.242</u>	<u>8.871.195</u>
Resultado por acção		0,07	0,34

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE-SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		691.628	2.660.473
Pagamentos a fornecedores		(1.829.261)	(1.464.418)
Pagamentos ao pessoal		(2.301.819)	(1.435.471)
Fluxos gerados pelas operações		(3.439.452)	(239.416)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(2.305.273)	(1.795.229)
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		12.160.684	2.832.220
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		6.415.959	797.575
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		6.523	30.644
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(67.007)	(100.583)
Fluxos das actividades operacionais (1)		6.355.475	727.636
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	10 e 52	14.351.464	23.031.230
Imobilizações corpóreas		-	38.361
Juros e proveitos similares	45	2.206.033	2.015.150
Dividendos	52	2.610.000	3.915.000
		19.167.497	28.999.741
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	10 e 52	(39.852.474)	(16.777.700)
Imobilizações corpóreas		(11.894)	(7.800)
		(39.864.368)	(16.785.500)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(20.696.871)	12.214.241
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
		74.576.803	7.334.147
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(54.383.750)	(13.169.543)
Juros e custos similares		(3.238.034)	(3.182.023)
Amortizações de contratos de locação financeira		-	(10.758)
Dividendos	40 e 52	(2.610.000)	(3.915.000)
		(60.231.784)	(20.277.324)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		14.345.019	(12.943.177)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		3.623	(1.300)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	52	17.158	18.458
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	52	20.781	17.158

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

A Somague - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa") foi constituída em 21 de Janeiro de 1952, tendo em 29 de Dezembro de 1993 adoptado a actual denominação e o objecto social de gestão de participações financeiras noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

No exercício de 2004 concretizou-se a operação de troca de participações efectuada entre a Sacyr Valhermoso, S.A. ("Grupo Sacyr") e os anteriores accionistas e de que resultou o controlo do capital (99,19%) da Empresa pelo Grupo Sacyr a partir deste exercício.

Consequentemente, a partir daquela data as operações do Grupo Somague são influenciadas pelas decisões do Grupo Sacyr Y Valhermoso (Nota 37).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito de consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos. A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o activo e o passivo (excluindo interesses minoritários) em, aproximadamente, 740.588.000 Euros e 731.699.000 Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos em, aproximadamente, 898.854.000 Euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, despesas de instalação, de aumentos de capital e trespasses (diferenças apuradas na compra de participações financeiras). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e cinco anos, excepto os trespasses que são amortizados, essencialmente, durante um período de vinte anos (Notas 3.d) e 9).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Anos

Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 e 4

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição, ou da primeira aplicação do referido método.

Nas aquisições de partes de capital em empresas do grupo realizadas até 31 de Dezembro de 1996, as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas à data de aquisição, ou da primeira aplicação do referido método, foram registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital". A partir daquela data, as diferenças apuradas na compra das participações financeiras em empresas do grupo passaram a ser registadas na rubrica de "Trespasses" (Nota 3.a)).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas em cada período pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e por outras variações de capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição e os empréstimos concedidos a empresas do grupo ao valor nominal. As perdas estimadas na realização dessas participações financeiras e empréstimos encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros (Nota 10).

e) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

f) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

g) Ganhos e perdas apurados na variação de participações em empresas do grupo

Os ganhos ou perdas resultantes de variações na participação no capital em empresas do grupo ou associadas, são registados na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

h) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, actualmente à taxa anual de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 27,5%.

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa (enquanto sociedade dominante) e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC. Nesta conformidade, os resultados fiscais das suas participadas concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção por este regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa participada e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na empresa enquanto sociedade dominante.

Nos termos do art. 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC de anos anteriores de determinadas empresas participadas, surgiram correcções aos prejuízos fiscais declarados, no montante de, aproximadamente 18.200.000 Euros. Face ao enquadramento fiscal de excepção referente a juros de mora verificado no final do exercício de 2002, uma daquelas empresas participadas decidiu pagar parte das liquidações adicionais resultante das correcções supra referidas no valor de 1.400.000 Euros, o qual foi registado por essa participada como uma conta a receber do Estado. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que a referida liquidação não tem provimento, pelo que a mesma foi reclamada, desconhecendo-se a esta data o seu desfecho.

O encargo de imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 corresponde, essencialmente, a:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	1.465.633	
Diferenças temporárias	1.507.904	
Diferenças permanentes	<u>(4.674.237)</u>	
	<u>(1.700.700)</u>	
Encargo normal de imposto		-
Tributação autónoma (Nota 49)		14.065
Imposto diferido		<u>(414.674)</u>
Encargos do exercício		<u>(400.609)</u>

As diferenças temporárias dizem essencialmente respeito a mais valias não tributadas por reinvestimento e provisões registadas acima dos limites fiscais.

As diferenças permanentes respeitam, essencialmente, aos efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, à amortização de trespasses e à redução de provisões tributadas (Notas 9 e 10).

Os movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, em resultado da adopção do normativo dos impostos diferidos, quanto à sua natureza e impacto, são como segue:

	Saldo inicial	Efeito do exercício	Saldo final
Activos por impostos diferidos:			
Provisões para investimentos financeiros	271.174	(271.174)	-
Provisões para outros riscos e encargos	84.063	-	84.063
	<u>355.237</u>	<u>(271.174)</u>	<u>84.063</u>
Passivos por impostos diferidos:			
Mais valias não tributadas por reinvestimento	<u>685.848</u>	<u>(685.848)</u>	-

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 3 pessoas.

9. AMORTIZAÇÃO DOS TRESPASSES

Conforme referido na Nota 3.a), as diferenças apuradas na aquisição de participações financeiras são amortizadas, essencialmente, em vinte anos, correspondendo ao período estimado de recuperação dos investimentos.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Aumentos	Alienações	Transferências	
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	7.407.703	-	-	-	-	7.407.703
Trespasses	<u>39.903.069</u>	-	-	-	-	<u>39.903.069</u>
	<u>47.310.772</u>	-	-	-	-	<u>47.310.772</u>
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento de transporte	32.485	-	-	-	-	32.485
Equipamento administrativo	74.399	-	2.612	-	-	77.011
	<u>106.884</u>	-	<u>2.612</u>	-	-	<u>109.496</u>
Investimentos financeiros (Nota 16):						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 52)	124.132.503	(5.636.468)	14.950.000	-	3.225.172	136.671.207
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 52)	50.090.288	-	24.902.474	(12.966.632)	(5.000.000)	57.026.130
Partes de capital em empresas associadas	10.930	-	-	-	(10.930)	-
Títulos e outras aplicações financeiras	2.370.917	-	-	(2.370.917)	-	-
	<u>176.604.637</u>	<u>(5.636.468)</u>	<u>39.852.474</u>	<u>(15.337.549)</u>	<u>(1.785.758)</u>	<u>193.697.337</u>

Rubricas	Amortizações e provisões			
	Saldo inicial	Reforço	Redução (Nota 34)	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	7.407.703	-	-	7.407.703
Trespasses	11.237.913	2.003.804	-	13.241.717
	18.645.616	2.003.804	-	20.649.420
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	32.485	-	-	32.485
Equipamento administrativo	42.186	9.039	-	51.225
	74.671	9.039	-	83.710
Investimentos financeiros (Nota 16):				
Partes de capital em empresas associadas	10.930	-	(10.930)	-
Títulos e outras aplicações financeiras	986.086	-	(986.086)	-
	997.016	-	(997.016)	-

As transferências registadas na rubrica de "Partes de capital em empresas do grupo" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, detalham-se como segue:

Aumento de capital na Somague Ambiente	5.000.000
Fusão por incorporação da Somague Serviços na Somague Ambiente (Nota 34)	(1.774.828)

	3.225.172
	=====

A diminuição na rubrica de "Títulos e outras aplicações financeiras" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, diz respeito à alienação de *warrants*.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foi realizada uma fusão por incorporação da Somague Serviços na Somague Ambiente. Uma vez que os capitais próprios da Somague Serviços, à data de referência da fusão, eram negativos, a correspondente provisão que se encontrava constituída (Nota 34) foi reclassificada para partes de capital em empresas do grupo, como correção ao valor da participação na Somague Ambiente. Adicionalmente, e em simultâneo com o processo de fusão, o capital da Somague Ambiente foi aumentado por conversão de suprimentos.

Os trespasses resultantes da aquisição de partes de capital em empresas participadas foram determinados como segue:

Empresas	Valor de compra	Capital próprio na data de aquisição	Percentagem de participação	Trespasso	Amortizações acumuladas	Trespasso líquido
Soconstroi - Sociedade de Construções, S.A. (a)	43.040.029	14.605.490	100%	28.434.539	(11.373.816)	17.060.723
Somague - Concessões e Serviços, S.A.	13.953.506	5.540.523	20%	8.412.983	(981.515)	7.431.468
Somague Ambiente, SGPS, S.A.	3.899.303	1.016.770	21,5%	2.882.533	(864.760)	2.017.773
Somague Imobiliária, S.A.	1.564	(171.450)	100,0%	173.014	(21.626)	151.388
				39.903.069	(13.241.717)	26.661.352

(a) Empresa objecto de fusão por incorporação na Somague Engenharia, S.A., no exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas do grupo em 31 de Dezembro de 2004, teve o seguinte impacto:

Empresas	Ganhos em empresas do grupo (Nota 45)	Perdas em empresas do grupo (Nota 45)	Provisões (Nota 34)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos (Nota 52)	Investimentos financeiros
Somague Engenharia, S.A. ("Somague Engenharia")	7.508.651	-	-	(9.941.778)	(2.610.000)	(5.043.127)
Somague Ambiente, SGPS, S.A. ("Somague Ambiente")	926.659	-	-	140.644	-	1.067.303
Somague - Concessões e Serviços, S.A. ("Somague Concessões")	-	(1.040.044)	-	182.067	-	(857.977)
Parque de Estacionamento de Vila Real, S.A. ("PEVR")	-	(89.432)	89.432	-	-	-
Somague Imobiliária, S.A. ("Somague Imobiliária")	-	(611.010)	(191.657)	-	-	(802.667)
	<u>8.435.310</u>	<u>(1.740.486)</u>	<u>(102.225)</u>	<u>(9.619.067)</u>	<u>(2.610.000)</u>	<u>(5.636.468)</u>

Os movimentos verificados na rubrica "Ajustamentos de partes de capital" resultam, essencialmente, de:

(i) efeito cambial apurado na conversão das demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira; e, (ii) variações ocorridas nos capitais próprios das empresas do grupo; e (iii) efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização da participação na Habitair, ocorrida pela primeira vez no exercício de 2004.

O aumento ocorrido em "Partes de capital em empresas do grupo" de 14.950.000 Euros resulta da realização de um aumento de capital na Somague Imobiliária.

Os aumentos ocorridos em "Empréstimos a empresas do grupo", no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, detalham-se como segue:

Somague Ambiente	12.355.638
Somague Concessões	9.440.075
Somague Imobiliária	3.106.761

	24.902.474
	=====

As diminuições ocorridas em "Empréstimos a empresas do grupo", no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, detalham-se como segue:

Somague Imobiliária	11.466.632
Somague Concessões	1.500.000

	12.966.632
	=====

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2004, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

	Percentagem	Valor dos capitais próprios	Valor de balanço
<u>Partes de capital em empresas do grupo:</u>			
Somague Engenharia	100%	96.502.794	96.502.794
Somague Concessões	80%	21.900.719	17.520.575
Somague Imobiliária	100%	14.147.333	14.147.333
Somague Ambiente	100%	8.500.505	8.500.505
PEVR (a)	80%	478.842	-
			<u>136.671.207</u>
<u>Empréstimos a empresas do grupo:</u>			
Somague Ambiente			30.550.000
Somague Concessões			25.700.000
PEVR			<u>776.130</u>
			<u>57.026.130</u>
			<u>193.697.337</u>

Os saldos em 31 de Dezembro de 2004 e as principais transacções efectuadas com as empresas do grupo durante o exercício findo naquela data, são os seguintes:

	Somague Engenharia	Somague Itinere	Somague Ambiente	Somague Imobiliária	Outras empresas do grupo	Total
<u>Saldos:</u>						
Clientes, conta corrente	429.849	2.043.527	8.096.317	-	201.343	10.771.036
Outros devedores	-	-	37.690	-	4.588.442	4.626.132
Fornecedores, conta corrente	100.727	-	4.541.250	-	50.244	4.692.221
Empresas do grupo	10.536.386	-	-	-	-	10.536.386
Outros credores	-	614.280	-	42.212	383.763	1.040.255
<u>Transacções:</u>						
Fornecimentos e serviços externos	116.478	-	-	2.152	45.099	163.729
Custos com o pessoal	681.502	-	-	-	-	681.502
Prestações de serviços	2.094.951	-	-	-	-	2.094.951
Proveitos financeiros (Nota 45)	-	789.063	1.228.366	147.428	-	2.164.857

(a) Os capitais próprios da PEVR incluem prestações acessórias de 970.153 Euros.

Os empréstimos a empresas do grupo e associadas em 31 de Dezembro de 2004 venciam juros à taxa Euribor a 12 meses acrescidos de um "spread" de 1,5% e não tinham prazo de reembolso definido.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Em 31 de Dezembro de 2004, encontram-se penhoradas a favor de entidades financeiras 2.100.000 acções representativas do capital da Somague Concessões. Estes títulos foram dados como garantia às seguintes transacções: (i) 1.200.000 acções relativas ao financiamento obtido pela Empresa para a aquisição de 20% do capital da Somague Concessões (Nota 48); e (ii) 900.000 acções relativas à aquisição pela Somague Concessões de 3,23% do capital da Lusoponte.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a favor de terceiros de 28.928 Euros.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2004 a Empresa tem emitidas cartas conforto de, aproximadamente, 189.033.000 Euros, a favor de entidades bancárias e por conta de empresas participadas.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros (Nota 10)	997.016	(997.016)	-	-
Provisões para riscos e encargos:				
Provisões para complementos de reforma	155.756	-	-	155.756
Provisões para processos judiciais em curso	150.015	-	-	150.015
Provisão para outros riscos (Nota 10)	2.270.100	(102.225)	(1.774.828)	393.047
	2.575.871	(102.225)	(1.774.828)	698.818

A provisão para complementos de reforma refere-se ao valor estimado de compromissos assumidos pela Empresa com o pagamento de complementos de reforma a dois ex-administradores.

A provisão para processos judiciais em curso foi calculada com base no julgamento do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, relativamente ao desfecho daqueles processos em 31 de Dezembro de 2004.

A provisão para outros riscos refere-se à participação nos capitais próprios negativos de empresas participadas (Nota 16). A transferência registada nessa rubrica no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 resulta da fusão por incorporação da participada Somague Serviços na Somague Ambiente (Nota 10).

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da Empresa era representado por 26.100.000 acções ao portador, com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2004 a Sacyr Valhermoso, S.A. detinha 99,19% do capital subscrito (Nota Introdutória).

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Aplicação de resultados	Transferências	Saldo final
Capital	130.500.000	-	-	-	130.500.000
Prémios de emissão de acções	39.470.047	-	-	-	39.470.047
Ajustamentos de partes de capital (Nota 10)	(65.841.378)	(9.619.067)	-	6.365.782	(69.094.663)
Reserva legal	2.600.444	-	500.000	-	3.100.444
Outras reservas	729.078	-	-	-	729.078
Resultados transitados	22.440.552		5.251.195	(6.365.782)	21.325.965
Resultado líquido do exercício	8.871.195	1.866.242	(8.871.195)	-	1.866.242
	138.769.938	(7.752.825)	(3.120.000)	-	127.897.113

Prémio de emissão de acções: Nos termos da legislação em vigor, a utilização do saldo desta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal no mínimo 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja no mínimo 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 27 de Abril de 2004, o resultado líquido do exercício de 2003 foi aplicado em reserva legal, resultados transitados, na distribuição de dividendos e em gratificações à gestão nos montantes de 500.000 Euros, 5.251.195 Euros, 2.610.000 Euros e 510.000 Euros, respectivamente.

Durante o exercício de 2004 foi transferido de ajustamentos de partes de capital para resultados transitados o montante de 6.365.782 Euros relativos a empresas alienadas (Nota 10).

43. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos orgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 ascenderam a 619.373 Euros.

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	2004	2003
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	2.918.540	2.530.081
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	1.740.486	1.005.736
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	70
Provisões para investimentos financeiros (Nota 34)	-	836.509
Outros custos e perdas financeiros	<u>587.952</u>	<u>563.994</u>
	<u>5.246.978</u>	<u>4.936.390</u>
Resultados financeiros	<u>5.394.365</u>	<u>11.940.792</u>
	<u>10.641.343</u>	<u>16.877.182</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	8.435.310	14.862.032
Juros obtidos	2.206.033	2.015.150
	<u>10.641.343</u>	<u>16.877.182</u>

Os outros custos e perdas financeiros relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 têm a seguinte composição:

Despesas com papel comercial	398.480
Serviços bancários	189.353
Garantias bancárias e seguros de crédito	119
	<u>587.952</u>

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	2004	2003
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	66.204	71.204
Multas e penalidades	-	200
Correcções relativas a exercícios anteriores	5.484	14.430
Outros custos e perdas extraordinários	<u>14.897</u>	<u>14.749</u>
	86.585	100.583
Resultados extraordinários	<u>(79.421)</u>	<u>81.786</u>
	<u>7.164</u>	<u>182.369</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Restituição de impostos	37	-
Ganhos em imobilizações	-	14.681
Correcções relativas a exercícios anteriores	6.467	15.963
Excesso de estimativa de imposto	641	151.725
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>19</u>	-
	<u>7.164</u>	<u>182.369</u>

48. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas a instituições de crédito tinham a seguinte composição:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimo por obrigações com warrants (a)	5.190.773	-	5.190.773
Empréstimos bancários (b)	5.520.000	78.050.000	83.570.000
Descobertos bancários	<u>3.749.206</u>	-	<u>3.749.206</u>
	<u>14.459.979</u>	<u>78.050.000</u>	<u>92.509.979</u>

- (a) Em 14 de Maio de 1998, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações com "warrants" no montante de 49.879.790 Euros, tendo procedido posteriormente ao resgate de 8.959.765 obrigações. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, deduzida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2004 era de 1,760%. As obrigações serão reembolsadas ao par, num prazo máximo de 7 anos, podendo a Empresa optar pelo reembolso antecipado no final do quinto ano.
- (b) A rubrica de empréstimos bancários inclui os seguintes contratos:

Empréstimo bancário de 12.075.000 Euros relativo a um contrato celebrado em 26 de Agosto de 2002 destinado à aquisição de 1.200.000 acções do capital da Somague Concessões e cessão de suprimentos. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,25%. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2004 era de 3,449%. O capital será amortizado em três prestações anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Agosto de 2005, pelo que o montante de 4.025.000 Euros se encontra registado em curto prazo. Este empréstimo encontra-se garantido através de penhor de 1.200.000 acções da Somague Concessões.

Em 26 de Julho de 2004 foi celebrado um contrato de financiamento de 70.000.000 Euros. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,70%. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2004 era de 3,940%. O capital será amortizado em sete prestações semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Julho de 2006, pelo que este montante se encontra registado em longo prazo.

Em 31 de Janeiro de 2000 foi celebrado um contrato de financiamento de 1.496.694 Euros, encontrando-se utilizados à data de 31 de Dezembro de 2004, 1.495.000 Euros. Este empréstimo vence juros trimestralmente à taxa Euribor a 90 dias acrescida de 1,25%. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2004 era de 3,411%.

Os descobertos bancários vencem juros às taxas normais de mercado para operações similares.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas	51.380	-
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares	-	28.645
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	68.502
Contribuições para a Segurança Social	-	23.443
Imposto de Selo	-	4
	51.380	120.594

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos devedor e credor de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas incluem o valor apurado no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, conforme referido na Nota 6 e correspondem às seguintes empresas:

Empresa	Estimativa de imposto	Benefício fiscal	Retenções na fonte	Pagamento	
				especial por conta	pagamento por conta
Somague Engenharia	3.478.164	1.341.496	198.511	-	1.031.329
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	207.125	69.871	55.659	-	61.135
Somague TI - Tecnologias de Informação, S.A.	170.000	71.826	15	-	103.320
Hidurbe - Gestão de Resíduos, S.A.	198.588	84.249	42	-	87.227
Somague Investimentos	63	-	-	-	374.418
Somague Ambiente	29.779	-	-	4.294	-
Smartit	13.032	9.552	-	1.250	-
Somague Utilities	-	-	-	3.245	-
Somague Itinere	22.021	-	629.790	6.511	-
Somague SGPS	14.065	-	55	9.679	-
Somague Imobiliária	4.720	-	44.213	1.250	-
	4.137.557	1.576.994	928.285	26.229	1.657.429

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2004, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Custos diferidos:

Encargos financeiros - comissões empréstimos	1.296.497
--	------------------

Acréscimos de custos:

Encargos financeiros vencidos e a pagar	1.350.687
Encargos com férias e subsídios de férias	138.172
Fornecimentos e serviços externos	26.901
	1.515.760

51. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica “Custo das prestações de serviços” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente fornecimentos e serviços externos (à excepção de rendas e alugueres, seguro do edifício, comunicação, material de escritório e despesas de condomínio que se encontram registados em “Custos administrativos”), remunerações, amortizações e impostos.
- A rubrica “Custo líquido de financiamento” refere-se à diferença entre proveitos e ganhos e custos e perdas financeiros à excepção dos ganhos/perdas em empresas do grupo que se encontram registados em “Ganhos em filiais e associadas” e de provisões para aplicações financeiras que a Empresa registou em “Perdas em outros investimentos”.

52. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A descriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

	2004	2003
Numerário	2.279	429
Depósitos bancários	<u>18.502</u>	<u>16.729</u>
Caixa e seus equivalentes	<u><u>20.781</u></u>	<u><u>17.158</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, existiam descobertos bancários de 3.749.206 Euros e 667.403 Euros, respectivamente (Nota 48).

Os fluxos financeiros com a aquisição e alienação de partes de capital, bem como os relativos a operações de outra natureza com empresas do grupo foram como segue:

Pagamentos:

Empréstimos a empresas do grupo:

Somague Ambiente:

Aumento de capital	5.000.000
Empréstimos	7.355.638
Somague Concessões	9.440.075
Somague Imobiliária	<u>3.106.761</u>
	<u>24.902.474</u>

Aumento de capital na Somague Imobiliária

14.950.000
<u>39.852.474</u>

Dividendos

<u>2.610.000</u>

Recebimentos:

Empréstimos a empresas do grupo:

Somague Imobiliária	11.466.633
Somague Concessões	1.500.000
Alienação de <i>warrants</i>	1.384.831
	<u>14.351.464</u>

Dividendos:

Somague Engenharia

<u>2.610.000</u>

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS INDIVIDUAIS

**Aos Accionistas da
Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respectivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício de 2004, preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui três ênfases, uma das quais relacionada com a realização de contas a receber de entidades sediadas em países africanos e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 15 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 239.263.147 Euros e capitais próprios de 127.897.113 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.866.242 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 5 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

5. As demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidada a apresentar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos excluindo interesses minoritários, em aproximadamente, 740.588.000 Euros e 731.699.000 Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos totais em, aproximadamente, 898.854.000 Euros.
6. Em 31 de Dezembro de 2004, algumas das suas participadas sediadas em países africanos possuem contas a receber de entidades localizadas naqueles países africanos de, aproximadamente, 31.763.000 Euros (cerca de 37.391.000 Euros em 31 de Dezembro de 2003). O momento da transferência daquele montante está sujeito a autorização prévia a conceder pelas entidades estatais daqueles países.
7. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o relatório emitido, datado de 11 de Março de 2004, inclui três ênfases, duas das quais similares às descritas nos parágrafos 5 e 6 acima.

Lisboa, 15 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire



Acta Número Sessenta e Quatro

Aos doze dias de Maio de dois mil e cinco, pelas doze horas, reuniu a Assembleia Geral da Somague - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., na sua sede social, sita na Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, em Sintra, com o capital social de € 130.500.000,00 (cento e trinta milhões e quinhentos mil Euros), inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Sintra sob o número 20475, e com número de pessoa colectiva 500.257.752, na sequência de convocatória publicada no jornal "O Correio da Manhã", no dia quatro de Abril de dois mil e cinco, e no Diário da Republica III série, no dia sete de Abril de dois mil e cinco, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Apreciar, discutir e deliberar sobre os relatórios de gestão e as contas, simples e consolidadas, do exercício de dois mil e quatro apresentados pelo Conselho de Administração, incluindo os pareceres do fiscal único;

Ponto Dois - Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

Ponto Três - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;

Ponto Quatro - Deliberar sobre a eleição dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio dois mil e cinco a dois mil e oito.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Doutor Manuel Castelo Branco, abriu a sessão, começando por dar as boas vindas aos presentes e, declarando ter constatado, através do livro de presenças, que se encontrava presente a accionista única da Sociedade, a Sacyr Vallehermoso, S.A., que adquiriu no dia vinte e três de Fevereiro de dois mil e cinco as oitenta e nove mil, novecentas e quatro acções remanescentes representativas de zero vírgula trinta e quatro por cento do capital social da Sociedade por escritura pública de aquisição tendente ao domínio total, considerou a Assembleia em condições de poder reunir e deliberar validamente sobre a ordem de trabalhos acima referida.

Antes de se apreciar o primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, Senhor Doutor Diogo Alves Dinis Vaz Guedes, que expôs os principais aspectos da actividade da Sociedade em dois mil e quatro e referiu as expectativas para o ano dois mil e cinco. Usou ainda da palavra o Senhor Doutor Luís Silva Santos para explicitar alguns pontos das contas.

Uma vez terminadas as citadas intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou de imediato à votação as contas simples, primeiro, e as consolidadas, depois, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade, bem como o relatório de gestão.

De seguida, o Senhor Secretário procedeu à leitura da proposta do Conselho de Administração para o segundo ponto da ordem de trabalhos, com o seguinte teor:

"O resultado líquido apurado no exercício foi positivo, no montante de Euros 1.866.242,00 (um milhão oitocentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e dois euros). Tendo em conta os dividendos distribuídos nos anos anteriores e a situação financeira da empresa, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

Para Reserva Legal: € 100.000,00 (cem mil euros);

Para Resultados Transitados: € 1.766.242,00 (um milhão setecentos e sessenta e seis mil duzentos e quarenta e dois euros)"

Deu entretanto entrada na mesa uma proposta subscrita pela accionista Sacyr Vallehermoso, S.A., com o seguinte teor:

"Tendo em conta o desempenho da Somague ao longo dos quatro últimos exercícios e o trabalho desenvolvido pela sua equipa de gestão em anos tão difíceis para o sector, propõe-se que a proposta de aplicação de resultados efectuada pelo Conselho de Administração seja alterada da seguinte forma:

Para Reserva Legal: € 100.000,00 (cem mil euros);

Para Resultados Transitados: € 1.392.742,00 (um milhão trezentos e noventa e dois mil setecentos e quarenta e dois euros);

Para Gratificação à Gestão: € 373.500,00 (trezentos e setenta e três mil e quinhentos euros)".

Considerando como proposta “A” a primeira, subscrita pelo Conselho de Administração e como proposta “B” a subscrita pela Sacyr Vallehermoso, S.A., colocou o Senhor Presidente da Mesa ambas à votação da Assembleia, tendo sido a proposta “B” aprovada por unanimidade.

Entrando no ponto três da ordem de trabalhos, foi lida pelo Senhor Secretário uma proposta apresentada pela accionista Sacyr Vallehermoso, S.A., com a seguinte redacção:

“Propõe-se a aprovação de um voto de louvor a todos os membros da Administração e Fiscalização da Sociedade pela forma como geriram e fiscalizaram os negócios da Sociedade durante o exercício de dois mil e quatro.”

Posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

De seguida, no âmbito do quarto ponto da ordem de trabalhos foi lida pelo Senhor Secretário a seguinte proposta relativa à eleição dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio dois mil e cinco a dois mil e oito apresentada pela accionista Sacyr Vallehermoso, S.A.:

Assembleia Geral:

Presidente: Doutor Manuel de Abreu Castelo Branco, casado, residente na Rua dos Codornizes, número mil seiscentos e trinta e dois, Pinhal da Areia, Quinta da Bicuda, Cascais.

Secretário: João Carlos Caeiro Silvestre, casado, residente na Rua Jorge Castilho, número seis, sétimo andar, em Lisboa.

Conselho de Administração:

Presidente: Doutor Diogo Alves Diniz Vaz Guedes, casado, residente na Quinta Patinho, lote oitenta e sete, Avenida da República mil novecentos e dez, Alcoitão, Alcabideche, Cascais.

Vice Presidentes: Engenheiro José Manuel Loureda Martinan, casado, com domicílio profissional em Paseo de la Castellana, oitenta e três a oitenta e cinco, oitavo piso, em Madrid, Espanha.

Doutor José Seixas de Queiroz Vaz Guedes, casado, residente na Avenida do Golfe, Casa do Pinhal, Estoril.

Engenheiro Luís Del Rivero, casado, com domicílio profissional em Paseo de la Castellana, oitenta e três a oitenta e cinco, oitavo piso, em Madrid, Espanha.

Vogais: Doutor Luís Miguel Dias da Silva Santos, casado, residente na Rua Rodrigo da Fonseca, número cento e quarenta e três, quarto andar direito, em Lisboa.

Doutor Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva, casado, residente na Quinta dos Ourives, Rua dos Ourives, número oitenta e sete, Linhó, Sintra.

Engenheiro Ricardo Martin Lucas, casado, residente na Rua de Angola, Estoril Village, Estoril.

Fiscal Único:

Efectivo: Deloitte & Associados, SROC, S.A., com sede no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, número um, sexto piso, em Lisboa, representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André, ROC, com domicílio profissional em Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, número um, sexto piso, em Lisboa.

Suplente: Carlos Manuel Pereira Freire, ROC, com domicílio profissional no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, número um, sexto piso, em Lisboa.

Posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia encerrada pelas treze horas, dela se lavrando a presente acta que vai ser devidamente assinada.